



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO - *CAMPUS OLINDA*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT**

MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO
CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA**

Olinda-PE

2020

MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO
CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Assis Leão da Silva.

Olinda-PE

2020

O48e Oliveira, Maria Dayana Lopes de.
Ensino Médio Integrado e Formação Cidadã: o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública. / Maria Dayana Lopes de Oliveira. – Olinda, PE: O autor, 2020.
145 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof.º Dr.º Assis Leão da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local Profept/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2020.

Inclui Referências, Apêndices e Anexo.

1. Educação – aspectos sociais. 2. Acesso à Informação pública. 3. Controle social. 4. Formação cidadã. 5. Protagonismo juvenil. 6. Ensino Médio Integrado. I. Silva, Assis Leão da (Orientador). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

370.19 CDD (22 Ed.)

MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO
CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 04 de novembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Assis Leão da Silva
Instituto Federal de Pernambuco
Orientador

Profa. Dra. Edilene Rocha Guimarães
Instituto Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Nildo Alves Cau
Instituto Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Lúcia Borba de Arruda
Universidade Federal de Pernambuco

MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA

E-ZINE JOVEM LIGADO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 04 de novembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Assis Leão da Silva
Instituto Federal de Pernambuco
Orientador

Profa. Dra. Edilene Rocha Guimarães
Instituto Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Nildo Alves Cau
Instituto Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Lúcia Borba de Arruda
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por me conceder sabedoria e força necessárias para persistir nas minhas metas e sonhos. Agradeço a intercessão da Virgem Maria, minha Mãezinha querida, que cuida tão bem de mim.

Agradeço aos meus pais, Ana Maria e Severino, por todo apoio, confiança e estímulo. Mesmo sem terem tido oportunidade de estudar, ensinaram a mim e a meus irmãos o valor dos estudos, mostrando que assim poderíamos ter um futuro melhor.

Agradeço aos meus irmãos Silvio e Poliana pela torcida e orações. Em especial, agradeço a minha irmã Luana, ex-discente desse mestrado, que me ajudou compartilhando as experiências e desafios.

Agradeço aos meus colegas do mestrado pelo companheirismo e ajuda mútua. Em especial, às colegas: Ada, Catarina, Juliane e Marilene que estiveram mais próximas nesse percurso.

Agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho, Melissa e Paulo Marcelo, por terem me motivado a cursar o mestrado e por torcerem sempre por mim. Também agradeço ao colega de trabalho, Frederico, pela ajuda ofertada. Aos demais colegas de trabalho, sou grata pela torcida e compreensão da minha parcial ausência nesse período de estudos.

Agradeço ao meu namorado, Josenildo, pelas orações e apoio muito necessários para conclusão dos trabalhos.

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Assis, pela confiança em mim depositada e pelos direcionamentos essenciais para o andamento e conclusão da pesquisa.

Agradeço aos estudantes que aceitaram participar da pesquisa e contribuíram para o alcance dos objetivos propostos.

Enfim, agradeço a todos que me apoiaram, torceram e rezaram por mim. Sozinha não teria realizado o sonho de chegar até aqui.

*“Somente persevera no calor do deserto,
quem conhece o oásis escondido no meio da aridez.*

*Quem sabe o sabor da vitória,
enfrenta os desafios da luta.”*

Pe. Joãozinho – sej, 2019.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do Ensino Médio Integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A pesquisa possui abordagem qualitativa e, quanto ao tipo, se caracteriza como exploratória e participante. No que se refere às fontes de dados, foi utilizado o levantamento bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico contou com a contribuição de diversos autores, cujos nomes foram reunidos e apontados no início de cada tópico do referencial teórico. Quanto ao levantamento documental, a análise foi realizada a partir de normativos que regulamentam a educação no Brasil, bem como de documentos institucionais. Ademais, foram identificados os possíveis impactos da participação dos estudantes, resultante da solicitação de informações por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e de manifestações registradas na Ouvidoria. Ainda, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com os estudantes do Ensino Médio Integrado, a fim de analisar a percepção deles quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social. Os resultados revelaram, dentre outras coisas, que: a) as informações demandadas e as manifestações registradas pelos estudantes, por meio do e-SIC e da Ouvidoria, servem de subsídio para a promoção de ajustes ou aperfeiçoamentos dos processos organizacionais da Instituição; b) a participação dos estudantes nos principais canais de comunicação da Instituição com a sociedade ainda é muito pequena ou nula; c) os jovens estudantes têm vontade e potencial para participar da gestão pública, mas falta oportunidade e conhecimento de como participar; e, por fim, d) a necessidade de promover ações com vistas a superar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para acessarem, compreenderem e utilizarem a informação pública, de forma que eles possam exercer protagonismo na sociedade. Em face disso, foi elaborado um produto educacional, construído a partir da vivência com os sujeitos pesquisados, levando em consideração, especialmente, as necessidades apresentadas nas entrevistas realizadas. Considerando os resultados da pesquisa, pode-se inferir que a efetiva participação do estudante, propiciada pelo acesso à informação pública, contribui para sua formação cidadã, uma vez que através de situações reais, vivenciadas no ambiente acadêmico, ele poderá desenvolver um pensamento crítico e consciente.

Palavras-Chave: Ensino Médio Integrado. Formação Cidadã. Acesso à Informação. Controle Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

ABSTRACT

This research has as main objective to understand how the exercise of social control from the access to public information can contribute to the citizen formation of high school students integrated in an Institution of the Federal Network of Professional Education. The research has a qualitative approach and, in terms of type, it is characterized as exploratory and participant. With regard to data sources, a bibliographic and documentary survey was used. The bibliographical survey had the contribution of several authors, whose names were gathered and pointed out at the beginning of each topic of the theoretical framework. As for the documentary survey, the analysis was carried out based on norms that regulate education in Brazil, as well as institutional documents. In addition, the possible impacts of student participation were identified, resulting from the request for information through the Electronic System of the Citizen Information Service (e-SIC) and manifestations registered with the Ombudsman. In addition, questionnaires were applied and interviews were carried out with integrated high school students from an Institute of the Federal Professional Education Network, in order to analyze their perception regarding access to public information, in the context of the exercise of citizenship and social control. The results revealed, among other things, that: a) the information demanded and the manifestations registered by the students, through the e-SIC and the Ombudsman's Office, serve as a subsidy for the promotion of adjustments or improvements of the Institution's organizational processes; b) the participation of students in the Institution's main communication channels with society is still very small or none; c) young students have the will and the potential to participate in public management, but lack the opportunity and knowledge of how to participate; and, finally, d) the need to promote actions with a view to overcoming the difficulties faced by students to access, understand and use public information, so that they can exercise protagonism in society. In view of this, an educational product was created, built from the experience with the researched subjects, taking into account, especially, the needs presented in the interviews conducted. Considering the results of the research, it can be inferred that the effective participation of the student, provided by the access to public information, contributes to their citizen formation, since through real situations, experienced in the academic environment, they can develop critical thinking and conscious.

Keywords: Integrated High School. Citizen Formation. Access to information. Social Control. Federal Institute of Education, Science and Technology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por ano e por tipo de publicação.....	19
Gráfico 2 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por região.....	19
Gráfico 3 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação.....	20
Gráfico 4 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por Instituição.....	20
Gráfico 5 - Educação e cidadania: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação e por tipo de publicação.....	22
Gráfico 6 - Acesso à informação: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação e por tipo de publicação.....	24
Gráfico 7 - Acesso à informação: quantitativo de trabalhos por Região.....	24
Gráfico 8 - Acesso à informação: quantitativo de trabalhos por instituição.....	24
Gráfico 9 - Controle social: quantitativo de trabalhos por ano e por tipo de publicação.....	27
Gráfico 10 - Controle social: quantitativo de trabalhos por Região.....	27
Gráfico 11 - Controle social: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação.....	27
Gráfico 12 - Perfil do cidadão atendido - 2018.....	76
Gráfico 13 - Perfil do cidadão atendido - 2019.....	76
Gráfico 14 - Tipos de manifestação dos estudantes - 2019.....	77
Gráfico 15 - Idade dos estudantes.....	79
Gráfico 16 - Quantidade de estudantes por curso.....	80
Gráfico 17 - (Pergunta 4) Para você, qual(is) das afirmações abaixo têm a ver com o acesso à informação pública?.....	80
Gráfico 18 - (Pergunta 5) Você já ouviu falar, no IFPE, sobre o acesso à informação pública?	81
Gráfico 19 - (Pergunta 6) Quais dos canais de acesso do cidadão ao IFPE você já acessou/utilizou?.....	82

Gráfico 20 - (Pergunta 7) Para você, qual é a melhor forma do IFPE se comunicar com os estudantes e vice-versa?.....83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento dos totais de teses e dissertações.....	18
Quadro 2 - Levantamento dos totais de teses e dissertações entre os anos de 2014 a 2018.....	18
Quadro 3 - Educação profissional: assuntos principais das teses e dissertações catalogadas.....	21
Quadro 4 - Educação e cidadania: assuntos principais das teses e dissertações catalogadas..	22
Quadro 5 - Acesso à informação: assuntos principais das teses e dissertações selecionadas..	25
Quadro 6 - Controle social: assuntos principais das teses e dissertações catalogadas.....	27
Quadro 7 - Totais de trabalhos selecionados por categoria.....	29
Quadro 8 - Sentidos das categorias presentes na concepção de cidadania no sentido liberal e no sentido marxista-gramsciano.....	33
Quadro 9 - Levantamento legislativo sobre o acesso à informação a partir da CF 88.....	43
Quadro 10 - Cidadania nos normativos que regulamentam a educação brasileira.....	60
Quadro 11 - Cidadania nos documentos institucionais do IFPE.....	65
Quadro 12 - Identificação dos solicitantes – profissão.....	71
Quadro 13 - Identificação dos solicitantes – escolaridade.....	72
Quadro 14 - Classificação dos pedidos.....	72
Quadro 15 - Percepções sobre o Ensino Médio Integrado.....	85
Quadro 16 - Percepções sobre formação cidadã.....	86
Quadro 17 - Percepções sobre protagonismo juvenil.....	87
Quadro 18 - Percepções sobre o acesso à informação.....	90
Quadro 19 - Percepções sobre o controle social.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CGU - Controladoria-Geral da União

Consup - Conselho Superior

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

PDA - Plano de Dados Abertos

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional

ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SIC - Serviço de Informações ao Cidadão

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 LEVANTAMENTO DO ESTADO DO CONHECIMENTO: O QUE APONTAM OS ESTUDOS NAS DISSERTAÇÕES E TESES	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO	31
3.1 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.....	31
3.2 Formação Cidadã: Incentivo para Participação dos Jovens na Gestão Pública	35
3.3 Protagonismo Juvenil.....	40
3.4 Acesso à informação Pública: Uma Ferramenta para o Controle Social.....	43
4 METODOLOGIA.....	51
4.1 Tipo de Pesquisa	51
4.2 Participantes e Ambiente da Pesquisa	52
4.3 Delimitação da Amostra.....	53
4.4 Procedimentos para a Coleta de Dados	54
4.5 Procedimentos para a Análise dos Dados.....	56
4.6 Plano de desenvolvimento do Produto Educacional.....	57
4.7 Procedimentos Éticos	59
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	60
5.1 Análise Documental.....	60
5.2 Participação dos Estudantes por meio do e-SIC e da Ouvidoria.....	71
5.3 Análise dos Questionários	79
5.4 Análise das Entrevistas	84
6 PRODUTO EDUCACIONAL.....	96
6.1 Elaboração do Produto Educacional	97
6.2 Avaliação do Produto Educacional.....	99
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A - Dissertações e Teses Seleccionadas no Levantamento da Produção do Conhecimento	118
APÊNDICE B - Produto Educacional	121
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Maiores de 18 anos) ..	129
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Responsável Legal)....	132

APÊNDICE E - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Menores de 18 anos)	135
APÊNDICE F - Questionário	138
APÊNDICE G - Roteiro para a Entrevista Semiestruturada.....	139
APÊNDICE H - Questionário para Avaliação do Produto com os Discentes.....	141
ANEXO A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	142

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, representou um marco da transparência pública no Brasil. Diante disso, tanto por obrigação legal quanto pelo avanço tecnológico e digital, há uma diversidade de informações públicas dispostas na internet. No entanto, apresenta-se o desafio de a transparência pública ir além do cumprimento legal e incentivar a participação da sociedade no controle das ações governamentais.

Assim sendo, a temática central desta pesquisa destaca a importância do acesso à informação pública para o exercício da cidadania e, conseqüentemente, para o fortalecimento da democracia, pois, de acordo com Akutsu e Pinho (2002), o governo precisa dar plena transparência acerca de suas ações e decisões, de forma que a sociedade possa exercer sua cidadania e, assim, consolidar a democracia.

Isto posto, ressalta-se a impossibilidade de se exercer a cidadania, aqui considerada na sua dimensão política, sem uma educação adequada, ou seja, uma educação que vise ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme dispõe o art. 205 da nossa Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, ações pedagógicas devem contribuir para desenvolver no estudante uma postura crítica diante da sociedade em que vive. Pois, “[...] o conteúdo ganha sentido em razão da relação que se estabelece entre o que é ensinado/aprendido e o conhecimento situado numa dada realidade.” (MOURA, 2007, p. 25)

Diante do desafio de uma educação voltada à cidadania, chegamos ao seguinte problema da pesquisa: como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do Ensino Médio Integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?

De início, faz-se necessário situar o trabalho dentro de sua linha de pesquisa, qual seja: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo o seguinte macroprojeto: Organização de Espaços Pedagógicos da EPT. Assim, conforme o regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, este macroprojeto:

Abriga projetos que trabalham questões relacionadas à **organização e planejamento de espaços pedagógicos**, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e **da gestão da EPT**. Os projetos devem investigar as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais (PROFEPT, 2018, n.p., grifos nossos).

Deste modo, essa pesquisa pretende, ao trabalhar a transparência na gestão pública e o

controle social, contribuir para uma melhor organização e planejamento dos espaços pedagógicos, uma vez que a efetividade da gestão dos processos das instituições educacionais públicas depende da participação da comunidade acadêmica, especialmente dos estudantes, que são os principais interessados na melhoria dos serviços públicos prestados por estas Instituições.

Portanto, é preciso compreender os efeitos da participação social nos processos organizacionais, de forma que, mediante as informações, solicitações e intervenções realizadas, seja possível promover ajustes e/ou aperfeiçoamentos nas rotinas e procedimentos executados. Com isso, surge também o desafio da implementação de uma gestão democrática, de forma que os espaços pedagógicos, sejam eles formais ou não formais, possibilitem a participação, liberdade de opinião e, conseqüentemente, a formação cidadã dos estudantes.

A partir do que foi apresentado, é importante evidenciar que esta proposta de pesquisa surgiu, também, a partir das experiências vivenciadas como auditora interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), tendo em vista que, conforme apresenta André e Princepe (2017, p. 112), “O olhar para os problemas da prática, que clamam por alternativas de superação, e a elaboração de propostas interventivas parecem indicar a conquista dos objetivos do Mestrado Profissional em Educação [...]”.

Nesse contexto, cabe destacar que a motivação para uma contadora de formação cursar o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, foi justamente a possibilidade de trabalhar o tema controle social. Essa temática, além de ter relevante utilidade, está intimamente ligada à área de atuação profissional desta pesquisadora.

Assim, a partir do trabalho desenvolvido na Auditoria Interna, órgão técnico de controle interno, foi despertada a inquietação em saber se os cidadãos, especialmente os jovens estudantes, teriam conhecimento sobre a transparência pública. Ainda, poder identificar quais as principais dificuldades enfrentadas por eles no acesso e no acompanhamento das informações disponibilizadas pelos órgãos públicos.

À vista disso, esse interesse de pesquisa se justificou pela necessidade de fortalecimento do controle social, uma vez que somente os controles internos não garantem a efetividade acadêmica e social das instituições educacionais públicas. Ademais, diante do momento que estamos vivenciando em nosso país, de muitas ameaças à democracia, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de enfatizar a relevância da formação de cidadãos críticos e implementadores de mudanças, capazes de reivindicar seus direitos e intervir na realidade para transformá-la.

Além do mais, no âmbito acadêmico, por meio da revisão de literatura, verificou-se a lacuna existente nas dissertações e teses publicadas no Brasil, entre os anos de 2014 a 2018, no que se refere à percepção do estudante quanto ao acesso à informação pública, em especial nas Instituições de Educação Profissional da Rede Federal de Ensino.

Deste modo, o objetivo geral desse trabalho é compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do Ensino Médio Integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Como desdobramento do objetivo geral, foram definidos os objetivos específicos, conforme apresentados a seguir:

1. Reconhecer como as questões referentes à formação cidadã, educação profissional, ensino médio integrado e acesso à informação estão relacionadas na literatura, na legislação brasileira e nos documentos institucionais;
2. Identificar os possíveis impactos da participação dos estudantes nos processos organizacionais, resultante da solicitação de informações por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e de manifestações registradas na Ouvidoria;
3. Analisar a percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado, quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social;
4. Elaborar um fanzine, com a participação dos estudantes do Ensino Médio Integrado, contendo orientações gerais sobre o acesso à informação pública, bem como indicando e esclarecendo como a utilização dessas informações contribui para o exercício da cidadania e do controle social.

Assim, a partir dos objetivos geral e específicos, pressupõe-se que a participação dos estudantes do Ensino Médio Integrado nos processos organizacionais da instituição pesquisada, mediante as solicitações de informação e intervenções realizadas, contribui para uma melhor organização e planejamento dos espaços pedagógicos.

A redação desta dissertação está estruturada da seguinte forma: inicia-se com o levantamento do estado da arte, apontando suas contribuições para o estudo. Em seguida, é apresentado o referencial teórico, no qual são abordadas as temáticas que embasaram todo trabalho. Logo após, é exposto o caminho metodológico trilhado para o alcance dos objetivos da pesquisa, seguido dos capítulos que apresentam os resultados e discussões, o produto educacional e as considerações finais.

2 LEVANTAMENTO DO ESTADO DO CONHECIMENTO: O QUE APONTAM OS ESTUDOS NAS DISSERTAÇÕES E TESES

Neste capítulo serão apresentados os dados objetivos mapeados e analisados das dissertações e teses selecionadas por meio da pesquisa bibliográfica, bem como identificadas as suas problemáticas e contribuições. No primeiro momento, houve, conforme Ferreira (2002), a interação com a produção acadêmica através da quantificação e da identificação de dados bibliográficos, com a finalidade de mapear os trabalhos num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção, entre outros.

No segundo momento, foram realizados estudos de aprofundamentos dos trabalhos. Nessa etapa, conforme Ferreira (2002), o pesquisador procura responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem”, àqueles questionamentos relativos à “o quê” e “o como” dos trabalhos.

Assim, destaca-se a relevância do estado da arte para identificar as problemáticas já realizadas na literatura acadêmica e, dessa forma, apontar as aproximações entre elas e as lacunas a serem investigadas. Ademais, conforme Marconi e Lakatos (2011), a citação das principais conclusões a que outros autores chegaram possibilita evidenciar as contribuições das pesquisas realizadas.

Inicialmente, coube destacar que o levantamento da produção do conhecimento, nesse projeto de dissertação, teve o propósito de verificar as problematizações realizadas no Brasil, nos anos de 2014 a 2018, quanto às categorias temáticas: educação profissional, educação e cidadania, acesso à informação e controle social. E, a partir disso, identificar os estudos que em algum ponto dialogavam com o que essa pesquisa se propõe a estudar, bem como observar as lacunas existentes.

A delimitação do período de 2014 a 2018, deveu-se pela dificuldade de contemplar a totalidade dos trabalhos, uma vez que se optou pelo aprofundamento de suas leituras. Além disso, a escolha pelo período a partir do ano de 2014, justifica-se pela publicação da Lei nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE traz dentre suas diretrizes, apresentadas no art. 2º, a “V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade”, bem como a “VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” (BRASIL, 2014).

Ademais, o intervalo até 2018 deveu-se pelo fato de o levantamento bibliográfico ter ocorrido no período anterior a qualificação do projeto de dissertação, a qual foi realizada em junho de 2019.

Dito isto, mediante acesso à página na internet da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no dia 31.03.2019, foi realizado o levantamento das teses e dissertações referentes às categorias desejadas, defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Cabe destacar que a BDTD, criada em 2002, é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Atualmente, conta com 116 instituições participantes, dispõe de 152.525 teses e 422.244 dissertações, cujo acesso é livre de quaisquer custos (BDTD, 2019).

Quadro 1 - Levantamento dos totais de teses e dissertações

Categorias*	Dissertações	Teses	Total
Educação Profissional	1.079	334	1.413
Educação e Cidadania	100	29	129
Acesso à Informação	596	155	751
Controle Social	1.236	403	1.639

Fonte: elaboração própria.

*Utilizou-se no espaço de busca, da página na internet da DBTD, a categoria desejada escrita entre aspas.

Em seguida, foi realizado um refinamento na busca, considerando as dissertações e teses defendidas nos anos de 2014 a 2018, conforme apresentado no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Levantamento dos totais de teses e dissertações entre os anos de 2014 a 2018

Categorias	Dissertações	Teses	Total	Percentual*
Educação Profissional	510	180	690	49%
Educação e Cidadania	36	11	47	36%
Acesso à Informação	321	90	411	55%
Controle Social	496	152	648	40%

Fonte: elaboração própria.

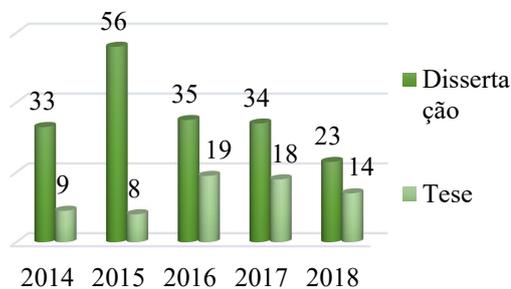
*Percentual em relação aos totais de cada categoria apresentados do “Quadro 1”.

Em análise comparativa entre os quadros 1 e 2, percebe-se que aproximadamente 50% dos trabalhos relativos à educação profissional se concentraram nos anos de 2014 a 2018, tal fato pode ser justificado pela expansão das políticas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica no governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Da mesma forma, quanto à categoria Acesso à Informação, mais da metade dos trabalhos concentram-se no período de 2014 a 2018, isso se deve ao fato da popularização da Lei nº 12.527/2011 que regulamentou o direito constitucional de acesso às informações públicas.

A partir dos dados dos anos de 2014 a 2018, foram analisadas as dissertações e teses tomando como base os títulos e os assuntos abordados. Assim, para cada categoria foram utilizados, para seleção dos trabalhos, critérios de inclusão e de exclusão de acordo com a relação ao que essa pesquisa se propõe investigar.

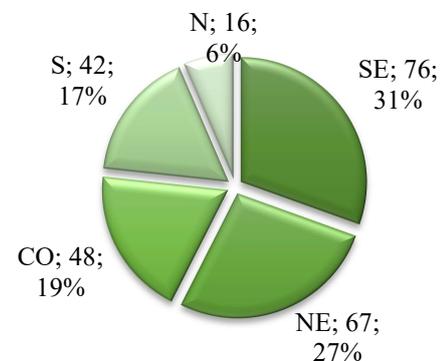
Quanto à categoria “Educação Profissional”, dos 690 trabalhos, foram catalogados 249, considerando as pesquisas que tiveram dentre os seus assuntos: educação profissional, educação profissional e tecnológica, ensino profissional, formação profissional, formação integral/omnilateral, ensino médio integrado e instituto federal. Além disso, por não possuir relação ao que se propõe investigar, foram desconsiderados os trabalhos que versavam sobre sistema S, ciências da saúde, educação especial, educação à distância, educação superior, cursos subsequentes, servidores e biblioteca. A distribuição desses 249 trabalhos por ano, por Estado da Federação, por Região e por Instituição pode ser verificada nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por ano e por tipo de publicação



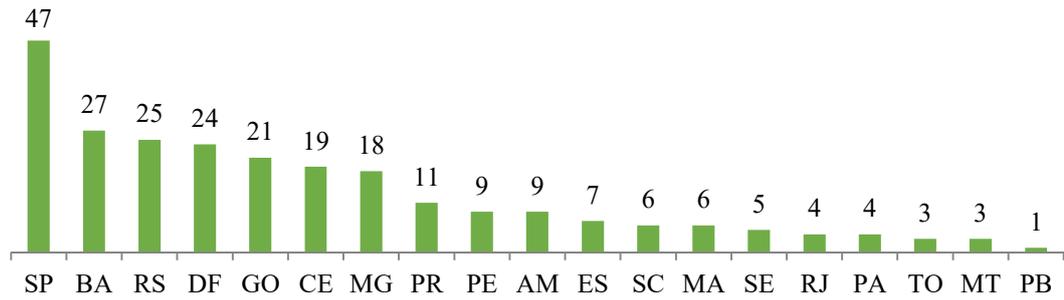
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por região



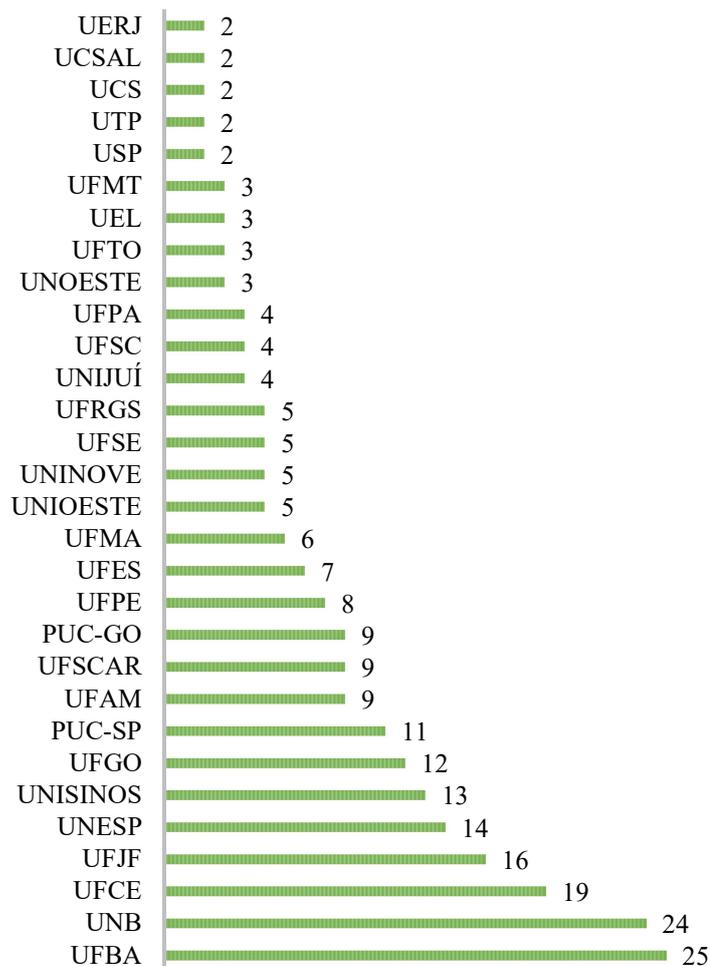
Fonte: elaboração própria.

Em análise aos gráficos 1 e 2, considerando os critérios de inclusão e exclusão utilizados para seleção, verificamos que a categoria Educação Profissional foi mais discutida no ano de 2015 e nos anos seguintes houve uma produção decrescente. Ademais, o Sudeste do Brasil foi a região que teve o maior número de trabalhos, ficando o Nordeste em segundo lugar. As regiões Centro-Oeste e Sul tiveram um quantitativo aproximado de trabalhos e o Norte foi a região que menos produziu, ocupando o último lugar.

Gráfico 3 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação

Fonte: elaboração própria.

Conforme o gráfico 3, o estado de São Paulo se destacou dentre os demais estados com o maior número de trabalhos, representando cerca de 62% do total da região Sudeste. Em relação à região Nordeste, a Bahia e o Ceará foram os estados com maior produção.

Gráfico 4 - Educação profissional: quantitativo de trabalhos por Instituição

Fonte: elaboração própria.

Interessante notar que embora a região Sudeste e o estado de São Paulo tenham ocupado o primeiro lugar nos gráficos, as instituições com o maior número de trabalhos foram a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Brasília, das regiões Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente.

Em continuidade com as observações, os 249 trabalhos foram classificados a partir dos assuntos principais e, para facilitar as análises, alguns assuntos foram agrupados por proximidade temática. Segue quadro com os assuntos e os totais de trabalhos:

Quadro 3 - Educação profissional: assuntos principais das teses e dissertações catalogadas

Assuntos Principais	Total
A. Educação Profissional	59
B. Ensino Médio Integrado	37
C. Instituto(s) Federal(is)	37
D. Trabalho, Educação e Trabalho, Formação para o trabalho, Educação para o Trabalho e Trabalho como Princípio Educativo	28
E. Gestão Democrática	17
F. Mercado de trabalho e Empregabilidade	12
G. Políticas Públicas	12
H. Currículo e Currículo Integrado	11
I. Formação Integral ou Omnilateral e Formação Integrada Omnilateral	8
J. Cidadania, Controle Social e Participação Social	3
K. <i>Accountability</i>, Dados Abertos e Transparência	3
L. Interdisciplinaridade	5
M. Emancipação Humana	4
N. Formação Ética, Formação Humana e Formação Política, Educação em Direitos Humanos	5
O. Avaliação Institucional	5
P. Politecnia	3
Total	249

Fonte: elaboração própria.

Como base no quadro 3, foram selecionadas 6 dissertações, que contemplaram os seguintes assuntos: Grupo J - Cidadania, Controle Social e Participação Social; Grupo K- *Accountability*, Dados Abertos e Transparência. Tais trabalhos possuem relação mais próxima ao que se propôs investigar e, por isso, foram analisados de modo mais aprofundado.

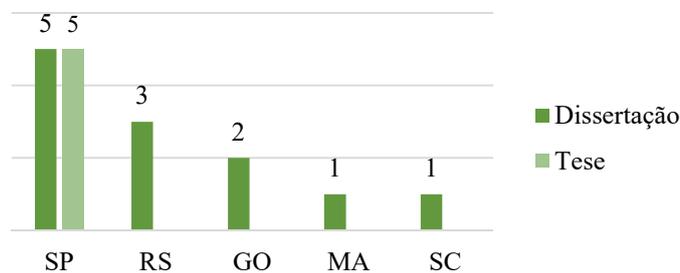
Assim sendo, Lima (2014) discutiu a relação entre a *accountability* e o processo de aprendizagem. A autora promoveu um estudo sobre o acompanhamento pedagógico da educação profissional integrada à educação básica, à luz das dimensões da *accountability*. Por sua vez, Oliveira (2015) pesquisou a relação entre o Conselho Municipal de Educação e o Instituto Federal de Goiás em Luziânia, analisando a existência de elementos que evidenciassem controle social, participação e democracia.

Lemos (2017) apresentou uma proposta de processo para publicação de dados abertos na Rede Federal de Educação Profissional. Já Silveira (2017) avaliou o nível de transparência sobre compras públicas nos portais de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Toledo (2017) analisou a viabilidade de implementação do nível I de Governança Corporativa, que envolvem mecanismos de transparência, equidade e prestação de contas, em um *campus* do Instituto Federal de São Paulo. Por fim, Silva (2018) investigou as possibilidades de uma atividade educativa emancipadora, particularmente na educação profissional de técnicos de nível médio.

No que se refere à categoria “Educação e Cidadania”, dos 47 trabalhos, foram desconsiderados os que versavam sobre outros países, vulnerabilidade social, música e religião, bem como os trabalhos nas áreas de jornalismo, justiça, saúde, afetividade, educação infantil e educação ambiental. Assim, foram catalogados 17 trabalhos e, conforme apresentado no gráfico 5 a seguir, tal qual a categoria Educação Profissional, o estado de São Paulo possuiu o maior número de trabalhos.

Gráfico 5 - Educação e cidadania: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação e por tipo de publicação



Fonte: elaboração própria.

Em observação aos trabalhos, a partir de seus assuntos principais, bem como de seus resumos, foram selecionadas 5 dissertações e 1 tese, cujos assuntos estão destacados em negrito no quadro 4, a seguir. Tais trabalhos foram analisados mais profundamente pelo fato de possuírem relação mais próxima ao que se propõe investigar.

Quadro 4 - Educação e cidadania: assuntos principais das teses e dissertações catalogadas

Assuntos Principais	Total
Cidadania	5
Cidadania e Colégios Estaduais Militares	1
Cidadania e Direitos Humanos	1
Democracia Participativa	1

Educação para Cidadania	1
Educação para Cidadania e Ensino Médio	1
Educação para Cidadania e Controle Social	1
Educação, Cidadania e Participação Política	1
Educação, Cidadania e Ensino Profissionalizante	1
Emancipação	1
Escola Cidadã e Relação Escola/Família	1
Formação Cidadã e Ensino Médio	1
Gestão Democrática	1
Total	17

Fonte: elaboração própria.

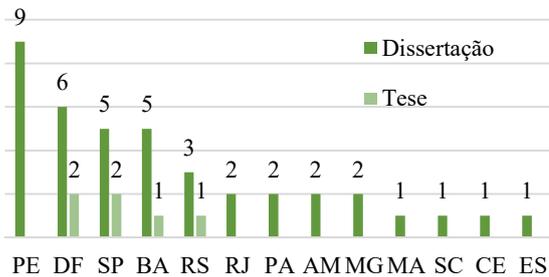
Quanto às dissertações, identificou-se que a pesquisa de Gomes (2014) buscou verificar quais as representações sociais dos alunos, sobre as práticas escolares, que favorecem ou desfavorecem a formação cidadã. Já Iberico (2014) analisou as representações que professores de Ensino Médio constroem e desenvolvem sobre a educação para a cidadania no contexto escolar. Schütz (2016) analisou a relação existente entre a educação e o conceito de cidadania.

Por sua vez, Domingues (2017) possibilitou um aprofundamento sobre a diferença da concepção de cidadania no sentido liberal e no sentido marxista-gramsciano. Daudt (2018), dentre outras coisas, refletiu sobre como os espaços de controle social contribuem para um reconhecimento coletivo num processo de educação para a cidadania.

Por fim, a tese de Teixeira (2016) apresentou uma análise sobre temas importantes: a educação, a cidadania e o Estado Democrático de Direito. Ao final, o autor chega a conclusão de que não é possível falar em cidadania, como fundamento do Estado Democrático de Direito, sem uma educação que prepare as pessoas para o exercício da cidadania.

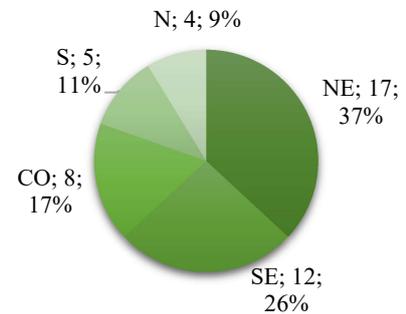
Quanto à categoria "Acesso à Informação" foram catalogados 46 trabalhos, considerando as pesquisas que tiveram dentre os seus assuntos cidadania, transparência, institutos federais e democracia. Além disso, por não possuir relação ao que se propõe investigar, foram desconsiderados os trabalhos que versavam sobre o acesso à informação em: outros países, empresas, bibliotecas, agências reguladoras e arquivos públicos, bem como nas áreas: de saúde, de jornalismo, de inclusão, judicial, ambiental, trabalhistas e fiscais.

Gráfico 6 - Acesso à informação: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação e por tipo de publicação



Fonte: elaboração própria.

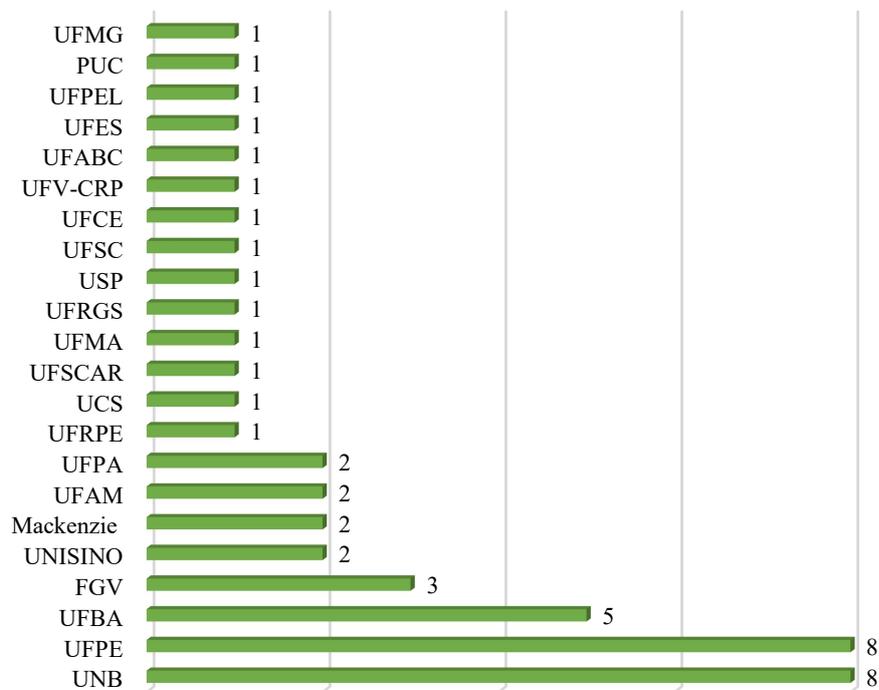
Gráfico 7 - Acesso à informação: quantitativo de trabalhos por Região



Fonte: elaboração própria.

Em análise aos gráficos 6 e 7, considerando os critérios de inclusão e exclusão utilizados para seleção, verificamos que a categoria “Acesso à Informação”, diferente das categorias “Educação Profissional” e “Educação e Cidadania”, foi mais discutida na região Nordeste (17 trabalhos), sendo o estado de Pernambuco responsável por cerca de 53% do total dessa região. Em segundo lugar, encontra-se a região Sudeste, com 12 trabalhos, sendo o estado de São Paulo responsável por 58% desse total.

Gráfico 8 - Acesso à informação: quantitativo de trabalhos por instituição



Fonte: elaboração própria.

Conforme o gráfico 8, as instituições com maior produção são a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Pernambuco, empatadas quanto ao número de trabalhos.

Em continuidade às observações, dos 46 trabalhos, 16 versaram sobre Acesso à Informação no âmbito da educação, dentre eles 2 tiveram como campo de pesquisa os institutos federais e 14 instituições federais de Ensino Superior. Desses, apenas 3 trabalhos foram desconsiderados (1 referente à instituições federais de Ensino Superior e 2 referentes às universidades federais) por não possuírem estreita relação ao que se propõe investigar. Segue o quadro 5 com os assuntos principais das pesquisas selecionadas para análises mais aprofundadas:

Quadro 5 - Acesso à informação: assuntos principais das teses e dissertações selecionadas

Assuntos Principais	Total
Transparência Pública e Acesso à Informação	6
Implementação da Lei de Acesso à Informação	2
Acesso à Informação e Serviço de Informação ao Cidadão	1
Controle Social e Democracia	1
Acesso à Informação e <i>Accountability</i>	1
Acesso à Informação e Dados Abertos	1
Participação Social	1
Total	13

Fonte: elaboração própria.

Nessa perspectiva, Monteiro (2014) analisou o cumprimento de obrigações vinculadas à transparência ativa em universidades federais. Silva (2014) tratou sobre o acesso e a transparência da informação pública nas Instituições Federais de Ensino Superior das capitais dos estados brasileiros.

Por sua vez, Terra (2014) analisou a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) por parte da Universidade Federal da Bahia, bem como a produção e a disponibilização das informações para o cidadão, sob a ótica da transparência difundida pela Controladoria-Geral da União.

Mesquita (2015) abordou sobre a implementação da LAI na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Zorzal (2015), em sua tese, analisou em que medida os relatórios de gestão das universidades federais atendem aos princípios de boa governança da Administração Pública Federal.

Brandão (2016) buscou identificar se a Universidade Federal do Vale do São Francisco utilizava de forma adequada as ferramentas e mecanismos disponíveis para o processo de

accountability, bem como avaliou a percepção dos órgãos de controle, de gestores e do público em geral em relação às informações que eram disponibilizadas pela universidade.

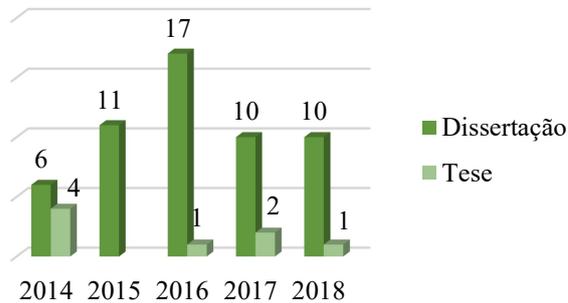
Carossi (2016) realizou uma investigação em 104 Instituições Federais de Ensino Superior em busca dos temas mais demandados pela sociedade, registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Neves (2016) analisou o surgimento do Observatório de Auditoria da Universidade Federal de Pelotas e sua relação com a implantação da política de Controle Social Brasileira. Rodrigues (2016) buscou estabelecer fatores de transparência da informação pública em universidades federais a partir da percepção de partes interessadas, sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação.

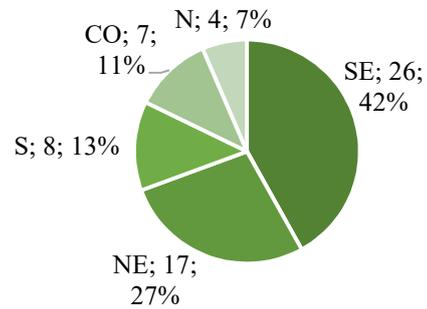
Santos (2016) analisou os Serviços de Informação ao Cidadão, com foco no seu funcionamento, estrutura organizacional e no fluxo de informações utilizado. Já Pereira (2018) analisou a percepção dos servidores públicos técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa quanto à transparência sob os aspectos de legitimidade, legalidade, disponibilização e operacionalização da informação na instituição, após a implantação da LAI.

Silva (2018) contribuiu para a reflexão sobre a transparência e a participação nos processos institucionais do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais por meio dos canais de interlocução e-SIC e Ouvidoria. Já Souza (2018) apresentou uma proposta de modelo de atendimento à transparência ativa nas Instituições Federais de Ensino Superior, como forma de melhoria na divulgação de informações dos seus sítios eletrônicos.

No que concerne à categoria “Controle Social”, foram catalogados 62 trabalhos, considerando as pesquisas que tiveram dentre os seus assuntos o tema controle social associado à: educação, gestão pública/estratégica/administrativa, transparência, cidadania e democracia. Além disso, por não possuir relação ao que se propõe investigar, foram desconsiderados os trabalhos que versavam sobre controle social nos âmbitos: judicial, da saúde, da segurança pública, da assistência social, do desenvolvimento sustentável, ambiental, de questões de gênero e racial. A distribuição desses 62 trabalhos por ano, por Estado da Federação e por Região pode ser verificada nos gráficos a seguir:

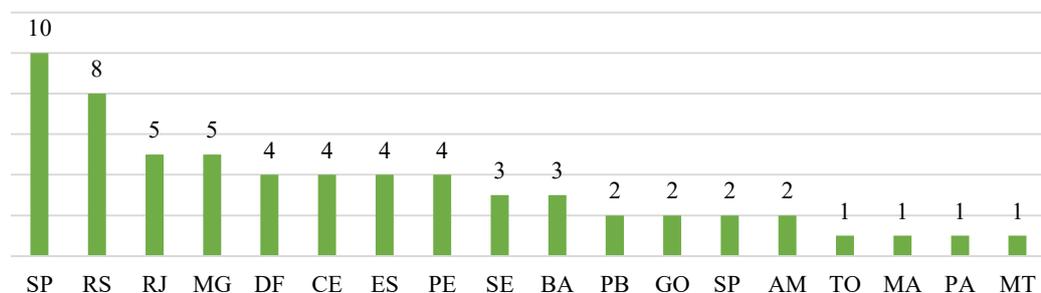
Gráfico 9 - Controle social: quantitativo de trabalhos por ano e por tipo de publicação

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 10 - Controle social: quantitativo de trabalhos por Região

Fonte: elaboração própria.

Em análise aos gráficos 9 e 10, verificamos que a categoria “Controle Social”, considerando os critérios de inclusão e exclusão utilizados para seleção, tal qual a categoria Educação Profissional foi mais discutida na Região Sudeste e, em segundo lugar, na Região Nordeste.

Gráfico 11 - Controle social: quantitativo de trabalhos por Estado da Federação

Fonte: elaboração própria.

Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul destacaram-se com os maiores números de trabalhos. Ademais, em continuidade às observações, os 62 trabalhos foram classificados a partir dos assuntos principais. Segue quadro com os assuntos e os seus totais:

Quadro 6 - Controle social: assuntos principais das teses e dissertações catalogadas

Assuntos Principais	Total
Cidadania	1
Dados Abertos e Institutos Federais	1
Democracia	1
Democracia e Participação social	1
Educação e Controle Social	1

Educação em Quilombos	1
Educação Rural e Transparência	1
Educação Superior	1
Gestão Pública	1
Governança	2
Governança e Licitação	1
Ouvidoria	4
Participação Social	1
Política Educacional	1
Tomada de Decisão e Institutos Federais	1
Transparência	24
Transparência e Acesso à Informação	6
Transparência e Carta de Serviços ao Cidadão	2
Transparência e Cidadania	1
Transparência e Democracia	5
Transparência e Expansão universitária	1
Transparência e Participação Popular	2
Transparência, Acesso à Informação e Controle Social	1
Total	62

Fonte: elaboração própria.

Dos 62 trabalhos selecionados, 43 trataram sobre transparência, representando 70% do total. Onze (11) trabalhos versaram sobre controle social no âmbito da educação, dentre eles 4 tiveram como campo de pesquisa os institutos federais e 7 instituições federais de Ensino Superior.

Dos 62 trabalhos, para análises mais aprofundadas, foram selecionados 4 dissertações e 1 tese, uma vez que possuíam maior proximidade ao que essa pesquisa se propõe a investigar. Os assuntos principais dessas pesquisas estão destacados em negrito no quadro 6 apresentado anteriormente.

Assim sendo, Souza (2015) analisou as práticas de transparência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, segundo as perspectivas dos seus gestores, a partir da implementação da Lei de Acesso à Informação. Por sua vez, Mendes (2016) apresentou um método que possibilitasse descrever as etapas da prestação do serviço que deve compor a Carta de Serviço ao Cidadão.

A tese de Souza (2017) teve como objetivo compreender a atuação de uma Escola de Contas para a promoção do exercício do controle social no Estado de Sergipe. Já Nunes (2018) avaliou a elaboração e implantação do Plano de Dados Abertos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por fim, Reis (2018) analisou modelos de Cartas de Serviços ao Usuário em Instituições Federais de Ensino, para em seguida apresentar uma proposta à Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Em decorrência do que foi apresentado, quanto às categorias pesquisadas, chegou-se à seleção de 30 trabalhos que possuem relação ao que se propõe investigar, sendo a maioria da categoria “Acesso à Informação”, conforme é possível verificar no quadro 7, a seguir. Deste modo, foram selecionadas 27 dissertações e 3 teses que, de certa forma, relacionam os temas educação, cidadania, transparência pública, acesso à informação e controle social.

Quadro 7 - Totais de trabalhos selecionados por categoria

Categorias	Total	Percentual
Acesso à Informação	13	43%
Controle Social	5	17%
Educação e Cidadania	6	20%
Educação Profissional	6	20%
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria.

A partir da seleção desses trabalhos, conforme referências apresentadas no apêndice A (organizados por categoria temática e por ano - do mais antigo para o mais atual), foi realizado um aprofundamento sobre eles, especialmente para identificar as problemáticas, conclusões e outras observações pertinentes. Assim, foi possível identificar as contribuições dessas teses e dissertações para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Os autores Oliveira (2015), Toledo (2017), Daudt (2018), Neves (2016) e Souza (2015) contribuíram para uma melhor compreensão sobre controle social. Silva (2018) auxiliou ao tratar sobre a educação cidadã, além de apresentar a construção histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Lemos (2017) e Silveira (2017) favoreceram ao discutir sobre a temática da transparência na administração pública. Iberico (2014) contribuiu com os conceitos, fundamentos e dimensões da educação para a cidadania.

Gomes (2014) cooperou ao apresentar o conceito de cidadania e sua relação com a educação escolar. Rodrigues (2016) ofereceu subsídios para pesquisa ao buscar identificar a percepção de partes interessadas da universidade, conhecedores e especialistas das questões de transparência, sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação.

Pereira (2018) também contribuiu ao analisar a percepção dos servidores públicos técnico-administrativos de uma universidade quanto à transparência sob os aspectos de legitimidade, legalidade, disponibilização e operacionalização da informação na instituição, após a implantação da Lei de Acesso à Informação.

Silva (2014), Rodrigues (2016) e Carossi (2016) auxiliaram ao apresentarem o histórico da legislação sobre acesso à informação no Brasil. Mesquita (2015) possibilitou um

melhor entendimento sobre a LAI e sobre sua implementação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Terra (2014), Brandão (2016) e Zorzal (2015) ajudaram na compreensão sobre a temática da *accountability*. Souza (2018) cooperou ao identificar os temas de interesse coletivo para propor um modelo de transparência ativa nas Instituições Federais de Ensino Superior. Monteiro (2014) auxiliou a pesquisa ao analisar a transparência ativa com foco em universidades federais.

Santos (2016) contribuiu com a análise do serviço de informação ao cidadão das Instituições Federais de Ensino da Região Nordeste. Nunes (2018) possibilitou um melhor entendimento sobre a relação entre *accountability*, controle social e transparência. Souza (2017) favoreceu a análise da temática de uma educação voltada ao controle social. Mendes (2016) e Reis (2018) possibilitaram o entendimento da influência da carta de serviços ao cidadão para a melhoria nos principais processos institucionais.

Ademais, dentre os trabalhos analisados, destaca-se a dissertação de Lima (2014), em razão de ter evidenciado que dentre as metas dos institutos federais está a superação da dualidade entre o pensamento e a prática, o trabalho manual e o intelectual, considerando o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Assim, a autora defendeu que a articulação entre a educação básica e a educação profissional se efetiva a partir de um compromisso com a superação das desigualdades.

Ainda, destaca-se a dissertação de Silva (2018), uma vez que auxiliou na compreensão dos possíveis efeitos da participação social nos processos organizacionais de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional. Nesse sentido, ressaltou-se a importância da transparência pública e das demandas recebidas por meio dos canais de interlocução, como, por exemplo, a ouvidoria, tendo em vista que podem contribuir para uma melhor organização e planejamento dos espaços pedagógicos.

Por fim, a partir da análise aprofundada dos trabalhos selecionados, verificou-se a lacuna no que se refere à percepção do estudante quanto ao acesso à informação pública, em especial nas instituições de Educação Profissional da Rede Federal de Ensino. Dessa forma, surgiu o interesse de compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do Ensino Médio Integrado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas, primeiramente, as contribuições teóricas referentes à temática formação cidadã. Nesse sentido, será ressaltada a importância do Ensino Médio Integrado à educação profissional para o desenvolvimento de uma formação crítica e efetivamente cidadã. Além disso, haverá o destaque na potencialidade do jovem em exercer protagonismo na realidade em que vive por meio de sua atuação para o bem da coletividade. Em seguida, será apresentada a temática referente ao acesso à informação pública, destacando que a transparência se constitui como uma ferramenta indispensável para o controle social e o exercício da cidadania.

3.1 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Para o desenvolvimento desta temática, contou-se com a contribuição dos seguintes autores, na ordem em que se apresentam no texto: Manfred (2002), Moura, Lima Filho e Silva (2015), Oliveira (2003), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005; 2012), Gomes, Silva e Arruda (2017), Kuenzer (1997), Brandão (2011), Araújo e Frigotto (2015), Ramos (2005; 2008), Assis e Neta (2015), Ciavatta (2005), Pacheco (2011) e Frigotto (2013).

Primeiramente, é importante destacar que a educação profissional no Brasil esteve por muito tempo dissociada de uma formação crítica e efetivamente cidadã, uma vez que o objetivo da classe dominante é formar para atender às demandas do mercado de trabalho. Ainda hoje é possível identificar a luta por superar uma educação de caráter tecnicista e alienada, para uma educação que prepare o indivíduo para exercer de modo efetivo os seus direitos políticos que estão para além de votar e ser votado.

A partir do livro *Educação Profissional no Brasil*, da autora Silvia Maria Manfred, é possível entender a importância das Organizações de Trabalhadores para o alcance de uma formação cidadã. Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) “os debates sobre a questão educacional revelam uma perspectiva de construção de alternativas ao capitalismo, por meio de um projeto que, por suas características emancipatórias, possibilite a conquista da hegemonia” (MANFRED, 2002, p. 254).

Dessa forma, a CUT defende que a educação, a democracia e a cidadania representem dimensões vitais e indissociáveis da luta contra-hegemônica. Além da CUT, as ações da Confederação Geral dos Trabalhadores e da Força Sindical, no campo da Educação

Profissional, orientaram-se para uma perspectiva de ampliação e de conquista de cidadania contra a exclusão social. O objetivo é justamente formar trabalhadores e cidadãos competentes e comprometidos com a transformação da sociedade.

Assim, a atuação das entidades representativas de trabalhadores no âmbito da formação profissional, conforme defende Manfred (2002), influi de forma positiva na construção de mecanismos mais democráticos:

Isso porque as perspectivas de formação técnico-profissional inscrita nos documentos e nas experiências dos movimentos popular e sindical, aqui analisadas, embora diferentes entre si, não se inscrevem na lógica das concepções orientadas primordialmente para as necessidades do mercado e da produção. Em vez disso, como aponta Frigotto (1996, p. 153-155), orientam-se para uma perspectiva de ampliação e de conquista da cidadania e da democracia (MANFRED, 2002, p. 288 e 289).

Ante o exposto, observa-se que há um campo de disputa entre os interesses dos trabalhadores e os interesses do capital, uma vez que, conforme apresenta Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1059): “a divisão social e técnica do trabalho constitui-se estratégia fundamental do modo de produção capitalista, fazendo com que seu metabolismo requeira um sistema educacional classista e que, assim, separe trabalho intelectual e trabalho manual [...]”.

Nesse sentido, Oliveira (2003) relata que a escola, ao ser pensada como um espaço quase que restritamente direcionado à formação para o trabalho, exime-se da sua responsabilidade de promover conhecimentos práticos e teóricos que contribuam para que os educandos intervenham na sociedade de forma mais crítica e organizada. O autor continua:

Em outras palavras, o reducionismo educacional presente nas proposições ligadas às teorias que subordinam a educação a um projeto de competitividade econômica e de disputa por uma vaga no mercado de trabalho estabelece, na arena pedagógica, uma concepção de cidadão minimizada e fragmentada. Compreende o sujeito-cidadão preso, exclusivamente, à possibilidade de instituir sua cidadania pela compra dos direitos no mercado, e não como aquele que pode e deve alcançar a satisfação das suas necessidades pela luta política (OLIVEIRA, 2003, p. 41).

Diante disso, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), é no Ensino Médio que se revela com mais destaque a contradição fundamental entre o capital e o trabalho, uma vez que surge o falso dilema questionando se este nível de ensino se destina à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho.

Deste modo, os embates entre distintas concepções de Ensino Médio se perpetuam até os dias atuais, materializando-se nas políticas educacionais (GOMES, SILVA e ARRUDA, 2017). O principal embate está entre preparar para o ingresso na universidade e/ou para o mundo do trabalho. Conforme Kuenzer (1997, p. 10), essa dualidade “não é uma questão

apenas pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época, uma relação peculiar entre trabalho e educação”.

Nesse contexto, de acordo com Brandão (2011), no governo de Fernando Henrique Cardoso houve uma reforma estrutural e curricular no Ensino Médio, por meio do Decreto nº 2.208/97 que estabeleceu a separação obrigatória entre o Ensino Médio e a educação profissional. O aspecto estrutural mais latente dessa reforma foi a separação compulsória do Ensino Médio de caráter propedêutico do de caráter profissionalizante.

Posteriormente, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve a publicação do Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou alguns artigos da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), possibilitando a integração da formação geral/propedêutica à formação profissional/técnica, conforme é possível identificar nos artigos a seguir:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia (BRASIL, 2004).

Ademais, a integração entre o Ensino Médio e a formação profissional ganhou força com a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A referida lei definiu dentre os objetivos dos Institutos Federais: “I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;” (BRASIL, 2008).

Isto posto, é preciso compreender que, conforme Araújo e Frigotto (2015, p. 62), o “ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada”. Esses autores defendem que o ensino integrado deve ir além do Ensino Médio,

uma vez que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo que promova o desenvolvimento das amplas faculdades físicas e intelectuais dos estudantes.

Nesse mesmo entendimento, o Ensino Médio Integrado de acordo com a percepção de Ramos (2008) contempla três sentidos, quais sejam: a omnilateralidade, que considera a formação apoiada na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo; a integração, que considera a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica; e, por fim, a integração, como totalidade, entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos.

Ainda, conforme Assis e Neta (2015), ao se tratar de Ensino Médio Integrado é preciso esclarecer que o conceito de integração não é somente a justaposição de disciplinas, currículos, planos de cursos e habilitações profissionais, mas também uma relação orgânica do processo ensino-aprendizagem, dos conhecimentos gerais com os específicos, da cultura e trabalho; tecnologia e humanismo numa perspectiva emancipatória.

Dessa forma, de acordo com Ramos (2005), esse currículo fundamenta-se numa epistemologia que considera a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, visando à construção conjunta desses conhecimentos, no sentido de que os gerais fundamentam os específicos e estes evidenciam o caráter produtivo concreto daqueles.

Portanto, “não procede delimitar o quanto se destina à formação geral e à específica, posto que, na formação em que o trabalho é princípio educativo, estas são indissociáveis e, portanto, não podem ser predeterminadas e recortadas quantitativamente” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1098, 1099).

Diante disso, sempre será necessária a defesa por uma educação emancipatória que vise à formação integral ou politécnica. Nesse sentido, de acordo com Moura, Lima Filho e Silva (2015), o termo politecnia ou educação politécnica foi apresentado por Marx ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, como resultado de uma formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral.

Ainda, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), o ideário da politecnia busca romper com a divisão entre a educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade. Assim, estes autores defendem que, nessa perspectiva, o objetivo profissionalizante não se pautaria pelos interesses do mercado, mas sim numa formação ampla e integral.

Como formação humana em sua totalidade, cabe apresentar que, de acordo com Ciavatta (2005, p. 85), "o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto

trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.”.

Nesse mesmo sentido, Pacheco (2011, p. 29) ressalta: “o que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível”.

Por fim, conforme defende Frigotto (2013), o Ensino Médio unido à formação técnica e profissional trata-se de duplo passaporte à cidadania efetiva, no plano político, social e econômico, por meio do acesso qualificado ao mundo da produção.

Cidadania política significa ter os instrumentos de leitura da realidade social que permitam ao jovem e ao adulto reconhecer seus direitos básicos, sociais e subjetivos e lhes confirmam a capacidade de organização para poder fruí-los. **No plano da formação profissional**, a cidadania supõe a não separação desta com a educação básica. Trata-se de superar a dualidade estrutural que separa a formação geral da específica, a formação técnica da política, lógica dominante no Brasil, da Colônia aos dias atuais – [...] (FRIGOTTO, 2013, n.p., grifo nosso).

Em decorrência do que fora apresentado, ratifica-se a importância do Ensino Médio Integrado à educação profissional, especialmente por priorizar uma formação ampla e integral que dê liberdade de escolha aos estudantes e que os prepare para agir como cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação da sociedade.

A seguir, tendo em vista que a formação cidadã se relaciona com a participação do jovem na vida pública, será apresentada a importância do protagonismo juvenil nos processos políticos e sociais.

3.2 Formação Cidadã: Incentivo para Participação dos Jovens na Gestão Pública

Para o desenvolvimento desta temática, contou-se com a contribuição dos seguintes autores, na ordem em que se apresentam no texto: Benevides (1991), Baker (2017), Pacheco (2015), Marshall (1967), Carvalho (2002), Coutinho (2005), Domingues (2017), Freire (1983), Padilha (2001), Libâneo (1998), Poletto (2015), Gadotti (1993; 2014) e Sacristán (2000).

Antes de se aprofundar em formação cidadã, faz-se necessário destacar que esta pesquisa evidencia a temática da cidadania relacionada à participação do cidadão na gestão pública. Nesse sentido, conforme apresenta Benevides (1991), quando os direitos individuais,

políticos e sociais, econômicos e culturais são efetivamente reconhecidos e garantidos podemos falar em cidadania democrática, isto é, a participação ativa dos cidadãos nos processos decisórios da esfera pública.

O conceito de cidadania ganha destaque no contexto das revoluções burguesas, especialmente, com a Revolução Francesa de 1789. Ali, de acordo com Baker (2017), a participação política ganhou imensa centralidade. Nesse período, conforme Pacheco (2015), a burguesia era enriquecida, porém excluída de direitos sociais e políticos pela aristocracia decadente, por isso, ela assume a luta pela igualdade de direitos. “Essa luta pela cidadania plena resumia-se, basicamente, em liberdade (direitos políticos), igualdade (direitos sociais) e propriedade (direitos econômicos). Somente a concretização dessas três dimensões caracteriza a cidadania plena.” (PACHECO, 2015, p. 30).

Nessa perspectiva, o livro de Marshall (1967), que se tornou uma obra clássica, intitulada *Cidadania, classe social e status*, apresenta o conceito de cidadania em três partes ou elementos, relativos aos direitos: civil, político e social.

Os direitos **políticos** estão relacionados ao direito de participar no exercício do poder político como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. Os direitos **civis** são os necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Enquanto que os direitos **sociais** referem-se a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar por completo da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p.63, grifos nossos).

No referido livro, Marshall (1967) apresentou como se desenvolveu a cidadania na Inglaterra, relatando que primeiro vieram os direitos civis (século XVIII), depois (século XIX) surgiram os direitos políticos. E, por fim, vieram os direitos sociais (século XX). De acordo com o autor, além de ser uma sequência cronológica, trata-se de uma sequência lógica.

No Brasil, houve pelo menos duas diferenças importantes, “A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros.” (CARVALHO, 2002, p. 11).

Diante disso, observa-se que o Brasil precisou trilhar um longo caminho para alcançar os direitos políticos, surgidos, de fato, após a Ditadura Militar, quando se iniciou o processo de redemocratização. Ademais, sabe-se que o direito à educação é imprescindível para se alcançar esses direitos. Assim, conforme defende Carvalho (2002, p. 11): “A ausência de uma

população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.”.

Nessa perspectiva, vale registrar que Coutinho (2005) define cidadania como a capacidade alcançada por todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

O referido autor acrescenta, ainda, que a “cidadania não é dada para os indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, *Idem*, p.2).

Ante o exposto, torna-se importante diferenciar a concepção de cidadania no sentido liberal e no sentido marxista-gramsciano. Para tanto, utilizaremos as análises realizadas por Domingues (2017), conforme apresentado no quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - Sentidos das categorias presentes na concepção de cidadania no sentido liberal e no sentido marxista-gramsciano.

1 Categorias	2 Cidadania no sentido liberal	3 Cidadania no sentido marxista-gramsciano
1.1 Concepção de Sujeito	Indivíduo que conhece seus direitos civis, sociais e políticos proclamados pela lei e que atua visando ao máximo o interesse pessoal.	Indivíduo e grupo social que possui condições de usufruir dos bens materiais, simbólicos e políticos para a existência social. São concebidos como produtos e produtores da própria história. Pode conhecer o mundo através da filosofia da práxis e assim transformá-lo.
1.2 Concepção de trabalho (princípio educativo)	Atividade humana para exercer uma função no mercado de trabalho, visando ao interesse individual.	Toda atividade que visa a produzir a existência humana na dimensão material e imaterial, transformando a natureza e colocando-a para atender seus interesses e necessidades da sociedade.
1.3 A função social do conhecimento (razão)	Habilitar e desenvolver competências que atendam às demandas do mercado de trabalho.	Através do conhecimento histórico do mundo produzido pelo trabalho humano, orientará o processo ativo de transformação para uma nova realidade, onde se socializarão os bens materiais, simbólicos e políticos produzidos socialmente. A práxis se torna o critério de verdade.
1.4 Posicionamento ético-político (Estado)	Defende-se a organização da estrutura de poder (Estado) que garanta o mínimo necessário para a sobrevivência humana em sociedade, ou seja, segurança e educação. Os interesses individuais (propriedade privada) são garantidos e protegidos pelo Estado. Os bens materiais, simbólicos e políticos estarão economicamente organizados sob a lógica do livre-mercado.	Defende a organização da estrutura de poder (Estado) que garanta o pleno desenvolvimento dos indivíduos e grupos sociais no usufruto dos bens materiais, políticos e simbólicos. Os interesses coletivos são preservados e garantidos pelo Estado através das políticas sociais.

Quadro 8 - (Continuação)

1 Categorias	2 Cidadania no sentido liberal	3 Cidadania no sentido marxista-gramsciano
1.5 Processos pedagógicos (educação)	Os processos pedagógicos são pensados para conservar e manter o modo de produção capitalista, que é estruturante da organização social e, conseqüentemente, das relações humanas.	Os processos pedagógicos são pensados para emancipar os educandos da concepção liberal, de forma que transformem o modo de produção capitalista para outro modo de produção, que socialize os bens materiais, políticos e simbólico guiado pelo valor de solidariedade.
1.6 Concepção de mundo e de homem (ontologia e antropologia)	Concebe o mundo como contexto a partir do domínio dos mais fortes e dos mais adaptados, sustentando-se nos critérios da meritocracia. Os homens são concebidos como livres a partir dos valores do individualismo. As desigualdades advêm da preguiça e covardia, sendo que os homens são iguais em capacidade.	Concebe-se o mundo como um espaço socialmente construído pelo trabalho humano, cuja produção deve ser socialmente distribuída. As desigualdades advêm do individualismo que sustenta o sistema econômico. Podem-se organizar sistemas econômicos, políticos e educacionais guiados pelo valor da solidariedade humana.
1.7 Qualidade da educação (avaliação)	A qualidade da educação se dá no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias a uma determinada área profissional, de forma que seja possível executar uma função no mercado de trabalho com <i>maestria</i> e de respeitar os valores que sustentam a organização social segundo os interesses do modo de produção capitalista.	A qualidade da educação reside no critério social. Ou seja, na qualidade de vida da totalidade dos homens no usufruto dos bens materiais, simbólicos e políticos para a existência coletiva dos homens. A própria qualidade da vida coletiva é consequência da qualidade do trabalho humano que avalia a qualidade da educação.
1.8 Finalidade da educação (cidadania)	Manter e conservar a organização social sustentado pela estrutura econômica capitalista.	Emancipar o sujeito de sua concepção liberal para que seja capaz de conhecer a si mesmo, a sociedade e o mundo natural através do conhecimento científico e filosófico mais desenvolvido, produzido historicamente pelos homens. Que seja capaz de transformar a sociedade visando ao bem comum, a existência coletiva dos homens no que se referem ao pleno usufruto dos bens materiais, políticos e simbólicos.

Fonte: Domingues (2017).

Em análise ao quadro 8 e de acordo com Domingues (2017), os sentidos das categorias presentes na concepção de cidadania no sentido liberal, de modo geral, proporcionam a conservação e manutenção do sistema econômico em sua lógica de desenvolvimento mercantil que se manifesta estruturante da organização social.

Por outro lado, conforme o mesmo autor, no sentido marxista-gramsciano se promove, com base no conhecimento científico, a formação de uma concepção de mundo filosófica (no sentido da filosofia da práxis) com o intuito de transformar o sistema econômico e, conseqüentemente, gerar novas estruturas que implicam em novas relações sociais.

À vista disso, percebe-se que o presente trabalho se apoia na concepção de cidadania no sentido marxista-gramsciano, uma vez que a formação cidadã visa desenvolver nos

estudantes uma postura crítica e consciente diante dos problemas da sociedade, de forma que sejam capazes de intervir e transformar a realidade em que vivem, visando atender não só os seus interesses, mas também os da coletividade.

Porém, antes de se chegar numa atitude transformadora, revelada por professores e estudantes, é necessária a conscientização. Deste modo, o esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, conforme defende Freire (1983), exige a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar e isso não pode ser de caráter individual, mas, sim, social.

A esse respeito, partindo da concepção de que a escola é um local privilegiado de tomada de consciência, os espaços pedagógicos como um todo devem promover uma reflexão que contribua para difundir ações transformadoras que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Assim, conforme relata Padilha (2001, p. 22), a escola “É aquela que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. [...]. Ela é cidadã na medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. [...]. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia”.

De forma semelhante, Gadotti (1993) defende a necessidade de se criar situações que facilitem verdadeiras aprendizagens, tomadas de consciência, construção de valores. O autor destaca que a educação para a cidadania não pode ser limitada a uma grade horária, ou seja, não é inculcar um modelo para que os alunos o levem pela vida afora, ela deve ser colocada em prática no ambiente escolar.

Deste modo, as escolas precisam criar espaços de participação dos alunos dentro e fora da sala de aula em que possa ser exercitada a cidadania crítica. Nesse sentido, Libâneo (1998) defende a ideia de algo organizado, orientado pela escola, de forma que os alunos possam praticar democracia, iniciativa, liderança e responsabilidade.

Essa organização, defendida por Libâneo, deve ser orientada pelos normativos que regulam a educação brasileira. Nesse sentido, conforme defende Sacristán (2000, p. 41):

Para eliminar a distância entre os direitos garantidos no papel e o efetivamente praticado, todos os envolvidos com a temática da Cidadania têm a missão de fomentar ideias práticas para que esse aparato não seja mais um apanhado de belas palavras que ora ou outra são consultadas, mas que seja um norteador para o exercício da cidadania em nosso país.

Logo, os espaços pedagógicos como um todo, visando à formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, deve fomentar o engajamento social e político

dos estudantes, isto é, a participação consciente e ativa na sociedade. Com isso, espera-se que eles se tornem capazes de atuar diante dos problemas sociais em vista de solucioná-los.

A esse respeito, Poletto (2015, p. 34), em seu artigo sobre a gestão democrática na educação pública, ressalta que “Se existe a percepção de que a educação pode se tornar um elemento decisivo para a formação de um aluno cidadão, cabe à instituição, sobretudo a pública, assumir uma postura coerente com essa condição.”. Com isso, o autor apresenta a importância da gestão escolar participativa, que se constitui como um instrumento essencial na formação de um aluno bem preparado para a vida em sociedade.

Nesse sentido, Gadotti (2014, p. 4) defende que “Nos formamos para a participação participando, enfrentando os desafios técnicos e políticos da participação. A participação é conquista político-pedagógica.”. Portanto, deve-se promover a organização do espaço pedagógico de modo a possibilitar a efetiva participação dos estudantes, uma vez que através disso eles podem desenvolver uma consciência crítica sobre o papel que ocupam na sociedade.

Ainda, conforme Gadotti (2014), a participação popular se caracteriza por uma dimensão pedagógica, isto é, formar para o exercício da cidadania ativa, mas também tem uma função política, que é intervir na tomada de decisões políticas. Com isso, o autor defende que formar para a cidadania é formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país.

Em vista de tudo que foi exposto, a seguir será apresentado como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional contribui nesse processo de formação, de modo que o estudante possa exercer criticamente a sua cidadania.

3.3 Protagonismo Juvenil

Para o desenvolvimento desta temática, contou-se com a contribuição dos seguintes autores, na ordem em que se apresentam no texto: Tavares et al (2016), Carrano (2012), Castro e Vasconcelos (2007), Dayrell (2003), Dayrell, Leão e Reis (2007), Carrano e Martins (2011), Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016), Santiago, Nascimento e Moreira (2016), Dayrell, Gomes e Leão (2010), Klein e Torres (2015), Schwertner e Fischer (2012) e Ferreira (2008).

Conforme Tavares et al (2016, p. 178), “o protagonismo juvenil diz respeito à atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto a pessoas do mundo adulto (educadores), na

solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla.”. Assim, os autores relatam que os jovens precisam construir sua autonomia através da prática, isto é, da situação real, a partir da participação ativa, crítica e democrática em seu entorno social.

Nesse sentido, a Lei nº 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, no art. 4º - parágrafo único, entende por participação juvenil “I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;” (BRASIL, 2013).

Quanto à relação entre a participação juvenil e a escolaridade, Carrano (2012) relata que os níveis mais significativos de engajamento e adoção de atitudes e valores democráticos encontram-se entre os jovens mais escolarizados. Da mesma forma, Castro e Vasconcelos (2007), tomando como referência a pesquisa realizada no Brasil pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 2004, apresentam que os jovens com mais alto nível de escolaridade tendem a mais participar de alguma organização social.

Diante disso, para que o jovem ocupe uma posição central nos processos políticos e sociais, ele precisa desenvolver uma consciência crítica, por meio de espaços pedagógicos que possibilitem a participação, liberdade de opinião e, conseqüentemente, a formação cidadã. Nessa perspectiva, de acordo com Dayrell (2003, p. 43), “o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere”.

Assim, é preciso compreender, conforme Dayrell (*Ibidem*), que a juventude consiste num momento determinado, embora não se reduza a uma passagem, uma vez que ela manifesta uma importância em si mesma. “Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.” (DAYRELL, *Ibidem*, p. 42).

Nesse contexto, torna-se essencial que o ambiente acadêmico possibilite plena formação cidadã articulada aos interesses da juventude, uma vez que, conforme observado por Dayrell, Leão e Reis (2007), a condição de aluno é uma alternativa que poderá ser ou não incorporada pelo jovem. Assim, implicações nas relações da escola com o jovem estudante, por exemplo, refletem a ausência de canais de escuta como um dos fatores do distanciamento entre eles.

A esse respeito, Carrano e Martins (2011) relatam a necessidade da instituição escolar e de seus professores abrirem espaços de escuta para compreensão das identidades e comportamentos da juventude. “Através da elaboração de linguagens em comum, a escola

pode recuperar seu prestígio entre os jovens, bem como o prazer deles estarem em um lugar que podem chamar de seu na medida em que são reconhecidos como sujeitos produtores de cultura.” (CARRANO; MARTINS, 2011, p. 54).

Nesse sentido, conforme Martins e Dayrell (2013), o grêmio se apresenta como um espaço educativo, para além da sala de aula, com um potencial formativo diretamente ligado à prática. Além disso, os autores relatam que “A atuação no grêmio está ligada ao exercício do poder de representar. Juntamente a essa atuação, advêm as consequências desse exercício participativo.” (MARTINS e DAYRELL, *Ibidem*, p. 1274).

No que se referem às políticas públicas destinadas aos jovens na última década, Carrano (2012) descreve que elas se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se considerava ser as necessidades dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apresentassem seus anseios.

Interessante notar que, conforme Dayrell (2003), o jovem é normalmente visto na sua condição de transitoriedade, no que ele será no futuro, esquecendo-se de valorizar o presente vivido, que é o espaço de sua formação. Nessa perspectiva, Carrano e Martins (2011), apresentam que ao pensarmos no jovem como a possibilidade de um futuro melhor, esquecemos das oportunidades de a juventude se reconhecer como potencialidade concreta de mudança no tempo presente.

Nesse mesmo entendimento, Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016, p. 119) defendem que “os jovens têm potencial para exercer protagonismo, a exemplo dos movimentos culturais de periferia, ou ainda dos movimentos coletivos organizados, na reivindicação de direitos sociais e políticos, em seus diferentes territórios.”.

Assim, de acordo com Santiago, Nascimento e Moreira (2016), quanto à participação dos jovens nas instâncias políticas e sociais na atualidade, ecoa no discurso social a construção e legitimação de um significado mais negativo do que positivo, tratando a juventude como desinteressada. No entanto, percebe-se que o desinteresse dos jovens muitas vezes resulta da ausência de oportunidade e de formação política.

Nesse sentido, Dayrell, Gomes e Leão (2010) relatam a falta de sensibilidade do mundo adulto e suas instituições em criar espaços institucionais, além da escola, que motivem a participação dos jovens e o desenvolvimento de valores democráticos. Com isso, os autores defendem que a escola é um dos espaços privilegiados para o processo de aprendizagem de formas e mecanismos de participação, o que pode levar os jovens a acreditar nos possíveis resultados de uma ação coletiva.

Ainda, conforme Klein e Torres (2015), dentre as atribuições da escola, destaca-se a formação para a cidadania, tarefa política que se relaciona à participação dos jovens na vida pública. Assim, o ambiente acadêmico deve propiciar aos estudantes atividades que requerem a participação social, entendendo que o sentido da participação é o de se sentir envolvido e disposto a contribuir na vida da comunidade.

Além disso, Schwertner e Fischer (2012) ao falar sobre protagonismo juvenil, destaca a participação efetiva dos jovens nas instituições e nos movimentos sociais, na escola, na família, nas próprias mídias, no trabalho. Dessa forma, torna-se extremamente importante depositar um olhar sobre os jovens como atores e não como simples reprodutores daquilo que vivenciam e experimentam.

De forma semelhante, Ferreira (2008) defende que no quadro de interações proporcionados pelos espaços sociais, os jovens adquirem capacidade crítica e reflexiva, de confronto e discussão, de iniciativa e proposta, de agenciamento e desempenho, de ação e reação, em resumo, de protagonismo social.

Portanto, os anseios da juventude precisam fazer parte da realidade estudantil. Para tanto, torna-se essencial criar espaços de participação onde os jovens sejam consultados e escutados para que suas necessidades sejam atendidas. Dessa forma, o ambiente acadêmico se tornará um espaço de formação de cidadãos críticos, onde podem exercitar a cidadania e, conseqüentemente, fortalecer a democracia.

A seguir será apresentada como a relação entre o acesso à informação e o controle social fortalece o exercício da cidadania.

3.4 Acesso à Informação Pública: Uma Ferramenta para o Controle Social

Para o desenvolvimento deste tópico, contou-se com a contribuição dos seguintes autores, na ordem em que se apresentam no texto: Platt Neto et al. (2007), Evangelista (2010), Gomes Filho (2005), Kobashi e Tálamo (2003), Pacheco (2015), Ribeiro e Borborema (2006), Di Pietro (2004), Souza (2012), Fernandes (1997), Pinho (2012), Bobbio (2000), Bravo e Correia (2012), Lima (2007), Torres (2001), Moreira Neto (2004) e Gadotti (2014). Além disso, contou-se com dados obtidos dos manuais e cartilhas da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA).

Primeiramente, para um melhor entendimento sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), que representa o marco da transparência pública no Brasil, será apresentado o histórico legislativo, a partir da Constituição Federal de 1988.

Quadro 9 - Levantamento legislativo sobre o acesso à informação a partir da CF-88

<p>Constituição Federal de 1988</p>	<p>Art. 5º, inciso XXXIII: Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).</p> <p>Art. 37, § 3º, inciso II: § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: [...] II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;</p> <p>Art. 216, § 2º: Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.</p>
<p>Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.</p>	<p>Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.</p> <p>Art. 5º - A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei.</p>
<p>Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 - Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>.</p>	<p>Art. 1º (VETADO)</p> <p>Parágrafo único. Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.</p>
<p>Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</p>	<p>Art. 2º-V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;</p> <p>Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados: II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;</p>
<p>Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</p>	<p>CAPÍTULO IX - DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO</p> <p>Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.</p> <p>§ 1º A transparência será assegurada também mediante: I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os</p>

	<p>processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;</p> <p>II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e</p>
<p>Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005 -Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet.</p>	<p>Art. 1º O Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, sítio eletrônico à disposição na Rede Mundial de Computadores - Internet, tem por finalidade veicular dados e informações detalhados sobre a execução orçamentária e financeira da União.</p> <p>Art. 2º Os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão manter em seus respectivos sítios eletrônicos, na Rede Mundial de Computadores - Internet, página denominada Transparência Pública, para divulgação, de dados e informações relativas à sua execução orçamentária e financeira, compreendendo, entre outras, matérias relativas a licitações, contratos e convênios.</p>
<p>Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010 - Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.</p>	<p>Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.</p> <p>Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.</p>

Fonte: elaboração própria.

Como se pode verificar, foram necessários cerca de 23 anos para a publicação da Lei nº 12.527/2011, que regulamentou o acesso à informação, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Acesso à Informação entrou em vigor a partir da publicação do Decreto nº 7.724/2012, que a regulamentou no âmbito do Poder Executivo Federal. Assim, ficou assegurado ao cidadão o direito de acesso à informação “proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.” (BRASIL, 2012).

Dentre as diretrizes da LAI, expostas no seu art. 3º, estão o de fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública, de forma que o sigilo

passa a ser a exceção. Para tanto, o Poder Executivo Federal contou com a colaboração do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

A partir do que foi apresentado, observa-se como o Brasil avançou na transparência pública ao longo dos anos. No entanto, é preciso analisar a qualidade e efetividade das informações disponibilizadas para a sociedade, uma vez que a “informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, oportuna e compreensível” (PLATT NETO *et al.*, 2007, p. 75).

Nessa perspectiva, é preciso ressaltar que para motivar a participação social não é suficiente uma grande quantidade de informações, mas sim a compreensibilidade dessas informações pelo cidadão. Nesse contexto, Evangelista (2010) relata que a administração pública possui vocabulário singular distante do cidadão, expressões como restos a pagar, dotação, contingenciamento, elemento de despesa, empenho, licitação, dentre outras, são obstáculos básicos ao entendimento das ações governamentais em prol da sociedade.

Dessa forma, a cartilha do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização publicada em 2016, apresenta dicas de como comunicar um serviço público para o seu público-alvo utilizando uma linguagem cidadã, dentre elas destacamos algumas:

- Conheça o seu público-alvo. Descubra quem são e o que querem. Ao ler um texto com instruções e informações, as pessoas querem saber só o que se aplica a elas. Sem conhecê-las você não conseguirá manter sua atenção.
- Pesquise o que seu público-alvo já conhece do assunto. A partir disso, defina o que ele precisa conhecer para usufruir integralmente do serviço e, então, monte uma estratégia para levá-lo de um ponto ao outro.
- Escreva para seu público-alvo. Adapte sua linguagem e vocabulário para quem é o seu usuário, o cidadão. Deixe-o confortável e seguro com o texto, para que você possa passar a informação que ele precisa (BRASIL, SEGEP, 2016, p.1).

Dito isto, é preciso entender que a “exigência da publicidade é atendida com a publicação dos atos do poder público no veículo oficial de imprensa, ao passo que a transparência não se satisfaz com o mero cumprimento de formalidades. Ela é mais exigente” (GOMES FILHO, 2005, p.5). A transparência possibilita que os cidadãos não só acompanhem, mas também participem da gestão pública.

Quanto à disponibilização de informações, no Decreto nº 7.724/2012 há a diferenciação entre transparência ativa (artigos 7º e 8º) e a transparência passiva (artigos 9º e 10º). Sendo aquela relativa à divulgação de informações independentemente de requerimento e esta referente às informações repassadas mediante pedido do cidadão.

No que concerne à transparência passiva, a LAI no seu artigo 9º prevê a criação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). “No âmbito do Poder Executivo Federal, o SIC é

uma unidade física existente pelo menos na sede de todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, pronto para atender o cidadão.” (CGU, 2013, p. 18).

Ademais, a CGU (2013) desenvolveu o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) que funciona como porta de entrada única para os pedidos de informação, cujo objetivo é organizar e facilitar o procedimento de acesso à informação, tanto para o cidadão quanto para a Administração Pública.

No que se refere à transparência ativa, a CGU (2013) esclarece que esta gera benefícios para todos, uma vez que economiza tempo e recursos. Também, esclarece que a relação de informações listada no artigo 8º da LAI não é exaustiva, isto é, cabe ao órgão ou entidade pública definir outras informações de interesse coletivo ou geral e que deverão ser objeto de divulgação.

Nesse sentido, o Decreto nº 8.777/2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, tem como um de seus objetivos promover a publicação de dados armazenados em bases de dados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal sob a forma de dados abertos, isto é, acessíveis ao público, com o intuito, dentre outras coisas, de fomentar o controle social.

Ainda quanto à transparência ativa, cabe apresentar o Decreto nº 9.094/2017 que instituiu a Carta de Serviços ao Usuário. “A Carta de Serviços ao Cidadão é o documento no qual o órgão ou a entidade pública estabelece o compromisso de observar padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução de suas atividades, perante os seus públicos alvos e a sociedade em geral.” (BRASIL, SEGEP, 2014, p. 14).

Conforme art. 11, § 1º, do Decreto nº 9.094/2017 a Carta de Serviços ao Usuário tem por finalidade informar aos usuários: os serviços prestados pelo órgão ou pela entidade do Poder Executivo federal, as formas de acesso a esses serviços, os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

Diante do que foi apresentado, torna-se de suma importância enfatizar o uso social da informação, assim a distribuição e o acesso à informação devem ser tratados como questões sócio-político-econômicas de natureza pública. A informação não se apresenta mais como uma questão individual, é um problema social (KOBASHI; TÁLAMO, 2003).

No mesmo sentido, Pacheco (2015) apresenta que o conhecimento é um dos elementos constituintes da cidadania, por isso ele descreve:

Considerando a tendência à hegemonização de determinadas trocas de saberes, isto é, da predominância de colaboração entre certas organizações ou indivíduos em

detrimento de outros, é de suma importância, **na busca do pleno exercício da cidadania, garantir o acesso à informação**, impedindo o seu monopólio (PACHECO, 2015, p. 20, grifo nosso).

Assim, os benefícios do efetivo acesso à informação pública são diversos, pois, de acordo com a CGU (2010), promove a melhoria da gestão pública e da boa governança, controle social das atividades públicas, diminuição da corrupção, colaboração na garantia de outros direitos, promoção e qualificação da democracia participativa e empoderamento da população.

No que se refere ao controle social, conforme a CGU (2011), sua definição se configura na participação do cidadão na fiscalização, no monitoramento e no controle da gestão pública. É, ainda, um mecanismo de fortalecimento da cidadania e é um complemento fundamental no controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos.

A esse respeito, Ribeiro e Borborema (2006) afirmam que o controle da administração pública se apresenta de duas maneiras, quais sejam: internamente, pela própria administração, ou externamente, por outros órgãos públicos e pelos cidadãos. Quanto ao controle exercido pelos cidadãos, Di Pietro (2004, p. 623) defende:

Embora o controle seja atribuição estatal, o administrado participa dele à medida que pode e deve provocar o procedimento de controle, não apenas na defesa de seus interesses individuais, mas também na proteção do interesse coletivo. A Constituição outorga ao particular determinados instrumentos de ação a serem utilizados com essa finalidade. É esse, provavelmente, o mais eficaz meio de controle da Administração Pública: o controle popular.

Nessa perspectiva, é necessário enfatizar que os problemas na gestão pública não serão solucionados apenas pelos órgãos de controle governamentais, por isso exigem a participação de todos, possibilitada pelo acesso à informação. Deste modo, tomamos como base a afirmação de Souza (2012, p. 36): “a forma de controle social talvez mais eficiente na sociedade moderna é a informação”.

Ao se falar de controle social é preciso entender o termo *accountability*. De um modo geral, poderíamos explicar a *accountability* como prestação de contas à sociedade das ações realizadas pelos gestores públicos. Essa prestação de contas, de acordo com Fernandes (1997), não representa uma desconfiança em relação às atividades por aqueles desenvolvidas. Representa uma informação que é prestada à sociedade sobre a aplicação do dinheiro que ela própria forneceu.

Dessa forma, “ao tornar públicas as informações governamentais e dar transparência aos atos do governo, associa-se ao compromisso democrático de ‘prestação de contas’, que está relacionado ao conceito de *accountability*” (PINHO, 2012, p.16).

A esse respeito, Bobbio (2000) defende que somente quando o ato é público, os cidadãos têm condição de julgá-lo e, conseqüentemente, de exercer diante dele uma das prerrogativas essenciais do cidadão democrático, isto é, o controle dos governantes. Dessa forma, o autor auxilia na compreensão de que a visibilidade do poder público favorece a democracia.

Ademais, cabe destacar que a discussão do controle social na atualidade busca inverter a lógica do período ditatorial, no qual o Estado controlava todas as ações da sociedade civil, impedindo manifestações estudantis, artísticas, culturais, trabalhistas e sindicais (BRAVO; CORREIA, 2012).

Assim, possibilitado por um governo democrático, a participação dos cidadãos no exercício do controle social é essencial para que a administração atue de forma mais eficiente. Todavia, para que isso ocorra, se faz necessária a conscientização da sociedade com relação à importância e aos benefícios de se exercer este controle. Além da conscientização, é preciso criar e dar ampla divulgação dos instrumentos de participação social.

Nessa perspectiva, Lima (2007, p. 18) afirma: “Transparência e participação na gestão pública são fatores determinantes para o controle efetivo da sociedade sobre a gestão pública”. Além disso, a formação cidadã, conforme já apresentado no primeiro tópico deste referencial teórico, é fundamental para a efetivação do controle social. Assim, Torres (2001, p. 183) ratifica:

A noção de democracia acarreta a noção de cidadania democrática, onde os agentes são responsáveis e aptos a participar, escolhem seus representantes e fiscalizam seu desempenho. Estas não são apenas práticas políticas, mas também pedagógicas, uma vez que a construção do cidadão democrático implica a construção de um sujeito pedagógico. Por natureza, os indivíduos não estão prontos para participar da política. Eles têm de ser educados de diversas maneiras em democracia política, aí incluídas a fundamentação normativa, a conduta ética, o conhecimento do processo democrático e o desempenho técnico.

De forma semelhante, Moreira Neto (2004, p. 83) reafirma: “Com efeito, a vitalidade do controle social depende sobretudo da educação do cidadão para a democracia”. Assim, o autor ressalta a importância de uma educação voltada à consciência da república e do dever que todos tem de zelar pela correta destinação dos recursos públicos.

Deste modo, de acordo com Evangelista (2010), o cidadão deveria ser incentivado a fiscalizar, em princípio, as atividades governamentais mais próximas do seu dia a dia, como,

por exemplo, verificar se na escola não faltam professores, se no hospital ou posto de saúde não faltam médicos ou remédios, se o transporte escolar possui segurança etc. Esses exemplos, apesar de simples, surtiriam efeitos muito positivos na sociedade.

Nesse contexto, destaca-se que há diversos canais para participação do cidadão na gestão pública, como por exemplo a Ouvidoria. Assim, a Lei nº 13.460/2017 que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, apresenta em seu art. 13 que as Ouvidorias terão como atribuições precípua, dentre outras coisas: promover a participação do usuário na administração pública, acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade e propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços.

No que concerne à relação existente entre gestão democrática e controle social, Gadotti (2014) em seu artigo “Gestão Democrática com Participação Popular - No Planejamento e na Organização da Educação Nacional”, ao comentar sobre o Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2014, apresenta que este documento propôs a adoção de novos modelos de organização administrativa e de gestão, de modo a garantir a participação popular e o controle social, baseado na concepção de gestão democrática.

De acordo com o referido autor, ao se criar mecanismos de participação popular e de controle social das políticas públicas de educação, é de suma importância criar, simultaneamente, as condições de participação. Assim, o autor enfatiza: “Não se deve convocar para a participação popular em locais e horários inadequados, sem estrutura, sem preparação e sem organização” (GADOTTI, *Ibidem*, p. 4).

Gadotti, no mesmo artigo, ressalta que “Uma verdadeira democracia deve facilitar a seus cidadãos a informação necessária para a defesa de seus direitos e a participação na conquista de novos direitos. Numa visão transformadora, a participação popular objetiva a construção de uma nova sociedade, mais justa e solidária.” (GADOTTI, *Ibidem*, p. 9).

Ademais, em concordância com Gadotti, é preciso explorar, especialmente entre os jovens, o grande potencial de participação possibilitado pela tecnologia, como por exemplo, ferramentas gratuitas que permitem realizar encontros virtuais, fóruns de discussões, fazer consultas e enquetes. “Elas não facilitam só a comunicação e a informação mas, igualmente, a gestão democrática, a participação social e popular.” (GADOTTI, *Ibidem*, p. 19).

Em decorrência de tudo que foi abordado, o cidadão precisa se conscientizar do poder que está em suas mãos de acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Para

tanto, é preciso superar fatores culturais que impedem o exercício do controle social como, por exemplo, o medo, a falta de credibilidade nas autoridades, a impunidade, entre outros.

Logo, depreende-se que o cidadão só consegue exercitar o controle social se tiver bem informado. Deste modo, a partir da participação da sociedade, por meio do adequado uso das informações disponibilizadas e solicitadas aos órgãos públicos, evita-se o desvio de recursos e contribui para o atendimento das reais necessidades da população.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado o percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos propostos para a pesquisa. Para uma melhor organização, houve a divisão nos seguintes subtópicos: tipo de pesquisa, participantes da pesquisa, delimitação da amostra, procedimentos para a coleta de dados e para a análise dos dados, plano de desenvolvimento do produto educacional e, por fim, os procedimentos éticos.

4.1 Tipo de Pesquisa

Pela problematização e objetivos propostos delineados, este trabalho possui abordagem qualitativa, pois, segundo Minayo (2009, p. 21), este tipo de abordagem “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes”. Para a autora, esses fenômenos humanos fazem parte da realidade social, pois o ser humano se distingue por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Quanto ao tipo, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que, conforme Gil (2008), é desenvolvida com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre determinado fato. Ainda, consoante o referido autor, “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” (GIL, 2008, p. 27).

Além disso, a pesquisa se identifica como participante. Para Brandão (1999), trata-se de um tipo de pesquisa através do qual se busca a integral participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com a finalidade de promover a participação social para o benefício coletivo.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado, também, um levantamento documental e bibliográfico acerca das categorias trabalhadas. Nesse sentido, importa destacar que, consoante Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é muito parecida com a documental. Aquela se fundamenta nas contribuições de vários autores sobre determinado assunto, enquanto esta se baseia em materiais que ainda não receberam tratamento analítico como, por exemplo, documentos oficiais.

Assim, cumpre ressaltar que a pesquisa se originou, principalmente, a partir de consulta às dissertações e teses publicadas no Brasil. Além disso, foi realizada pesquisa documental, fundamentada nos normativos que regulamentam a educação no Brasil, bem como em documentos institucionais do IFPE.

4.2 Participantes e Ambiente da Pesquisa

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, participaram estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Pernambuco – *Campus Barreiros*, no período de coleta de dados do estudo. Cabe esclarecer que a opção por essa instituição se deu em razão de ser o local de exercício profissional da pesquisadora, bem como seu município de origem e de moradia.

O IFPE – *Campus Barreiros* está localizado na Zona da Mata Sul de Pernambuco e oferta, atualmente, 11 cursos, quais sejam: técnico em Agropecuária e técnico em Alimentos, ambos integrados ao Ensino Médio; técnico em Hospedagem e técnico em Instrumento Musical, na modalidade subsequente; as qualificações profissionais (Proeja) em Operador de Computador, em auxiliar técnico em Agropecuária, em agricultor familiar e em operador de processamento de frutas e hortaliças; dois cursos superiores: licenciatura em Química e Tecnologia em Agroecologia; e uma pós-graduação: especialização em Matemática.

Nesse contexto, vale registrar que a escolha por estudantes do Ensino Médio Integrado (cursos técnicos em agropecuária e em alimentos) ocorreu em virtude da identidade deste mestrado. Em vista disso, conforme o anexo de seu Regulamento, é muito relevante que seja produzido um grande número de trabalhos com o foco no currículo integrado e no Ensino Médio Integrado (PROFEPT, 2018).

Dessa forma, a pesquisa contou com os estudantes que, por demanda espontânea, concordaram em responder ao questionário a ser aplicado, bem como em participar da entrevista. Neste último caso, os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para os menores de idade. Sendo que para esses últimos, foi solicitada, primeiramente, a autorização dos pais/responsáveis, por meio da assinatura do TCLE.

Em relação ao perfil dos participantes da pesquisa, dos 159 estudantes que responderam os questionários, 54,7% são do sexo feminino e 45,3% do sexo masculino. As idades concentraram-se entre 15 a 17 anos, representando 79,24% do total. A pesquisa contou com 89 estudantes do curso técnico em Agropecuária e de 70 do curso técnico em Alimentos.

No que se refere às entrevistas, participaram cinco estudantes, sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino. A idade variou entre 15 a 18 anos. Quanto à cor, quatro se consideraram pardos e apenas um branco. Dos cinco estudantes, dois frequentaram o Ensino Fundamental todo em escola particular e os demais frequentaram parte em escola particular e parte em pública.

4.3 Delimitação da Amostra

Quanto à delimitação da amostra, os autores Ribeiro, Souza, Lobão (2018) no artigo *Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?* publicado na Revista Pesquisa Qualitativa, relatam que em investigações de cunho qualitativo é mais difícil colocar um número exato de respostas dos participantes, principalmente porque as respostas são pouco estruturadas, sendo que uma resposta pode ter mais informações do que outra.

Em face disso, os referidos autores apresentam o entendimento sobre saturação teórica:

A saturação teórica pode ser compreendida como a fase ou ponto da análise de dados qualitativos em que o investigador, decorrente da amostragem e análise de dados, constata que não surgem factos novos e que todos os conceitos da teoria estão bem desenvolvidos. Os conceitos e ligações entre os conceitos que formam a teoria foram verificados e nenhum dado adicional é necessário (RIBEIRO, SOUZA, LOBÃO, 2018, p.3).

Portanto, conforme os autores, a saturação teórica é o fechamento da amostra, isto é, o encerramento da inclusão de novos participantes quando os dados passarem a apresentar, na avaliação do pesquisador, redundância ou repetição.

Em decorrência do exposto, não houve, na pesquisa qualitativa realizada, uma definição do número correto de entrevistas a serem realizadas, uma vez que dependeu da

qualidade e profundidade das respostas obtidas. Diante disso, a presente pesquisa considerou inicialmente uma amostra de cerca de 7 estudantes, sendo possível a variação dessa amostra para mais ou para menos a depender da saturação teórica encontrada.

No que se refere ao número de questionários aplicados, preliminarmente, foi solicitado o quantitativo dos estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado, através de um e-mail enviado à Coordenação de Informações de Dados Institucionais do IFPE – *Campus* Barreiros. A partir disso, em resposta ao e-mail, foi informado o total de 322 alunos matriculados, no ano de 2020, sendo 228 do curso técnico em Agropecuária e 94 do curso técnico em Alimentos.

De posse da informação, buscou-se aplicar o questionário ao maior número possível de estudantes, de forma que a amostra, conforme descreve Gil (2008), pudesse representar com fidedignidade as características da população estudada.

Ademais, cabe destacar que a aplicação de questionários e a realização de entrevistas foram prejudicadas devido à chegada ao Brasil da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), que foi caracterizada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

Por causa disso, houve a suspensão das atividades acadêmicas presenciais no IFPE, no período de 16 a 31/03/2020, medida que visou proteger a saúde da comunidade acadêmica, conforme decisão conjunta do Consórcio Pernambuco Universitas e os Institutos Federais do Estado de Pernambuco, divulgada no dia 15/03/2020. Ademais, em uma nova reunião do referido Consórcio, no dia 27/03/2020, em razão do avanço da pandemia, foi adotada a orientação de suspender as atividades acadêmicas presenciais por período indeterminado.

Mesmo assim, foram obtidas 159 respostas ao questionário, o que representou 49,38% do total de estudantes. Com esse total foi possível atender ao objetivo almejado, especialmente porque houve a participação de todas as turmas dos dois cursos selecionados. Ademais, conseguiu-se realizar, à distância, entrevistas com 5 alunos, sendo 2 do curso técnico em Agropecuária e 3 do curso técnico em Alimentos.

4.4 Procedimentos para a Coleta de Dados

Primeiramente, foi aplicado um questionário (Apêndice F), com questões fechadas, aos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFPE - *Campus* Barreiros com o objetivo de se obter uma visão geral do conhecimento deles quanto ao acesso à informação pública,

especialmente no IFPE. O questionário fechado, conforme Marconi e Lakatos (2003), possibilita, dentre outras coisas, atingir um maior número de pessoas simultaneamente e obter respostas mais rápidas e precisas, além de dar maior liberdade nas respostas, devido ao anonimato.

O questionário foi elaborado no formato *online* utilizando-se a ferramenta denominada “Formulários Google”, disponível no serviço gratuito de armazenamento e sincronização de arquivos intitulado “Google Drive”. Em seguida, houve o seu encaminhamento via aplicativo de mensagens instantâneas, whatsApp, para os representantes de todas as turmas dos cursos técnicos em Agropecuária e em Alimentos, solicitando que estes encaminhassem para os seus respectivos grupos.

No primeiro dia, 03/03/2020, o nível de aceitação dos estudantes foi satisfatório, uma vez que foram obtidas 74 respostas. Porém, nos dias seguintes, dos dias 04/03/2020 a 10/03/2020 foram apenas 13 respostas. O total de 86 questionários respondidos representou uma quantidade abaixo da esperada.

Diante disso, resolveu-se imprimir os questionários e entregá-los pessoalmente aos estudantes, no dia 11/03/2020, obtendo-se, em apenas uma tarde, o total de 73 respostas. Tal fato causou surpresa por parte da pesquisadora, já que se esperava um maior número de respostas, em um tempo menor, via whatsApp, tendo em vista que os jovens atualmente, em geral, fazem uso demasiado do celular.

A esse respeito, uma possível justificativa para o fato acima relatado é o volume excessivo de mensagens recebidas por meio do referido aplicativo e isso faz com que informações importantes passem despercebidas. Superadas as dificuldades encontradas, os 159 questionários respondidos foram consolidados em um editor de planilhas, no qual foram construídos gráficos que facilitaram a análise frequencial comparativa dos dados obtidos.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com questões abertas (Apêndice G). De acordo com Boni e Quaresma (2005), nesse tipo de entrevista, num contexto semelhante à de uma conversa informal, o pesquisador segue um roteiro com questões que foram previamente definidas. No entanto, caso seja necessário, o entrevistador pode realizar perguntas adicionais para esclarecer respostas que não ficaram compreensíveis ou para restabelecer o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha se desviado do tema ou tenha dificuldades com ele.

Anteriormente à aplicação dos questionários e das entrevistas foi realizado um pré-teste. O objetivo do pré-teste, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), é identificar se há

ambiguidade nas questões, perguntas desnecessárias, adequação da ordem das questões, se precisam ser complementadas, se as perguntas são compreensíveis etc.

O questionário e a entrevista, do pré-teste, foram aplicados a dois estudantes do Ensino Médio Integrado do IFPE – *Campus* Barreiros e não compuseram a amostra do estudo. Após a testagem, foram realizados ajustes, especialmente, na elaboração das perguntas de forma a torná-las mais compreensíveis.

Cabe mais uma vez ressaltar que os procedimentos para a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários foram prejudicados devido à suspensão das atividades acadêmicas presenciais a partir do dia 16/03/2020, medida que visou proteger a saúde da comunidade acadêmica diante da pandemia do novo coronavírus, conforme já apresentado anteriormente.

Diante disso, as entrevistas, que seriam realizadas no *Campus* Barreiros e em sala restrita, precisaram ser realizadas à distância, utilizando-se da plataforma gratuita de videoconferência “Google Meet”, na qual foi possível fazer a gravação para posterior transcrição das respostas.

Além dos questionários e das entrevistas, foram coletadas as demandas de informação feitas ao IFPE, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). A partir disso e tendo em vista que essa pesquisa pretendeu analisar a percepção dos estudantes quanto ao acesso à informação pública, foram selecionadas e analisadas as demandas realizadas pelos cidadãos que se identificaram como estudantes do Ensino Médio. Assim, considerando o conteúdo das demandas e das respostas apresentadas, foi possível verificar as que poderiam produzir efeitos positivos nos processos organizacionais do IFPE.

Ainda, foram reunidos os Relatórios Anuais de Atividades da Ouvidoria Geral do IFPE, disponibilizados na página institucional na internet, bem como outras informações que se fizeram necessárias. Com isso, foi identificado, a partir do perfil dos cidadãos atendidos, o nível de participação dos estudantes e quais os tipos de manifestações (reclamação, sugestão, denúncia etc.) que foram apresentados por eles. Deste modo, o objetivo foi verificar se essa forma de participação também pode produzir efeitos positivos nos processos organizacionais do IFPE.

4.5 Procedimentos para a Análise dos Dados

No que concerne à análise documental, seguiu-se, dentre as orientações propostas por Lüdke e André (2004), algumas etapas, quais sejam: escolha dos documentos, realização de

diversas leituras desses documentos a fim de identificar os temas mais frequentes que serão averiguados e, por último, exploração das “ligações entre os vários itens, tentando estabelecer relações e associações e passando então a combiná-las, separá-las ou reorganizá-las” (LÜDKE; ANDRÉ, 2004, p. 44).

Quanto à análise dos dados qualitativos obtidos, foi realizada a partir da análise de conteúdo sugerida por Bardin (2011). Conforme o autor:

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, que depende do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de resposta a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas (BARDIN, 2011, p. 36).

Conforme Bardin (2011), as fases da análise de conteúdo são três: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise o pesquisador organiza os documentos, selecionando o material que será submetido à análise. Na exploração do material os dados são transformados em categorias de análise. Por fim, chega-se ao tratamento dos resultados obtidos, a partir da interpretação dos dados para resultar nas reflexões finais.

Ademais, foi utilizada a análise temática que, de acordo com Bardin (2011), é o elemento de significação que está presente na comunicação e que confere algum significado ao objeto da pesquisa. Ainda, seguindo a orientação de Lino (2018), os resultados, na análise de conteúdo, foram sintetizados e mostrados de maneira conclusiva, pois o objetivo é expor o entendimento do grupo de entrevistados sobre as categorias propostas e não a ideia particular de cada um.

Deste modo, a entrevista já foi elaborada com questões divididas por categorias, quais sejam: Ensino Médio Integrado, Formação Cidadã, Protagonismo Juvenil, Acesso à Informação e Controle Social. Assim, após a realização das entrevistas, gravadas e transcritas de forma integral, foram reconhecidas as subcategorias como forma de auxiliar as análises a serem efetuadas.

Deste modo, definidas as categorias e respectivas subcategorias, foram identificados alguns núcleos temáticos que mais se repetiam nas falas dos estudantes. A partir disso, tendo em vista o objetivo proposto, foi possível analisar as percepções dos entrevistados e relacioná-las com as contribuições teóricas discutidas nesta dissertação.

4.6 Plano de Desenvolvimento do Produto Educacional

Como produto educacional, foi elaborado um fanzine, palavra cuja origem vem da junção de dois termos da língua inglesa *fanatic* (fã) e *magazine* (revista). O fanzine, conforme Magalhães (1993), é uma publicação alternativa e amadora, normalmente de pequena tiragem, editada e impressa artesanalmente.

De início, o objetivo era construir um fanzine juntamente com os estudantes participantes das entrevistas, por meio de um grupo focal. No entanto, devido à pandemia do novo coronavírus, a estratégia precisou ser alterada. Assim sendo, no final das entrevistas, realizadas à distância, foi relatado para os estudantes que haveria a construção de um fanzine e foi facultada a contribuição deles nesse produto educacional.

Preliminarmente, foi explicado para os entrevistados o que era um fanzine e, em seguida, foi aberto espaço para que eles contribuíssem através de mensagens ou frases. Portanto, de posse dos resultados da coleta de dados e das contribuições dos cinco estudantes, coube à pesquisadora idealizar e construir o produto educacional.

De modo artesanal, foram iniciados os trabalhos de escrita, recortes e colagem. Apesar disso, no decorrer da elaboração do fanzine, percebeu-se que haveria dificuldade em disponibilizá-lo fisicamente para a avaliação dos estudantes, devido ao isolamento social imposto pela pandemia. Por isso, mais uma vez a estratégia precisou ser alterada e, por isso, optou-se por transferir o fanzine para o ambiente digital, chamando-o agora de fanzine eletrônico ou, simplesmente, de e-zine.

Assim, o fanzine eletrônico foi desenvolvido pela pesquisadora utilizando-se da versão gratuita do programa chamado “CANVA¹”. Este programa permite a criação de designs diversos a partir de *layouts* e imagens disponibilizadas no próprio programa.

A avaliação do e-zine foi realizada por meio de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, construído no “Formulários Google”, disponível no serviço gratuito de armazenamento e sincronização de arquivos intitulado “Google Drive”. O e-zine *Jovem Ligado* e o questionário (Apêndice H) foram enviados via aplicativo de mensagens instantâneas, whatsApp, para os cinco estudantes participantes da entrevista. Na mensagem enviada, foi explicado resumidamente do que se tratava um e-zine e foi solicitada a participação deles de forma voluntária.

¹ Situado no site www.canva.com.

Além das respostas dos cinco estudantes entrevistados, foi solicitado que eles encaminhassem o e-zine juntamente com o questionário para seus colegas do Ensino Médio Integrado do *Campus* Barreiros. Deste modo, foram obtidas 13 respostas, que serão apresentadas e analisadas em capítulo específico.

4.7 Procedimentos Éticos

Em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, o presente estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), obtendo aprovação no dia 20/12/2019, conforme Parecer Consubstanciado do CEP nº 3.787.353 (ANEXO A). Assim, ao longo da realização da pesquisa, foi preservado todo o aspecto ético preconizado por essas resoluções.

As informações e os dados obtidos no alcance dos objetivos desta pesquisa foram utilizados exclusivamente para os fins científicos, mantendo-se o sigilo absoluto da identidade dos participantes, bem como garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos estudantes e/ou da instituição.

Por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), os entrevistados foram orientados, dentre outras coisas, quanto aos objetivos da pesquisa e quanto à possibilidade de se negar a participar ou se ausentar dela a qualquer momento. O TCLE (APÊNDICE C) e o TALE (APÊNDICE E) foram assinados pelo pesquisador e por todos os estudantes que concordaram em participar do estudo e também pelos pais/responsáveis, nos casos dos participantes menores de idade.

Ademais, para a realização da coleta de dados e informações necessárias para a execução da pesquisa, o trabalho obteve autorização do Diretor Geral do IFPE – *Campus* Barreiros, mediante Carta de Anuência, assinada no dia 23/07/2019. Além disso, houve a autorização pela Reitora do IFPE, no dia 30/07/2019, por meio da assinatura do Termo de Anuência para a Realização de Pesquisas Descritivas Externas nas dependências do IFPE e da Autorização de Uso de Arquivos/Dados de Pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão expostos os resultados alcançados e as discussões levantadas, como forma de atendimento aos objetivos propostos por esta pesquisa. Inicialmente, será apresentada a análise documental, seguida do estudo relativo à participação dos estudantes por meio do e-SIC e da Ouvidoria. Por fim, serão descritas as análises empreendidas a partir das informações obtidas por meio dos questionários e das entrevistas.

5.1 Análise Documental

Esta análise documental foi construída em duas partes, inicialmente foi realizado o levantamento da temática cidadania nos normativos que regulamentam a educação brasileira e nos normativos institucionais do IFPE. Posteriormente, foi analisado como o IFPE vem implementando a Lei de Acesso à Informação, em conformidade com os fundamentos legais, visando práticas mais transparentes e o estímulo ao controle social.

Dito isto, o quadro 10 inicia-se com a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. Conhecida como Constituição Cidadã, foi a primeira a apresentar a finalidade de educar para o exercício da cidadania.

Quadro 10 - Cidadania nos normativos que regulamentam a educação brasileira

Normativo	Temática Cidadania
Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).	Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso).
Lei nº 9.394/1996 – Estabelece diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (BRASIL, 1996).	Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. [...] § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso). Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da

	<p>escola;</p> <p>II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.</p> <p>Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (grifos nossos).</p> <p>Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:</p> <p>I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; [...] (grifos nossos).</p> <p>Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:</p> <p>[...]</p> <p>II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;</p> <p>III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; [...] (grifos nossos).</p>
<p>Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, MEC, 2010).</p>	<p>Art. 1º A presente Resolução define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo [...] (grifo nosso).</p> <p>Art. 5º A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão (grifos nossos).</p> <p>Art. 13. § 1º O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais (grifos nossos).</p> <p>Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais. [...]</p> <p>§ 2º Tais componentes curriculares são organizados pelos sistemas educativos, em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão (grifos nossos).</p> <p>Art. 44. O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:</p> <p>I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo; [...]</p>

	<p>VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil); (grifos nossos).</p> <p>Art. 55. A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da e na escola mediante:</p> <p>[...]</p> <p>III - a prática em que os sujeitos constitutivos da comunidade educacional discutam a própria práxis pedagógica impregnando-a de entusiasmo e de compromisso com a sua própria comunidade, valorizando-a, situando-a no contexto das relações sociais e buscando soluções conjuntas; (grifos nossos).</p>
<p>Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, MEC, 2012).</p>	<p>Art. 5º Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais (grifo nosso).</p>
<p>Lei nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências (BRASIL, 2014).</p>	<p>Art. 2º. São diretrizes do PNE:</p> <p>[...]</p> <p>III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;</p> <p>IV - melhoria da qualidade da educação;</p> <p>V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;</p> <p>VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;</p> <p>[...] (grifos nossos).</p> <p style="text-align: center;">ANEXO METAS E ESTRATÉGIAS</p> <p>META 19 Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.</p> <p>Estratégias:</p> <p>[...]</p> <p>19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;</p> <p>19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;</p> <p>19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;</p> <p>[...] (grifos nossos).</p>
<p>Resolução</p>	<p>Art. 3º O ensino médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será</p>

<p>CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, MEC, 2018).</p>	<p>promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). (grifo nosso)</p> <p>Art. 6º Para fins de obtenção de maior clareza de exposição, ficam definidos os seguintes termos utilizados na presente Resolução:</p> <p>I - formação integral: é o desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do estudante por meio de processos educativos significativos que promovam a autonomia, o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida;</p> <p>[...]</p> <p>VI - competências: mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. [...] (grifos nossos).</p> <p>Art. 7º § 3º As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho. (grifo nosso)</p>
---	--

Fonte: elaboração própria.

Conforme é possível verificar no quadro 10, a finalidade da educação, descrita na CF/88, no que tange ao preparo para o exercício da cidadania, orientou a elaboração dos demais normativos que regem a educação brasileira. De forma especial destacamos a Lei nº 9.394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma vez que, em concordância com a Constituição Federal, coloca a formação para o exercício da cidadania como parte do tripé que compreende as finalidades da educação, no qual também fazem parte o pleno desenvolvimento do educando e a sua qualificação para o trabalho.

A princípio, cabe destacar que as observações realizadas nos normativos teve como parâmetro as discussões dos autores apresentados no referencial teórico, de modo especial a análise indicada por Domingues (2017), na qual foi feita a distinção da concepção de cidadania no sentido liberal e no sentido marxista-gramsciano.

Dito isto, o parágrafo 2º do art. 1º da LDB, ao apresentar que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, não evidencia qual é a concepção adotada para os conceitos de mundo do trabalho e de prática social. Deste modo, conforme Domingues (2017), a ausência de definição favorece a uma concepção de mundo de trabalho segundo interesses mercantis.

No seu art. 14, a referida lei delega aos sistemas de ensino a definição de normas da gestão democrática do ensino público na educação básica. Ademais, o seu art. 27, destaca que os conteúdos curriculares da educação básica observarão, dentre outras diretrizes: “I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de

respeito ao bem comum e à ordem democrática;”. Nesses artigos percebe-se que a LDB apresenta de forma incipiente a ligação entre cidadania e democracia.

Por sua vez, quanto às finalidades do Ensino Médio, no seu art. 35, apresenta, além da preparação para a cidadania, o aprimoramento do estudante como pessoa humana para desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL, 1996). Esse artigo aproxima-se da concepção de cidadania no sentido marxista-gramsciano.

Apesar disso e considerando o contexto que a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi elaborada e aprovada, corrobora-se com o entendimento de Domingues (2017) de que a concepção de cidadania presente nesta lei é generalista, isto é, sem uma definição delimitada, todavia, de um modo geral, subentende-se que se trata de uma concepção no sentido liberal.

No que se refere à Resolução nº 4/2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, é apresentado no art. 5º que a “Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude”. Nesse contexto, em seu art. 44 há o destaque para a construção coletiva do projeto político-pedagógico, dando espaço para o protagonismo juvenil, como é possível verificar a seguir:

Art. 44. O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os **sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social**, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

[...]

VI - os fundamentos da **gestão democrática, compartilhada e participativa** (órgãos colegiados e de **representação estudantil**); (BRASIL, 2010, grifos nossos).

Ainda sobre esse assunto, a referida Resolução, descreve em seu art. 55 sobre a gestão democrática, apresentando que “constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena [...]” (BRASIL, 2010).

Os artigos em destaque fortalecem a concepção de cidadania no sentido marxista-gramsciano, especialmente por dispor sobre a participação dos estudantes no planejamento e na organização pedagógica. Deste modo, os discentes podem se tornar produtores da própria história, de modo a promover transformações para atender seus interesses e as necessidades da sociedade.

No que se refere à Lei nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de

2014 a 2024, verifica-se que nela há o destaque para gestão democrática da educação, apresentando estratégias para o fortalecimento da participação e fiscalização na gestão escolar e educacional.

Nessa perspectiva, dentre as metas definidas no PNE, a de número 19 relaciona-se com o protagonismo juvenil, haja vista o estímulo para o fortalecimento de grêmios estudantis e dos conselhos escolares. Dessa forma, a partir da criação de espaços institucionais como esses, os jovens poderão participar da gestão escolar e, assim, terão oportunidade de apresentar seus anseios e contribuir para o alcance da missão institucional.

O destaque para a gestão democrática no PNE, reforça o entendimento de Gadotti (1993) quanto à importância de se criar situações que facilitem verdadeiras aprendizagens, tomadas de consciência, construção de valores. Nesse sentido, o autor defende que a educação para a cidadania deve ser colocada em prática no ambiente escolar.

Assim, entende-se que o Plano Nacional de Educação manifesta uma concepção de cidadania no sentido marxista-gramsciano. Dentro da finalidade da educação, de acordo com Domingues (2017), esta concepção considera, dentre outras coisas, que o sujeito seja capaz de transformar a sociedade visando ao bem comum, bem como a existência coletiva dos homens no que se referem ao pleno usufruto dos bens materiais, políticos e simbólicos.

Quanto à Resolução nº 3/2018, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, é apresentado que a formação integral deve promover a autonomia, cidadania e o protagonismo juvenil, conforme definição disposta no inciso I, art. 6º, que dispõe: “desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do estudante por meio de processos educativos significativos que promovam a autonomia, **o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida.**” (Brasil, 2018a, grifo nosso).

A referida resolução corrobora com o entendimento de Dayrell, Gomes e Leão (2010), no qual enfatiza que a escola é um dos espaços privilegiados para o processo de aprendizagem de formas e mecanismos de participação, o que pode levar os jovens a acreditar nos possíveis resultados de uma ação coletiva.

Em decorrência do exposto, observou-se que os normativos que regem a educação brasileira tratam, de diversos modos, sobre a temática cidadania, bem como sobre gestão democrática e protagonismo juvenil. No entanto, é importante que todas essas orientações não fiquem apenas no papel, mas sejam, em concordância com Sacristán (2000), norteadoras para o exercício da cidadania em nosso país. Para tanto, o autor defende que todos os envolvidos com a temática da Cidadania têm o compromisso de fomentar ideias práticas.

Além do que foi apresentado, cabe demonstrar como a temática cidadania é retratada nos documentos institucionais do IFPE, conforme exposto no quadro 11 a seguir:

Quadro 11 - Cidadania nos documentos institucionais do IFPE

<p>Missão e Valores do IFPE (site do IFPE: https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/institucional/missao-visao-e-valores)</p>	<p>Missão: Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (grifo nosso).</p> <p>Valores: Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática (grifos nossos).</p>
<p>Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI (IFPE, 2012).</p>	<p>6. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS</p> <p>No contexto educacional brasileiro, não é fácil construir um conceito de educação de qualidade, que vise à formação integral e integrada para a cidadania. Essa reflexão é imperativa e faz com que seja de fundamental importância que o IFPE organize, selecione, direcione saberes e desenvolva uma prática pedagógica de forma integrada, capaz de contribuir com a efetivação desse papel. Assim, faz-se necessário repensar continuamente a sua função social, compreendida também enquanto prestação de serviços à sociedade, a partir da formação profissional em vários níveis e modalidades de ensino, contribuindo para que o estudante possua sólidos conhecimentos científicos e tecnológicos, como também em sua formação para a cidadania, a fim de se concretizarem as aspirações da sociedade no que se refere a sua formação: maior qualidade de educação, maior igualdade e formas democráticas de convívio, com o objetivo de construir e consolidar não só a qualificação profissional, mas, sobretudo, a formação humana.</p> <p>[...]</p> <p>Os princípios pedagógicos são eixos estruturadores do ensino-aprendizagem que possibilitam a materialização do desempenho do futuro profissional, capaz de vincular a educação à prática social e ao mundo do trabalho, relacionar teoria e prática, estar preparado para o exercício da cidadania, explicar adequadamente os processos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, apresentar autonomia intelectual e pensamento crítico e ser flexível frente a novas condições de ocupação no mundo do trabalho (grifos nossos).</p> <p>8.1 PROPOSTAS E AÇÕES</p> <p>-Gestão democrática, aberta à participação da comunidade interna e externa, através de regulamentação específica;</p> <p>-Gestão cidadã, que promova a formação humanística e profissional, contribuindo para a construção da cidadania; (grifos nossos).</p> <p>9.1.3. PROGRAMA DE GESTÃO COMPARTILHADA:</p> <p>- Garantir a realização do orçamento participativo como prática cidadã no IFPE, com a participação paritária de representantes das comunidades interna e externa.</p> <p>[...]</p> <p>-Criar e/ou fortalecer as instâncias de representação estudantil do IFPE (grifo nosso).</p>
<p>Organização Acadêmica (IFPE, 2014).</p>	<p>ANEXO I - REGIME DISCIPLINAR DISCENTERESOLUÇÃO Nº 04/2015</p> <p>CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES</p> <p>XXI - Intervenção Ético-Pedagógica: Conjunto de ações técnicas na busca da garantia de direitos e no desenvolvimento de ações educativas articuladas às diversas áreas do saber científico e profissional, na perspectiva da formação cidadã através de uma ação-reflexão da indisciplina ocorrida. Classificamos como Intervenção Ético-Pedagógica, no âmbito deste documento, as seguintes metodologias: acolhimento e acompanhamento do caso pela equipe multiprofissional, plano de intervenção junto com o(s) discente(s),</p>

	afastamento temporário, advertência verbal ou escrita e o desligamento (grifo nosso).
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Pernambuco 2014 – 2018, Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 057/2015, de 15 de dezembro de 2015 (IFPE, 2015b). Obs.: O PDI teve sua vigência prorrogada, conforme Resolução CONSUP/IFPE nº 79, de 5 de novembro de 2019 (IFPE, 2019b).	<p>Relação Entre Ensino, Pesquisa e Extensão</p> <p>Ao articular as atividades de Ensino às de Pesquisa, o IFPE aponta na direção de projetos curriculares capazes de formar cidadãos críticos, com condições de construir conhecimentos relativos ao ser humano de forma comprometida com o desenvolvimento social, econômico, artístico e cultural da sociedade brasileira (grifo nosso).</p> <p>Desenvolvimento e Organização da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação</p> <p>A atividade de pesquisa deverá estar comprometida com a formação cidadã, com o desenvolvimento regional sustentável, articulada com os arranjos produtivos, culturais e sociais, sem perder de vista a capacidade de diálogo com outros universos de pesquisa; [...] (grifo nosso)</p> <p>1.5.3 Atuação no campo da Extensão</p> <p>[...] o IFPE vem buscando desenvolver ações que reafirmam seu comprometimento com a transformação da sociedade brasileira em direção à construção da cidadania por meio da justiça, solidariedade e democracia, atendendo aos seguintes princípios:</p> <p>[...]</p> <p>II. Desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social atrelado à prática profissional e científica, respondendo às demandas da sociedade;</p> <p>III. Compromisso social em promover o acesso da sociedade ao mundo do trabalho e à cidadania;</p> <p>VI. Desenvolvimento integral da pessoa na busca do exercício da cidadania atrelada à sua qualificação para o mundo do trabalho, apontando para práticas coletivas que sejam integrais no âmbito pessoal, mobilizadoras nas suas opções ética e cidadã e comprometidas com suas ações políticas e sociais;</p> <p>VII. Favorecimento do exercício da cidadania e a participação crítica, fortalecendo as políticas que asseguram os direitos do cidadão, bem como a construção de processos democráticos geradores de equidade social e equilíbrio ambiental (grifos nossos).</p> <p>Na prática extensionista, a disseminação do conhecimento se dá por meio das dimensões da Extensão, nas quais as ações são organizadas e classificadas como:</p> <p>[...]</p> <p>V. Impacto e Transformação Social: reafirma a Extensão Tecnológica como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Instituição com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.</p> <p>Ainda nessa perspectiva, a implementação das dimensões da Extensão Tecnológica do IFPE, como prática orientadora para a formulação das ações extensionistas, atendem às seguintes diretrizes:</p> <p>[...]</p> <p>e) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;</p> <p>f) Participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural; (grifos nossos).</p> <p>1.5.4.1.1 Ouvidoria Geral</p> <p>[...] promover a interlocução entre a Instituição e as comunidades interna e externa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados pela Instituição. (grifo nosso)</p> <p>1.5.4.2 Comunicação com a comunidade acadêmica – ASCOM</p> <p>[...] pode-se afirmar que trabalhar a Comunicação Pública pressupõe assumir uma perspectiva cidadã, envolvendo temas de interesse público. E, nesses preceitos, têm sido pautadas as ações dos profissionais que compõem a equipe de Comunicação do IFPE (grifos nossos).</p>

	<p>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO [...] articular um trabalho coletivo e respaldado nas necessidades locais, atentando para a diversidade que permeia a sociedade brasileira, garantido, assim, uma postura cidadã em suas ações (grifo nosso).</p> <p>4.4.2 Princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem As dimensões da formação integral são sustentadas nos princípios da solidariedade, ética, pluralidade cultural e sustentabilidade, que estão imbricados em complexas relações socioambientais, as quais promovem inter-relações entre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente, objetivando o exercício de uma cidadania ativa, numa concepção de educação que visa ao desenvolvimento social e emocional do homem. Com essa compreensão, constituem-se os princípios pedagógicos integradores para a construção dos currículos: [...] -Compreensão da cidadania como o centro do processo educativo; (grifos nossos).</p> <p>4.5 POLÍTICAS PARA O ENSINO As políticas para o Ensino têm-se estruturado a partir da construção do conhecimento na perspectiva de uma formação integral para a cidadania [...]</p> <p>4.7 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO [...] V - Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais cidadãos; [...] (grifos nossos).</p> <p>10. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES Entendendo, nesse processo, que o conhecimento socializado, no âmbito das instituições de ensino, desempenha papel fundamental para a formação da cidadania, através de uma intervenção educativa multidimensional, que ultrapassa os limites do mundo do trabalho. A formação cidadã, assim percebida, contribui para que o sujeito construa sua própria trajetória de vida, numa perspectiva crítica, autônoma e criativa, adquirida através do saber sistematizado.</p> <p>A Política da Assistência Estudantil do IFPE tem como finalidade prover os recursos necessários para o estudante superar os entraves do seu desempenho acadêmico, sendo, ainda, um instrumento de fortalecimento de uma formação voltada para o exercício da cidadania (grifos nossos).</p> <p>10.4 Programa de Incentivo à Arte e Cultura Objetivo: Proporcionar ao corpo discente do IFPE a vivência da cidadania através da arte e da cultura (grifo nosso).</p> <p>10.4.1 Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer O Programa de Esporte e Lazer compreende um conjunto de ações que visam contribuir para o exercício da cidadania, através de práticas esportivas e de lazer (grifo nosso).</p>
--	---

Fonte: elaboração própria.

Conforme é possível observar no quadro 11, os documentos do IFPE apresentam de forma considerável a temática Cidadania, especialmente no que se refere à atuação no campo da extensão, disposta no item 1.5.3 do Plano de Desenvolvimento Institucional. Neste item, é ressaltado o favorecimento da participação crítica por meio de processos democráticos, o incentivo à prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e

política e o destaque para uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades coletivos.

Portanto, de um modo geral, estes documentos também se enquadram na concepção de cidadania marxista-gramsciana, bem como favorecem o protagonismo juvenil, uma vez que orientam no sentido de desenvolver nos estudantes uma postura crítica e consciente diante dos problemas da sociedade, de forma que sejam capazes de intervir e transformar a realidade em que vivem, visando atender aos interesses da coletividade.

Ademais, de acordo com os destaques do Quadro 11, o IFPE compreende a cidadania como o centro do processo educativo, enfatizando que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ser comprometidas com a formação de cidadãos críticos capazes de atuar ativamente na sociedade. Deste modo, ratifica-se o entendimento de Gadotti (2014), no qual a participação popular se caracteriza por uma dimensão pedagógica, isto é, formar para o exercício da cidadania ativa, mas também tem uma função política, que é intervir na tomada de decisões políticas.

Nesta segunda parte da análise documental foi verificado como o IFPE vem implementando a Lei de Acesso à Informação, em conformidade com os fundamentos legais, visando práticas mais transparentes e o estímulo ao controle social.

Inicialmente, cabe destacar que o Plano de Dados Abertos (PDA) do IFPE, instituído por meio da Portaria nº 1.582/2018, apresenta um planejamento com o propósito de dar publicidade às ações desenvolvidas pelo IFPE, fortalecendo na instituição os canais de comunicação e a participação social. Ademais, o plano possui dentre seus objetivos específicos: estimular e fortalecer o controle social; intensificar os processos de transparência ativa; fortalecer os processos de transparência e de acesso a informações públicas; monitorar e controlar os dados institucionais (IFPE, 2018a).

Os objetivos específicos do PDA reforçam a ligação existente entre o acesso à informação pública e o controle social. Assim, confirma-se a compreensão de Lima (2007, p. 18) de que: “Transparência e participação na gestão pública são fatores determinantes para o controle efetivo da sociedade sobre a gestão pública”.

Ainda, conforme o Plano de Dados Abertos, “a Comunicação do IFPE com a sociedade é realizada por meio de diferentes canais, sendo os principais a Ouvidoria, a Carta de Serviços ao Cidadão e o Serviço de Informação ao Cidadão- e-sic.” (IFPE, 2018a, p. 9). Além disso, o IFPE mantém contato com as comunidades externa e interna por meio de

veículos como a página virtual institucional², na qual são publicadas notícias de interesse público, dentre outras ações de comunicação.

Quanto à Ouvidoria, o PDA apresenta que essa instância exerce papel de mediadora nas relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade, “garantindo atendimento de excelência às manifestações dos cidadãos e aprimoramento constante das políticas e dos serviços públicos prestados, fortalecendo, assim, a participação da coletividade nas ações Institucionais.” (IFPE, 2018a, p. 10).

No que se refere à Carta de Serviços ao Cidadão, o Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta que esse instrumento tem por finalidade informar o cidadão sobre os serviços prestados pela instituição. Por meio desse documento, o “IFPE facilita e amplia o acesso aos seus serviços, possibilitando à sociedade que dele se utiliza o controle social das ações desenvolvidas, servindo também de subsídios para a melhoria da qualidade do atendimento a ela prestado.” (IFPE, 2015a, p. 49).

Também, conforme o PDI, um outro canal de Comunicação do IFPE com a sociedade é o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação. “O objetivo, portanto, dessa ferramenta é facilitar a toda e qualquer pessoa o exercício do direito de acesso a informações públicas.” (IFPE, 2015a, p. 50).

Diante do que foi apresentado, verificou-se que o IFPE possui importantes ferramentas de participação da comunidade acadêmica. Apesar disso, cabe ressaltar a fala de Gadotti (2014), quanto ele expõe que ao se criar mecanismos de controle social das políticas públicas de educação, é de suma importância criar, simultaneamente, as condições de participação.

De forma semelhante, Torres (2001, p. 183) defende que “[...] os indivíduos não estão prontos para participar da política. Eles têm de ser educados de diversas maneiras em democracia política, aí incluídas a fundamentação normativa, a conduta ética, o conhecimento do processo democrático e o desempenho técnico.”.

Por fim, de um modo geral, percebeu-se que o IFPE está envidando esforços na implementação da Lei de Acesso à informação, bem como das demais legislações que regulamentam a transparência pública no Brasil. Apesar disso, cabe frisar, conforme já destacado anteriormente, a importância desses normativos serem colocados efetivamente em prática, resultando no fortalecimento dos canais de comunicação da instituição e na promoção da participação social.

^{2 2} Localizada em: <https://www.ifpe.edu.br/>.

5.2 Participação dos Estudantes por meio do e-SIC e da Ouvidoria

Este item dos resultados e discussões tem a finalidade de atender ao segundo objetivo específico, qual seja: Identificar os possíveis impactos da participação dos estudantes nos processos organizacionais, resultante da solicitação de informações por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e de manifestações registradas na Ouvidoria.

Inicialmente, foi consultado, no dia 20/01/2020, o *Relatório de pedidos de acesso à informação e solicitantes* do IFPE, tendo como referência o período de maio de 2012 (mês em que a LAI entrou em vigor) a dezembro de 2019, disponível na página na internet do e-SIC no *link Relatórios Estatísticos*. Por meio dessa ferramenta foi identificado que, no período selecionado, foram realizados 1.332 pedidos de acesso à informação. Desses pedidos, 12,67% foram realizados por estudantes, conforme é possível visualizar no quadro 12:

Quadro 12 - Identificação dos solicitantes - profissão

Profissão	
Servidor público federal	32,78%
Estudante	12,67%
Professor	11,89%
Não Informado	11,44%
Outra	9,67%
Empregado - setor privado	6,67%
Servidor público estadual	4,44%
Servidor público municipal	3,22%
Profis. Liberal/autônomo	2,56%
Pesquisador	2,11%
Jornalista	1,56%
Empresário/empreendedor	0,78%
Membro de ONG nacional	0,11%

Fonte: Relatórios Estatísticos, consulta ao *site* do e-SIC no dia 20/01/2020, grifo nosso.

Dos 12,67% que solicitaram informações, 11% se identificaram como estudantes do Ensino Médio. Interessante notar que os estudantes com maior escolaridade (ensino superior, pós-graduação e mestrado/doutorado) foram responsáveis pelo maior percentual de solicitações, o que ratifica a constatação de Carrano (2012) na qual relata que os níveis mais significativos de engajamento e adoção de atitudes e valores democráticos encontram-se entre os jovens mais escolarizados.

Quadro 13 - Identificação dos solicitantes - escolaridade

Escolaridade	
Ensino Superior	29,22%
Pós-graduação	27,00%
Mestrado/Doutorado	23,67%
Ensino Médio	11,00%
Não Informado	8,11%
Ensino Fundamental	0,78%
Sem instrução formal	0,22%

Fonte: Relatórios Estatísticos, consulta ao *site* do e-SIC no dia 20/01/2020, grifo nosso.

Tendo posse dessas informações e da autorização concedida pelo IFPE, foi acessado o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, com o perfil de observador. A partir do *link Consultar Pedido*, foram consultados os pedidos referentes ao período de 01/05/2012 a 31/12/2019, considerando apenas os realizados por pessoas físicas, resultando em 1.260 pedidos.

Assim sendo, foram acessados os dados dos solicitantes e por meio de um editor de planilhas foram relacionadas as suas respectivas profissões e escolaridades. Através de um filtro, foram identificados 44 pedidos realizados por 31 pessoas que se caracterizaram como estudantes do Ensino Médio.

Primeiramente, foram separados os pedidos de teor semelhante, conforme apresentado no quadro 14:

Quadro 14 - Classificação dos pedidos

Informações Solicitadas	Quantidade
Disponibilidade de cargos técnico-administrativos	16
Vestibular e matrícula	6
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	5
Dados orçamentários e financeiros	4
Pedido incompreensível	3
Salário de servidor	3
Professor que não cumpre ementa curricular	1
Complementação de pedido anterior	1
Relação de servidores ativos da IFPE detentores de direitos relativos ao exercício anterior	1
Solicitação realizada por caminho inadequado	1
Vaga concurso para docente	1
Dúvida do valor das diárias	1
Assistência estudantil referente ao subsídio de refeições	1
Total dos Pedidos	44

Fonte: elaboração própria.

Após essa classificação, foram excluídas da análise nove solicitações, uma vez que se enquadravam nas seguintes situações: órgão não tem competência para responder sobre o assunto, pedido incompreensível e solicitação realizada por caminho inadequado. Além disso, tendo em vista que um dos pedidos era complemento de outro, optou-se pela junção deles, considerando, assim, como uma única demanda. Dessa forma, restaram 34 pedidos. Estes foram analisados com a finalidade de identificar os que poderiam promover ajustes e/ou aperfeiçoamentos nos processos organizacionais do IFPE.

A esse respeito, destaca-se que o conceito de processo, considerado nesta pesquisa, é o da cartilha *Guia “d” Simplificação* do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (BRASIL, SEGEP, 2009, p. 1), qual seja: “conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas ou interativas que transformam insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas)”. Dessa forma, o processo pode ser entendido como um fluxo de trabalho, isto é, uma sequência de atividades que dependem umas das outras.

A cartilha apresenta, ainda, que os processos organizacionais podem ser divididos em finalísticos e de apoio. Os finalísticos estão diretamente ligados à missão da instituição e os de apoio são os que garantem o suporte adequado aos processos finalísticos. Com base nisso, serão analisados os possíveis impactos da participação social dos estudantes nos processos organizacionais do IFPE, sejam eles finalísticos ou de apoio.

Primeiramente, para auxiliar as análises, as solicitações de teor semelhante foram agrupadas em categorias, conforme apresentadas a seguir:

- Disponibilidade de cargos técnico-administrativos: 16 pedidos concentraram-se nessa categoria. Foram reunidas informações sobre a existência, distribuição e o quantitativo de vagas, sejam elas disponíveis ou ocupadas, para cargos técnico-administrativos. Além disso, foi solicitado o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos do IFPE, no qual é discriminada a quantidade de cargos vagos e ocupados da instituição;
- Vestibular e matrícula: 5 pedidos trataram sobre o ingresso no IFPE, especialmente com dúvidas sobre vagas, e um pedido sobre matrícula e reintegração curricular;
- Dados orçamentários e financeiros: 4 pedidos se enquadraram nessa categoria. Informações sobre: auxílio financeiro para os estudantes, valores financeiros repassados para os *Campi* do IFPE, orçamento por curso para congressos e eventos.

Além dessas categorias, 3 pedidos desejaram saber o valor do salário de servidores específicos e mais 5 pedidos referiram-se a outros assuntos, quais sejam: professor que não cumpre ementa curricular; relação de servidores ativos do IFPE detentores de direitos

relativos ao exercício anterior; vaga de concurso para docente; dúvida sobre o valor de diária recebida pelos estudantes; e assistência estudantil referente ao subsídio de refeições.

O panorama das solicitações de informações revelou o grande interesse dos estudantes do Ensino Médio quanto à disponibilidade de cargos técnico-administrativos, uma vez que a maioria dos pedidos (36,36%) se concentraram nessa categoria. Tal fato deve-se à elevada procura por empregos públicos, bem como ao grande número de aprovados em concursos aguardando vagas. Diante disso, percebe-se que muitos jovens estão em busca de um futuro melhor, de forma especial por meio de um cargo público que lhe proporcione estabilidade financeira.

No que concerne à categoria que enquadrou os pedidos referentes à dados orçamentários e financeiros, foi demonstrado, apesar de terem sido apenas 4 pedidos, que os jovens estudantes também se interessam em saber sobre a destinação e aplicação dos recursos públicos, de um modo especial para atendimento dos seus interesses.

Além dessas categorias, cabe comentar sobre três pedidos. O primeiro destacou-se pela expertise do estudante solicitante da informação, uma vez que ele relatou, a partir da consulta ao portal da transparência, que verificou a diferença no quantitativo de diária recebido pelos servidores em comparação com o recebido pelos estudantes para um mesmo evento e, por isso, requereu informações sobre os motivos da diferença.

O segundo pedido destacou-se pela relevância do tema, pois um estudante solicitou informações sobre a assistência estudantil referente ao subsídio de refeições, no que tange à legislação, à motivação que deu origem ao benefício, ao preço da refeição subsidiada, entre outras coisas. Quanto ao terceiro pedido, se sobressaiu devido ao solicitante reivindicar seu direito como estudante ao questionar como deveria proceder quando um (a) professor (a) não cumpre a ementa curricular.

Diante da análise dos pedidos realizados pelos estudantes, percebe-se a importância da formação cidadã no Ensino Médio Integrado, uma vez que de acordo com Frigotto (2013), o Ensino Médio unido à formação técnica e profissional trata-se de duplo passaporte à cidadania efetiva. Ainda, conforme o autor, a cidadania política significa ter os instrumentos de leitura da realidade social que propiciem ao jovem reconhecer seus direitos básicos, sociais e subjetivos e lhes confirmam a capacidade de organização para poder usufruí-los.

Ante o exposto e considerando que os processos no serviço público têm o compromisso de atender as necessidades do cidadão, percebe-se, de um modo geral, que a participação dos estudantes pode causar impactos positivos nos processos organizacionais do

IFPE, principalmente quanto à promoção da transparência ativa, ou seja, a divulgação de informações independentemente de requerimento.

Ademais, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional, o uso do Sistema e-SIC “tem facilitado e ampliado a comunicação das comunidades interna e externa com o IFPE, constituindo-se num elemento facilitador e balizador da qualidade dos serviços prestados, relacionados aos macros processos finalísticos e de apoio deste ente público.” (IFPE, 2015b, p. 50).

Dessa forma, destaca-se que o IFPE, ao disponibilizar de forma pública e compreensível as informações relacionadas a suas ações, possibilita o acompanhamento dos estudantes, fomentando, assim, o exercício da cidadania. Além disso, o IFPE, a partir da análise dos pedidos solicitados com maior frequência, por parte dos estudantes, pode promover orientações sobre os procedimentos para obter a informação desejada e sobre o local onde poderá ser encontrada, conforme dispõe o artigo 7º da Lei de Acesso à Informação.

Nesse contexto, conforme Plano de Dados Abertos do IFPE, aprovado por meio da Portaria IFPE/GR nº 1.582/2018, a abertura dos dados do IFPE será realizada atentando, dentre outras coisas, para a “relevância das informações para o cidadão, observando-se as **demandas encaminhadas por meio do e-SIC**, da **Ouvidoria** e de outros canais de informação disponibilizados pela Instituição” (IFPE, 2018a, p. 29, grifos nossos).

Portanto, a partir da transparência pública promovida pelo IFPE, em concordância com Bobbio (2000), os estudantes terão condição de julgar as ações dos gestores e, conseqüentemente, de exercer diante delas uma das prerrogativas essenciais do cidadão democrático, o controle social.

No que se refere à identificação dos possíveis impactos da participação dos estudantes nos processos organizacionais do IFPE, resultante de manifestações registradas na Ouvidoria, este trabalho analisou, inicialmente, todos os seis relatórios da Ouvidoria Geral do IFPE, disponíveis na página da instituição na internet, referentes aos seguintes anos: 2012-2013, 2014-2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Assim, verificou-se que apenas o ano de 2018 trouxe a informação sobre o perfil dos cidadãos atendidos, categorizados em comunidade externa, servidor e estudante. Diante disso, foi solicitada a informação dos usuários identificados como estudantes nos demais anos, por meio do acesso à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR).

A partir da solicitação, buscou-se identificar o nível de participação dos estudantes e os tipos de manifestação (sugestão, reclamação, denúncia etc.) por eles registrados na Ouvidoria do IFPE. Portanto, em resposta ao que fora solicitado, a ouvidora geral do IFPE

disponibilizou informações apenas do ano de 2019, pois, conforme justificativa apresentada, ela assumiu a função de ouvidora no ano de 2018 e não teve acesso aos dados dos anos anteriores.

De um modo geral, nos dois anos analisados, levando-se em comparação com o perfil dos demais cidadãos atendidos pela Ouvidoria do IFPE, houve uma participação significativa dos estudantes. “Em 2018, os estudantes foram o segmento mais participativo na Ouvidoria, seguidos por servidores e comunidade externa” (IFPE, 2018b, p. 4).

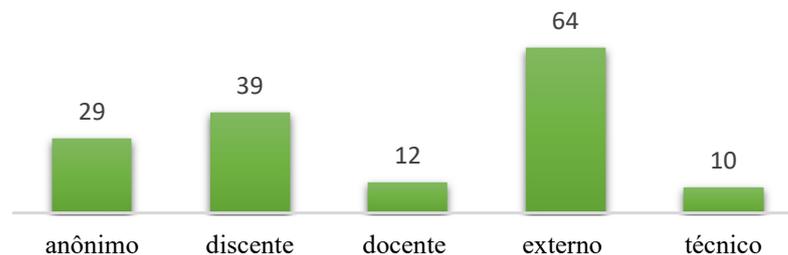
Gráfico 12 - Perfil do cidadão atendido - 2018



Fonte: Relatório da Ouvidoria (IFPE, 2018b).

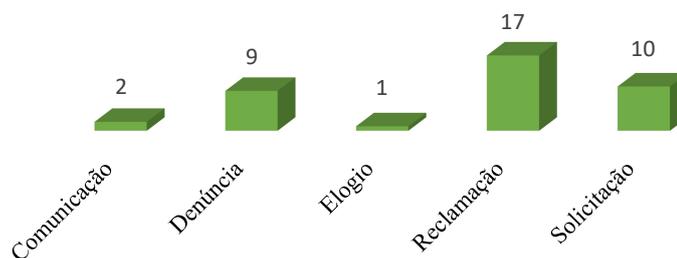
Em 2019, os estudantes ocuparam o segundo lugar, representando 25% do total de manifestações, perdendo apenas para a comunidade externa, conforme é possível verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 13 - Perfil do cidadão atendido - 2019



Fonte: resposta da Ouvidoria Geral do IFPE, e-mail do dia 05.20.2020

Quanto aos tipos de manifestação (sugestão, reclamação, denúncia etc.) registrados pelos estudantes, apenas foi disponibilizada, em resposta à solicitação, a informação relativa ao ano de 2019. Conforme gráfico 14, a seguir:

Gráfico 14 - Tipos de manifestação dos estudantes - 2019

Fonte: elaboração própria

Como é possível verificar no gráfico 14, dentre as 39 manifestações, registrados pelos estudantes, tiveram destaque as reclamações, representando 43,6% do total, seguidas das solicitações (pedidos de um atendimento ou uma prestação de serviço), com 25,64%. Se considerarmos a soma das manifestações registradas como denúncia e comunicação (tipo de denúncia anônima), seria ocupado o segundo lugar (28,21%).

Interessante notar que não foi identificada nenhuma manifestação do tipo “sugestão” e “simplifique”, para enviar uma proposta de melhoria dos serviços públicos e alguma ideia para desburocratizar o serviço público, respectivamente. Tal fato demonstra a necessidade de fortalecer a Ouvidoria como um canal que vai além do registro de reclamações e denúncias, sendo uma importante ferramenta de participação social para aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos órgãos públicos.

Nessa perspectiva, reforça-se o entendimento de Klein e Torres (2015) de que o ambiente acadêmico deve propiciar aos estudantes atividades que requerem a participação social, entendendo que o sentido da participação é o de se sentir envolvido e disposto a contribuir na vida da comunidade.

No que concerne à identificação dos possíveis impactos da participação dos estudantes nos processos organizacionais do IFPE, apesar de não se ter analisado o teor das manifestações registradas, tal qual foi realizado nos pedidos registrados no e-SIC, os próprios relatórios de 2018 e de 2019 ressaltaram os impactos positivos da participação social na gestão do IFPE.

No relatório de 2018 é descrito que cada manifestação é uma oportunidade de melhoria do serviço prestado pelo IFPE, por meio do aperfeiçoamento dos seus processos internos. Ademais, o referido relatório apresentou o levantamento dos temas mais apontados nas manifestações registradas no ano de 2018, com o objetivo de “colaborar com a excelência dos serviços prestados e subsidiar os gestores com dados que resultem no aperfeiçoamento de suas ações” (IFPE, 2018b, p. 9).

Por sua vez, o relatório de 2019 apresenta, na sua parte introdutória, que a Ouvidoria atua de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados pela instituição. “A missão da Ouvidoria Geral é interpretar as demandas de forma sistêmica, para delas inferir eventuais oportunidades de melhoria.” (IFPE, 2019a, p. 2).

Ademais, o relatório supracitado apresenta um tópico intitulado “participação social e demandas por melhorias”. Neste tópico, foi relatado que a Ouvidoria Geral manteve diálogo constante com as instâncias sistêmicas da Reitoria, no propósito de apresentar as demandas mais frequentes, com a finalidade de promover uma reflexão institucional e possíveis melhorias.

Em complemento, ao que fora apresentado nos relatórios, cabe registrar que o Regimento da Ouvidoria Geral do IFPE, aprovado por meio da Resolução nº 33/2015/CONSUP, apresenta em seu art. 2º, os objetivos da Unidade, conforme descritos a seguir:

- I. Disponibilizar um serviço de acolhimento das demandas das comunidades interna e externa da Instituição, no que se refere a realizar encaminhamentos e acompanhamentos, no âmbito institucional, de elogios, reclamações, denúncias, informações, solicitações e sugestões, relacionadas aos serviços públicos prestados pela Instituição;
- II. **Sugerir**, quando pertinente, às instâncias acadêmicas e administrativas da Instituição, **melhorias na qualidade dos serviços públicos prestados, visando garantir os direitos democráticos dos cidadãos**, bem como a otimização das atividades desenvolvidas pela Instituição;
- III. Receber, analisar, sistematizar e divulgar informações que contribuam **para o fortalecimento e aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados** à sociedade (IFPE, 2015b, grifos nossos).

Portanto, ficou evidenciado que, de forma semelhante aos pedidos registrados no e-SIC, a participação dos estudantes, por meio da Ouvidoria, pode gerar impactos positivos nos processos organizacionais do IFPE. Deste modo, tanto as informações demandadas, quanto as manifestações registradas, poderão subsidiar o ajuste ou aperfeiçoamento dos serviços prestados pela instituição.

Assim, vale registrar que a efetividade da gestão dos processos das instituições educacionais públicas depende da participação da comunidade acadêmica, especialmente dos estudantes, que são os principais interessados pela melhoria dos serviços públicos prestados por estas instituições.

Nesse sentido, Carrano (2012), ao comentar sobre as políticas públicas destinadas aos jovens na última década, descreve que elas se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se

considerava ser as necessidades dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços para que os próprios jovens apresentassem seus anseios.

Por fim, diante do que foi exposto, ficou demonstrada a importância da participação dos estudantes por meio dos canais de informação, uma vez que através deles os jovens podem apresentar suas reais necessidades e, assim, contribuir para uma melhor organização do espaço pedagógico.

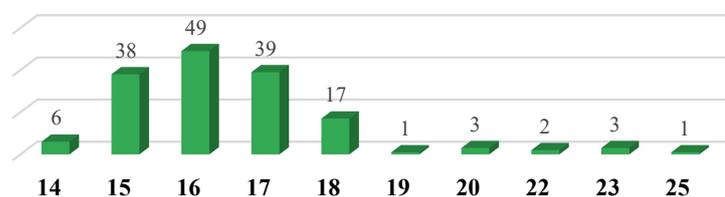
5.3 Análise dos Questionários

Este item dos resultados e discussões tem a finalidade de atender ao terceiro objetivo específico, qual seja: Analisar a percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado, quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social.

Para tanto, primeiramente, foi elaborado um questionário (Apêndice F) com questões fechadas com o objetivo de obter, a partir das respostas apresentadas, uma visão geral do conhecimento dos estudantes do Ensino Médio Integrado do *Campus* Barreiros quanto ao acesso à informação pública, especialmente no IFPE.

Em face disso, foram obtidas 159 respostas, as quais serão analisadas a seguir. De início, quanto às características dos estudantes que participaram da pesquisa, destaca-se que 54,7% foram do sexo feminino e 45,3% do sexo masculino, suas idades podem ser verificadas no gráfico 15:

Gráfico 15 - Idade dos estudantes

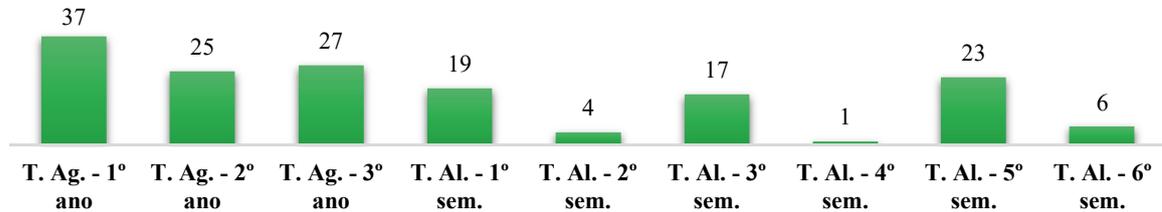


Fonte: elaboração própria.

Conforme é possível observar no gráfico 15, seguindo a média de idade geralmente identificada nos estudantes do Ensino Médio, as idades concentraram-se entre 15 e 17 anos,

representando 79,24% do total. Ainda, a pesquisa contou com a participação de todas as turmas dos dois cursos selecionados, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 16 - Quantidade de estudantes por curso

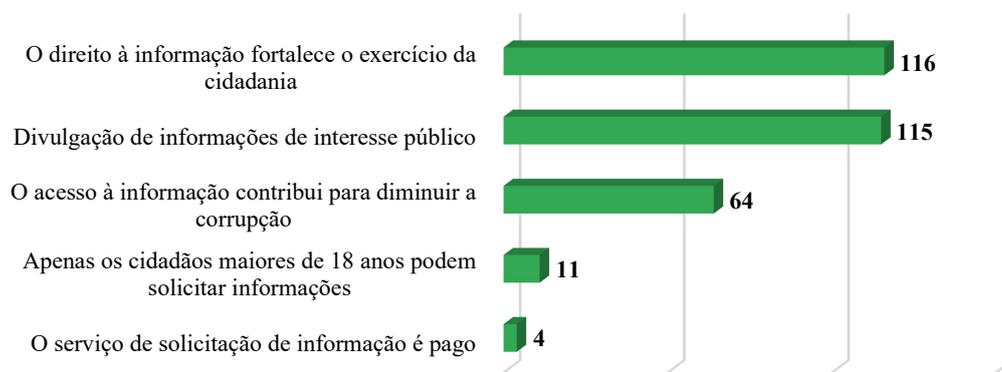


Fonte: elaboração própria.

Em resumo ao gráfico 16, verificou-se que participaram da pesquisa 89 estudantes do curso técnico em Agropecuária (no gráfico identificado como T. Ag.), o que representou 39,03% do total de alunos matriculados neste curso. Além disso, a participação de 70 estudantes do curso técnico em Alimentos (no gráfico identificado como T. Al.), apesar de ter sido menor em comparação com o outro curso, foi de uma representatividade muito significativa, sendo 74,47% do total de matriculados.

Apresentados esses dados iniciais, a partir da quarta questão foram levantadas informações a respeito do conhecimento dos estudantes quanto ao acesso à informação pública, especialmente no IFPE, conforme é possível verificar nos gráficos a seguir.

Gráfico 17 - (Pergunta 4) Para você, qual(is) das afirmações abaixo têm a ver com o acesso à informação pública?



Fonte: elaboração própria.

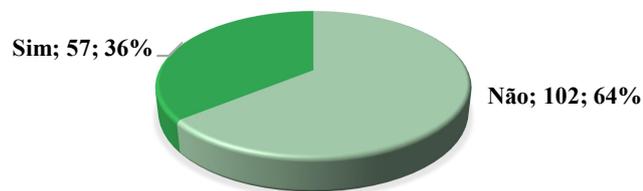
Em análise ao gráfico 17, constatou-se que a grande maioria (73%) dos estudantes, participantes da pesquisa, julgaram que o direito à informação fortalece o exercício da

cidadania. Assim, ressalta-se, conforme Pacheco (2015, p. 20), que “é de suma importância, na busca do pleno exercício da cidadania, garantir o acesso à informação, impedindo o seu monopólio.”. Ademais, 72,3% dos estudantes, consideraram que o acesso à informação pública tem a ver com a divulgação de informações de interesse público.

Também, destaca-se que 40,25% dos estudantes consideraram que o acesso à informação contribui para diminuir a corrupção. Essas respostas reforçam o entendimento da CGU (2010) de que o efetivo acesso à informação pública promovem, dentre outras coisas, o controle social das atividades públicas e a diminuição da corrupção.

Embora as respostas, de um modo geral, tenham sido satisfatórias, destaca-se que ainda há um percentual mínimo de estudantes que acreditam que apenas cidadãos maiores de 18 anos podem solicitar informações e que esse serviço é pago. Essas respostas demonstram que a falta de conhecimento é uma barreira ao acesso à informação e, conseqüentemente, ao controle social. Nessa perspectiva, Moreira Neto (2004, p. 83) relata: “Com efeito, a vitalidade do controle social depende sobretudo da educação do cidadão para a democracia”.

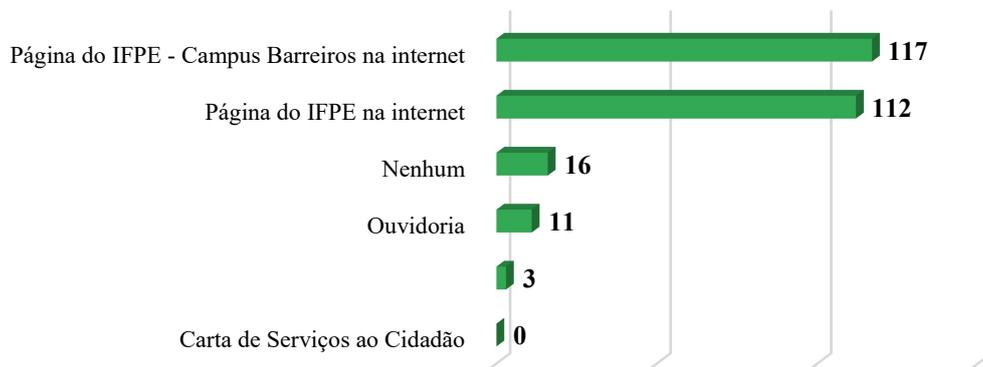
Gráfico 18 - (Pergunta 5) Você já ouviu falar, no IFPE, sobre o acesso à informação pública?



Fonte: elaboração própria.

De acordo com o gráfico 18, a grande maioria dos estudantes (64%) não ouviram falar, no IFPE, sobre o acesso à informação pública. Esse dado apresenta a necessidade de promover orientações à comunidade acadêmica, especialmente aos estudantes, quanto à existência e importância da Lei de Acesso à Informação e como o IFPE promove a transparência de suas ações.

Gráfico 19 - (Pergunta 6) Quais dos canais de acesso do cidadão ao IFPE você já acessou/utilizou?



Fonte: elaboração própria.

De acordo com o gráfico 19, a página do IFPE - *Campus Barreiros* na internet é o canal de acesso mais utilizado pelos estudantes, representando 73,6% do total, seguido da Página do IFPE na internet (70,4%). Destaca-se uma participação muito pequena ou nula nos principais canais de comunicação do IFPE com a sociedade, que são, conforme o Plano de Dados Abertos (PDA) do IFPE: “a Ouvidoria, a Carta de Serviços ao Cidadão e o Serviço de Informação ao Cidadão- e-sic.” (IFPE, 2018a, p. 9).

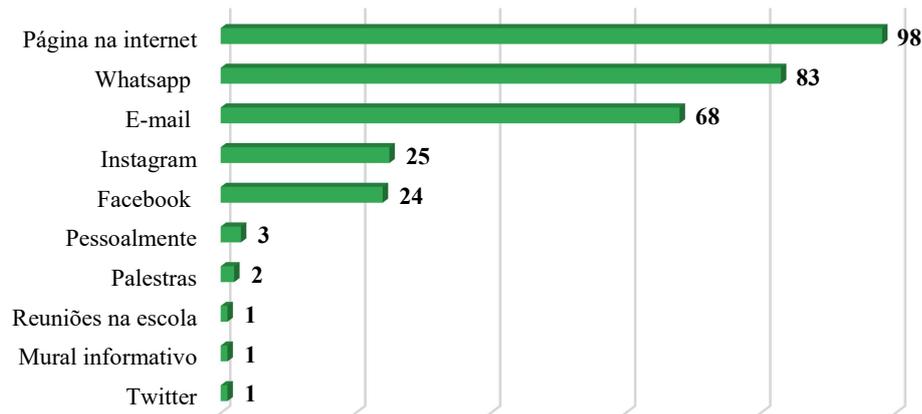
Diante disso, percebe-se que a baixa utilização, por parte dos estudantes, do e-SIC (2%) e da Ouvidoria (7%), seja por desconhecimento dessas ferramentas, seja por falta de interesse ou descrédito, influencia na falta de subsídios para o ajuste ou aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo IFPE. Nesse sentido, segundo já relatado nesta dissertação, a participação dos estudantes, por meio desses canais de comunicação, pode gerar impactos positivos nos processos organizacionais da instituição.

Quanto ao fato de nenhum dos estudantes terem acessado a Carta de Serviços ao Cidadão, ficou demonstrada a necessidade de tornar esse instrumento de informação conhecido entre os estudantes, ressaltando sua finalidade e importância. Ademais, cabe destacar que a identificação de 10% dos estudantes nunca terem acessado ou utilizado quaisquer dos canais de acesso do cidadão ao IFPE, representa um dado preocupante, reforçando a necessidade de melhorar a comunicação e a participação dos estudantes por meio desses canais.

Nessa perspectiva, reforça-se a defesa de Schwertner e Fischer (2012) de que é extremamente importante depositar um olhar sobre os jovens como atores e não como simples reprodutores daquilo que vivenciam e experimentam. De forma semelhante, defendem

Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016, p. 119): “os jovens têm potencial para exercer protagonismo, [...], na reivindicação de direitos sociais e políticos, em seus diferentes territórios.”.

Gráfico 20 - (Pergunta 7) Para você, qual é a melhor forma do IFPE se comunicar com os estudantes e vice-versa?



Fonte: elaboração própria.

Conforme gráficos 19 e 20, a página na internet, além de ser o canal de acesso do cidadão ao IFPE mais utilizado, também, segundo a maioria dos estudantes pesquisados (61,6%), é a melhor forma do IFPE se comunicar com eles. Em segundo lugar, representando 52,2% do total, se encontra o aplicativo de mensagens intitulado whatsapp, apesar de não ser um canal oficial de comunicação do IFPE com os estudantes. Em terceiro lugar ficou o e-mail, escolhido por 42,8% dos discentes. Para surpresa da pesquisadora, os aplicativos de rede social, Facebook e Instagram, tiveram um percentual de escolha pequeno, cerca de 15%.

Ademais, no questionário aplicado foi possibilitado aos estudantes expor a melhor forma do IFPE se comunicar com os estudantes e vice-versa, além dos meios descritos nas alternativas. A partir disso, 3 discentes defenderam que a melhor forma de comunicação é pessoalmente, por meio do diálogo. Um deles acrescentou: “Acho de suma importância que os servidores da escola se comuniquem de forma simples direta e objetiva com os discentes do *campus*”.

Ainda, outros 2 estudantes informaram que a melhor forma de comunicação seria por meio de palestras. Além desses, cabe destacar o estudante que defendeu a importância dessa comunicação se realizar por meio de “reuniões na escola” e acrescentou “não são todas as pessoas que possuem celular para terem acesso a comunicados na internet”. Tal resposta nos

faz refletir que o acesso à informação é um direito fundamental e, portanto, ninguém deve ser excluído desse direito.

Nesse mesmo contexto, um estudante escreveu como melhor forma de comunicação a existência de “mural informativo”, acrescentando: “que seja sempre atualizado com novos cartazes e papéis de notícias, informações etc.”. Diante disso, vale registrar que o “mural informativo”, apesar de ser um meio de comunicação simples, se constitui como uma ferramenta útil para divulgação de informações, especialmente se ele for posto em local de grande circulação e esteja ao alcance de todos.

Assim, considerando essas últimas respostas, faz-se necessário que a promoção da comunicação no IFPE leve em consideração os discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e, por isso, muitas vezes não têm condições de acesso regular à internet e a recursos tecnológicos.

Por fim, a partir da análise dos questionários respondidos foi possível obter uma visão geral do conhecimento dos estudantes do Ensino Médio Integrado do *Campus* Barreiros quanto ao acesso à informação pública, especialmente no IFPE. Deste modo, observou-se, dentre outras coisas, a necessidade de promover orientações quanto à existência e importância da Lei de Acesso à Informação e como o IFPE promove a transparência de suas ações.

Além disso, diante da baixa utilização, por parte dos estudantes, dos canais de acesso do cidadão ao IFPE, torna-se importante, também, promover orientações acerca da importância desses canais, uma vez que através deles os discentes podem solicitar informações, realizar críticas, propor sugestões etc. Deste modo, ratifica-se a compreensão de Tavares et al (2016, p. 178) de que os jovens precisam construir sua autonomia através da situação real, a partir da participação ativa, crítica e democrática em seu entorno social.

Em continuidade com a pesquisa, foram realizadas entrevistas com 5 estudantes para um melhor aprofundamento quanto à percepção deles sobre essa mesma temática, conforme apresentado no item a seguir.

5.4 Análise das Entrevistas

Além dos questionários, foram realizadas entrevistas com o objetivo de analisar a percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFPE – *Campus* Barreiros, quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas, devido à pandemia do novo coronavírus, conforme apresentado na metodologia, conseguiu-se entrevistar, à distância, cinco estudantes (dois do curso técnico de Agropecuária e três do curso técnico de Alimentos), nos dias 28 e 29/05/2020, utilizando-se da plataforma de videoconferência Google Meet.

Ademais, ressalta-se que, conforme estabelecido no TCLE ou TALE, os entrevistados tiveram suas identidades preservadas e, por isso, nos trechos de suas falas eles foram identificados por letras do alfabeto, da seguinte forma: Estudante A, Estudante B, Estudante C, Estudante D e Estudante E.

Preliminarmente, cabe destacar que a entrevista semiestruturada já foi elaborada com questões divididas por categorias, quais sejam: Ensino Médio Integrado, Formação Cidadã, Protagonismo Juvenil, Acesso à Informação e Controle Social. Assim, após a realização das entrevistas, gravadas e transcritas de forma integral, foram reconhecidas as subcategorias como forma de auxiliar as análises a serem efetuadas.

Assim, definidas as categorias e respectivas subcategorias, foi possível identificar alguns núcleos temáticos que mais se repetiam nas falas dos estudantes. A partir disso, tendo em vista o objetivo proposto, foi possível analisar as percepções dos entrevistados e relacioná-las com as contribuições teóricas discutidas nesta dissertação.

Ante o exposto, na entrevista, de início, foi questionado como os estudantes avaliavam a integração entre o Ensino Médio e o curso técnico. Das respostas obtidas foram identificados alguns núcleos temáticos, conforme quadro 15, a seguir:

Quadro 15 - Percepções sobre o Ensino Médio Integrado

Categoria	Subcategoria	Núcleos Temáticos Identificados nas Falas dos Estudantes
Ensino Médio Integrado	Integração entre as disciplinas do Ensino Médio com as do técnico	-Uma disciplina complementa a outra; -O técnico coincide muito com o médio; -As disciplinas do médio são aprofundadas no técnico; -Falta de integração das disciplinas no início do curso.

Fonte: elaboração própria.

De um modo geral, os estudantes avaliaram positivamente a integração entre as disciplinas do Ensino Médio com as do ensino técnico, dentre as respostas destacamos a fala do Estudante B:

[...] Em relação ao curso de Alimentos, a parte técnica fala muito de química, que no Ensino Médio a gente já estuda, é um aproveitamento, entendeu? Tem muita biologia e genética, que a gente já estuda no Ensino Médio, e o curso técnico reforça. Um vai ajudando o outro, um complementa o outro (ESTUDANTE B).

No entanto, alguns discentes relataram a falta de integração das disciplinas no início do curso, de acordo com os destaques a seguir:

A relação do curso médio com o técnico no início complicou um pouco. A questão da grade curricular, por exemplo, no 2º período a gente paga a disciplina de Química de Alimentos e essa disciplina requisita de Química Orgânica que a gente só vê no 5º período, por isso ocorre uma limitação para a professora. [...] (ESTUDANTE A).

[...] No início, a integração era pouca entre o Ensino Médio e o técnico, mas agora no 2º ano as matérias de campo estão mais interligadas com as do Ensino Médio (ESTUDANTE C).

Portanto, as falas dos estudantes nos ajudam a compreender, em concordância com Ramos (2005), a unidade que deve existir entre os conhecimentos gerais e os conhecimentos específicos, visando à construção conjunta desses conhecimentos, no sentido de que os gerais fundamentam os específicos e estes evidenciam o caráter produtivo concreto daqueles.

No que concerne à relação do Ensino Médio Integrado e à formação cidadã, os estudantes foram questionados se os espaços acadêmicos do IFPE - *Campus* Barreiros contribuíam para a formação cidadã. Nessa perspectiva, foi identificado o seguinte núcleo temático:

Quadro 16 - Percepções sobre formação cidadã

Categoria	Subcategoria	Núcleo Temático Identificado nas Falas dos Estudantes
Formação Cidadã	Desenvolvimento do senso crítico	- Discussões sobre problemas sociais.

Fonte: elaboração própria.

A maioria dos estudantes entrevistados relataram que a formação cidadã ocorre mais fora de sala de aula, por meio de projetos de extensão que promovem discussões sobre problemas sociais. Participando de momentos como, por exemplo, palestras e filmes, os discentes puderam desenvolver um pensamento crítico sobre diversos temas.

[...] o campus propõe alguns momentos socioculturais que desenvolvem a questão crítica, mas infelizmente muitos estudantes não sabem aproveitar. Esses momentos podem fortalecer mais ainda as suas opiniões, pois não dá pra eu falar uma coisa se eu não tenho domínio sobre a cultura, os costumes, etc. São atividades de extensão que os estudantes não são obrigados a participar [...] (ESTUDANTE A).

[...] Tem um projeto de extensão do campus que é o Cine Carimã, ele traz filmes e documentários que abordam assuntos que atualmente estão super em alta, como a questão da corrupção, crimes contra a mulher e outros. Isso ajuda na formação cidadã e é trabalhado totalmente fora da sala de aula (ESTUDANTE B).

Acho que sim, os estudantes desenvolvem senso crítico porque tem muitas palestras no IF, sobre diversos temas e quando os alunos têm acesso a isso, eles chegam a discutir e acabam criando um senso crítico para julgar o assunto discutido fora do IF. Isso acontece mais fora da sala de aula (ESTUDANTE D).

Interessante notar que quanto à formação cidadã, relacionada à participação do cidadão na gestão pública, foco desta dissertação, apenas um estudante comentou a respeito:

[...] Na questão de formação política, o campus não ajuda tanto, alguns professores, em específico, às vezes paravam a aula e explicavam como funcionava não só a questão política do campus, mas também no geral, explicavam, por exemplo: é assim que funciona o senado, é assim que funcionam os deputados, o presidente... Isso é uma coisa que eu senti falta, porque em particular eu não gosto de política, é uma área que todo brasileiro tem que participar ativamente, mas eu não gosto, sei só o que preciso saber, o básico, mas o que sei foi a partir de pesquisas individuais. Acredito que o campus e todas as redes de educação deveriam ter educação política, porque iria auxiliar muito tanto nas eleições internas do próprio campus quanto nas eleições externas, porque muitas vezes o pessoal simplesmente vota por interesses pessoais (ESTUDANTE A).

Na fala desse estudante, percebe-se que o desinteresse dos jovens em participar da gestão pública muitas vezes resulta da falta de formação política. Diante disso, reforça-se a necessidade de uma educação que prepare o indivíduo para exercer de modo efetivo os seus direitos políticos, que estão para além de votar e ser votado. Nesse sentido, ratifica-se o que Ciavatta (2005, p. 85) apresenta: "o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política."

Ainda no contexto da formação cidadã, os estudantes foram questionados sobre a participação deles nas decisões tomadas pelos gestores do IFPE – *Campus* Barreiros, bem como sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens para exercerem protagonismo na sociedade. Partindo das respostas obtidas, foram identificados os seguintes núcleos temáticos:

Quadro 17 - Percepções sobre protagonismo juvenil

Categoria	Subcategoria	Núcleos Temáticos Identificados nas Falas dos Estudantes
Protagonismo Juvenil	Participação dos estudantes nas decisões do <i>campus</i>	- Ausência de espaço formal de escuta; -Sugestões de melhoria; -Grêmios estudantis.
	Dificuldades enfrentadas pelos jovens para serem escutados	- Comportamento inadequado de alguns alunos; -Preconceitos; -Falta de oportunidade.

Fonte: elaboração própria.

Primeiramente, foi constatado, de um modo geral, que os estudantes sentem falta, no IFPE – *Campus Barreiros*, de um espaço formal para apresentar suas opiniões e anseios.

[...] No campus há a escuta dos estudantes, realmente quando a gente quer falar, eles dão oportunidade, mas se realmente todas as vezes que a gente fala eles escutam é outros quinhentos. [...] No nosso protagonismo, a gente tem alguns momentos de fala, infelizmente nem todos são em reuniões, não tem, por exemplo, um momento onde falam: - vamos juntos todo mundo e vamos conversar sobre o que vocês querem de melhoria? Tanto é verdade que o único momento que participei foi durante a chegada da Reitora no campus, eu lembro que eu comentei pra ela sobre os problemas dos laboratórios [...]. As conversas que tive com servidores sobre as melhorias para o campus foram só informalmente. Nunca fizemos as demandas de melhoria por escrito, só em conversas informais. [...] Desejo que os estudantes tenham oportunidade de falar, para que ocorra o diálogo. Uma oportunidade de falar formalmente (ESTUDANTE A).

Eles deveriam abrir espaço de escuta para os estudantes. Quando estamos falando do IFPE, estamos falando de um órgão que serve para nós, alunos, e serve para a comunidade fora do campus. Por isso acho que deveria haver uma política, uma assembleia, até algum meio de comunicação digital, que hoje em dia tem tantos, tipo um formulário no Google, que estivesse sempre aberto para sugestão, para crítica, para novas ideias. Nós temos alta tecnologia que deveria ser utilizada, já que o IF é um Instituto de Educação e Tecnologia, então a gente tem meios para isso e não são utilizados (ESTUDANTE B).

As falas destes estudantes reforçam o entendimento de Carrano e Martins (2011) quando relatam a necessidade da instituição escolar e de seus professores abrirem espaços de escuta para compreensão das identidades e comportamentos da juventude. Nessa perspectiva, Carrano (2012) relata que as políticas públicas destinadas aos jovens, na última década, se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se considerava ser as necessidades dos jovens, e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apresentassem seus anseios.

Ademais, a fala do Estudante B, especialmente ao comentar sobre a utilização da tecnologia para facilitar a escuta dos estudantes, corrobora com a compreensão de Gadotti (2014) de que é preciso explorar, especialmente entre os jovens, o grande potencial de participação possibilitado pela tecnologia, como por exemplo, ferramentas gratuitas que permitem realizar encontros virtuais, fóruns de discussões, fazer consultas e enquetes.

Em continuidade, os estudantes, quando questionados sobre os efeitos positivos da participação, relataram que os alunos têm muitas sugestões de melhorias, conforme falas a seguir:

[...] Têm muitos alunos dentro do Instituto que têm ideias maravilhosas, eu tive oportunidade de conversar com alguns colegas e perguntar: - Se você tivesse a oportunidade de melhorar alguma coisa no campus o que você melhoraria?- A maioria sempre dizia a mesma coisa, a primeira coisa que gostaria de fazer era um local de lazer pros alunos, que realmente é algo que a gente não tem. O único lugar

que temos para sentar, descansar, sair do sol, é a biblioteca, mas a biblioteca é um local cheio de regras, não pode conversar, brincar. [...] (ESTUDANTE A).

Nós temos várias opiniões de como melhorar o campus, precisamos ser ouvidos (ESTUDANTE C).

Sim, a participação gera efeitos positivos, porque eu acho que se a escola desse mais oportunidade pros jovens darem a opinião deles sobre as coisas que acontecem dentro do IF eu acho que seriam várias ideias ótimas, porque os jovens têm a mente muito aberta pra essas coisas, mas nem todos têm a oportunidade de falar (ESTUDANTE D).

[...] Sim, a participação do aluno seria de muita ajuda, porque, querendo ou não, quem usa a maior parte do tempo os espaços do campus é a gente, aluno, o diretor fica lá na sala dele e cada um na sua sala e a gente que fica lá, é quem sabe o que precisa melhorar (ESTUDANTE E).

Nessa perspectiva, as falas dos estudantes ressaltam a necessidade de olharmos para o potencial dos jovens no agora, pois, de acordo com Carrano e Martins (2011), ao pensarmos no jovem como a possibilidade de um futuro melhor, esquecemos das oportunidades de a juventude se reconhecer como potencialidade concreta de mudança no tempo presente.

Ademais, quando alguns estudantes relataram sobre o grêmio estudantil da Unidade, percebeu-se que esse movimento estudantil não corresponde às expectativas esperadas, especialmente quanto à representação, como é possível verificar nas falas a seguir:

Não necessariamente há a participação. Mas é a primeira vez que vejo o estudo e a política andando juntos no mesmo local, numa escola particular não se tem política. Mesmo tendo um grupo de alunos que representa a voz do estudante que é o grêmio estudantil, eu ainda sinto a necessidade de ter uma interação maior, porque hoje em dia o que eu vejo no campus é a Direção totalmente longe do estudante, na prática a gente tem acesso de chegar até lá, mas eles não têm acesso de chegar até a gente. O único meio é pelo grêmio estudantil que não é tão eficaz, faltam políticas para que esse grêmio se torne eficaz e por isso deixa muito a desejar (ESTUDANTE B).

Esse ano mudou o grêmio, mas assim que eu entrei no campus tinha outro grêmio que não comunicava nada, ia pra reunião e não repassava nada pra gente, não procurava saber a opinião da gente, se a gente concordava ou não, fazia por conta própria. A gente não pode avaliar o novo grêmio, por conta do que está acontecendo, mas eu acho que eles repassariam, porque uma boa parte do que eles estão fazendo, eles informam, procuram a gente pra saber se tá tendo alguma dificuldade para repassar pra gestão. Acho que a dificuldade maior é a falta de comunicação do grêmio com a gestão (ESTUDANTE E).

Nesse sentido, convém destacar a importância do fortalecimento do papel do grêmio estudantil do *Campus Barreiros*, pois, conforme Martins e Dayrell (2013), o grêmio se apresenta como um espaço educativo, para além da sala de aula, com um potencial formativo diretamente ligado à prática. Além disso, os autores relatam que “A atuação no grêmio está

ligada ao exercício do poder de representar. Juntamente a essa atuação, advêm as consequências desse exercício participativo.” (MARTINS e DAYRELL, *Ibidem*, p. 1274).

Por fim, ainda quanto ao protagonismo juvenil, os estudantes apresentaram o que consideravam como as maiores dificuldades encontradas pelos jovens para serem escutados, conforme comentários a seguir:

Muitas vezes os próprios alunos tiram nossa credibilidade, às vezes a gente não tem tanta moral pra se falar por causa de outros alunos que, infelizmente, vão para brincar, vandalizar e depredar o patrimônio público. [...] Ai os alunos que fazem da biblioteca um espaço de lazer, quebrando as regras, sujam o nome dos que estão tentando buscar alguma coisa positiva. Já me falaram assim: - 'vocês querem um local de lazer, mas vocês não vão tomar conta, porque eu tiro pela biblioteca, um monte de cadeira quebrada, mesas bagunçadas, sujeira'. Infelizmente como diz o ditado: por causa de um todos pagam (ESTUDANTE A).

Preconceitos de classe social, pois uma pessoa que tem uma renda maior, muitas das vezes ela é mais ouvida do que uma pessoa que tem renda menor. Preconceito de cor: um branco, com certeza, será mais escutado do que uma pessoa negra ou parda. Também tem a questão da educação, as pessoas que não são alfabetizadas e têm dificuldades para falar. Quando se trata de instituto que é um espaço formal que exige palavras técnicas e que exige conhecimentos e isso muitos estudantes não têm (ESTUDANTE B).

Nós temos várias opiniões de como melhorar o campus, mas nessa situação nós não somos escutados, nunca nos perguntaram a respeito (ESTUDANTE C).

Falta de oportunidade (ESTUDANTE D).

Dentre as falas dos estudantes, chamou-nos a atenção o relato do Estudante B, uma vez que trouxe a realidade da juventude pobre e negra. Tal realidade nos faz refletir os desafios que esses jovens enfrentam diariamente e a importância da educação em todas essas situações como forma de superação e transformação de suas realidades, uma vez que a educação propicia e potencializa a garantia de todos os direitos.

Prosseguindo as análises, os estudantes foram questionados sobre o acesso à informação pública no âmbito geral e também no âmbito do IFPE. Partindo das respostas obtidas, foram identificadas três subcategorias com os seguintes núcleos temáticos:

Quadro 18 - Percepções sobre o acesso à informação

Categoria	Subcategoria	Núcleos Temáticos Identificados nas Falas dos Estudantes
Acesso à Informação	Conhecimento sobre o acesso à informação pública	- Desconhecimento da Lei de Acesso à Informação pública. - Pouco conhecimento sobre o acesso à informação pública.
	Acesso à informação no IFPE	- Desconhecimento dos canais de comunicação do IFPE com o cidadão e vice-versa;

		-Falta de divulgação.
	Dificuldades enfrentadas para ter acesso às informações públicas	- Dificuldade de compreensão das informações; - Falta de interesse; - Falta de divulgação; - Dificuldade no acesso à internet; - Falta de conhecimento.

Fonte: elaboração própria.

As respostas obtidas constataram desconhecimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) pública e o pouco conhecimento sobre esse assunto, conforme é possível verificar nas falas a seguir:

Eu só ouvi falar por cima, eu sei que já comentaram comigo sobre, mas eu não me recordo (ESTUDANTE A).

Nunca ouviu falar sobre a Lei de Acesso à Informação pública. Deve ser algo obrigatório colocar as informações para o público. Eu sei que existe um meio que é o portal da transparência, lá tem muita coisa [...]. (ESTUDANTE B).

Mais ou menos, não tô bem lembrada onde foi que ouvi falar. Não sei explicar (ESTUDANTE C).

Não ouvi falar. Sei falar mais ou menos sobre isso, pelo que eu entendi apenas as pessoas do instituto têm acesso as informações do IF, as pessoas de fora não teriam esse acesso (ESTUDANTE D).

Não ouvi falar. Acho que nem todo mundo tem acesso, só algumas pessoas que são qualificadas para isso (ESTUDANTE E).

Diante dessas respostas, percebe-se a necessidade de apresentar e debater com os estudantes sobre do que se trata a LAI, bem como os benefícios do efetivo acesso à informação pública. Tal necessidade se justifica pelo fato de algumas pessoas acreditarem, da mesma forma que a Estudante E, que só pessoas qualificadas podem ter acesso às informações públicas.

No que concerne à avaliação do acesso à informação no IFPE e do conhecimento quanto aos canais de comunicação do IFPE com o cidadão e vice-versa, como, por exemplo, a Ouvidoria e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), os estudantes apresentaram os seguintes relatos:

*Para ser sincero, eu só utilizei a Ouvidoria para pedir um documento, porque outros alunos me contaram que fizeram o mesmo. A escola oferece alguns recursos pra gente obter informações, mas **um oferecimento meio que sem aviso prévio**, não tem ninguém que chegue na gente e diz: tem tais locais que vocês podem obter isso, isso e isso. **Nunca houve pra mim informações sobre os canais de acesso à informação do IFPE** (ESTUDANTE A, grifos nossos).*

*Olhando para o instituto, acho que o acesso à informação é precário e precisa melhorar e muito, por exemplo, a obra que está sendo feita no campus tem informações sobre ela que já pesquisei, mas é muito pouca. Precisa melhorar a informação de contratos e de muitas coisas, tanto em obras como em pagamento de bolsas para os alunos. **Se a gente for pesquisar tem informação, mas não chega para o estudante.** A gente sabe que o IFPE é muito grande, tem muitos gastos, mas a gente não consegue ver se chegou dinheiro ou não chegou. **As informações são pouco acessíveis.** Sei da existência desses canais do IFPE, mas ainda **é algo muito apagado**, não é uma questão de quando você entra no site tá lá bem grande, você tem que pesquisar, muitas vezes você nem sabe o que é ouvidoria, qual o significado, sabe? Pra uma pessoa que não tem muita educação, que vem de uma escola particular que não tem isso, essa pessoa nunca vai saber, pois **falta divulgação** (ESTUDANTE B, grifos nossos).*

Mais ou menos, eu acho que muita gente não sabe que são disponibilizadas essas informações. Não ouvi falar sobre esses canais (ESTUDANTE C).

*Não ouvi falar sobre eles, **falta divulgação**. Numa escala de 1 a 10, eu daria 7 para o IF. Não sei se é porque o instituto é muito grande, mas eu acho que nem todo mundo tem acesso às informações do IF (ESTUDANTE D, grifo nosso).*

Já ouvi falar da Ouvidoria, mas nunca me aprofundei para saber do que se trata (ESTUDANTE E).

Partindo dessas respostas, ressalta-se a necessidade de fortalecimento na instituição dos seus canais de comunicação, por meio de campanhas de divulgação, especialmente entre os estudantes, informando, dentre outras coisas, que esses canais possibilitam o acesso às informações do IFPE e também a participação social.

Ademais, os estudantes apresentaram o que eles consideravam como dificuldades enfrentadas para ter acesso às informações públicas:

*[...] Não é todo cidadão que tem acesso à informação pública, porque o Brasil é um país muito desigual, onde a maioria das informações, atualmente, se consegue na tela de um celular, mas a gente sabe que **uma boa parte da população não tem acesso a um celular e não tem acesso à internet** e tudo mais. Partindo disso, nem todos têm o acesso à informação pública e a mesma coisa se aplica dentro do campus. **Nem todos sabem pesquisar**, eu tiro porque quem me ensinou a pesquisar isso foi um colega de sala, ele sempre pegou no meu pé, dizendo que eu tinha que aprender a mexer nisso, para meu futuro, ele ficava enchendo meu saco, no bom sentido. O campus não dá uma base pra gente fazer tais pesquisas. Por causa da insistência do meu colega de sala eu parei para ler as informações públicas, mas percebi que **era necessário um certo domínio de leitura** e quando eu comecei a ler eu não tinha tal domínio, muitas vezes eu lia e me perguntava, mas o que isso quer dizer? **Não estou entendendo**, porque querendo ou não tais documentos e informações requer muita interpretação e nem todos os alunos têm esses **conhecimentos técnicos, capacidade de interpretação**, alguns porque **não tem afinidade**, mas acredito que **poderiam facilitar a escrita de tais informações** (ESTUDANTE A, grifos nossos).*

*Eu sei que existe um meio que é o portal da transparência, lá tem muita coisa, mas eu sei que tem muita gente que **não conhece, não sabe mexer**, é uma plataforma que muitas das vezes se torna complicada, porque tem muita informação e **não é numa linguagem informal** e pra muita gente é **muito complicado**. Atualmente, só conheço essa plataforma, sei que lá tem muita informação, mas ainda falta informação. Acho que deveria melhorar, **tornar mais público, ter mais campanha***

*publicitária pra as pessoas conhecerem, porque isso não se passa na televisão divulgando, não tem uma rede social, um portal pra divulgar que todo mundo pode acessar. **Falta muito a divulgação e melhorar a linguagem.** [...] Tem estudante que **não tem internet** [...] (ESTUDANTE B, grifos nossos).*

Falta de conhecimento (ESTUDANTE C).

*Pelo fato deles não procurarem, porque quando alguém quer saber de alguma coisa tem que correr atrás. Mas também pelo fato **de não ser divulgado essas informações**, porque eu posso ter interesse, mas posso não saber que essa informação é divulgada. Outra coisa, **os jovens geralmente não dominam uma linguagem tão formal** e acabam não entendendo certas palavras, deveriam fornecer pra gente uma informação numa linguagem mais informal (ESTUDANTE D, grifos nossos).*

*Eu acho que muito jovem não procura saber por que **não tem o interesse** de querer se aprofundar, ficam muito ligados em redes sociais. Também **tem a questão de compreender a informação**, eu digo por que eu tenho muita **dificuldade**. (ESTUDANTE E, grifos nossos).*

Nas falas dos estudantes ganhou destaque a dificuldade na compreensão das informações públicas e isso reforça o entendimento de Platt Neto *et al.* (2007), no qual eles afirmam que a informação pode ser pública, mas não ser compreensível. Por isso, ressalta-se que para motivar a participação social não é suficiente uma grande quantidade de informações, mas sim a compreensibilidade dessas informações pelo cidadão.

Ainda, os estudantes foram questionados sobre a relação do acesso à informação com o controle social. Partindo das respostas obtidas, foram identificados os seguintes núcleos temáticos:

Quadro 19 - Percepções sobre o controle social

Categoria	Subcategoria	Núcleos Temáticos Identificados nas Falas dos Estudantes
Controle Social	O acesso à informação como ferramenta para o controle social	-Constatação de irregularidades; -Formação de opinião; -Aplicação do dinheiro público.
	Dificuldades enfrentadas para exercer o controle social	- Falta de oportunidade; - Falta de conhecimento; - Falta de interesse; -Dificuldade de compreensão das informações; -Falta de comunicação.

Fonte: elaboração própria.

As respostas obtidas demonstraram que os estudantes têm consciência de que o acesso à informação é uma ferramenta para o controle social, conforme falas a seguir:

Sim, porque partindo do momento que a gente tem tais informações, a gente pode perceber as irregularidades, muitas vezes uma coisa está errada, mas a gente não

sabe que tá errado porque a gente não teve a informação de que aquilo tá errado (ESTUDANTE A).

Sim, porque ajuda a formar opinião, a informação que a gente tem ela não é ideal, mas é eficaz para formação de opinião. Se a gente não tivesse esse acesso como cidadão estudante como a gente iria formar opinião sobre determinados temas? (ESTUDANTE B).

Eu acho que sim, em algumas ocasiões. Sem informação não tem como saber, por exemplo, quanto se gastou em uma obra, aí não dá para fazer o controle social (ESTUDANTE C).

Sim, o acesso à informação é tão importante pra poder chegar ao controle social, um leva o outro. Se a gente não tem acesso à informação não damos um passo adiante (ESTUDANTE D).

Sim, porque assim a gente vai saber pra onde estão mandando o dinheiro da gente (ESTUDANTE E).

As falas dos estudantes ratificaram o entendimento da CGU (2010), qual seja: os benefícios do efetivo acesso à informação pública são diversos, pois promove, dentre outras coisas, o controle social das atividades públicas, a melhoria da gestão pública, diminuição da corrupção, promoção e qualificação da democracia participativa e empoderamento da população.

No que concerne ao questionamento sobre qual seria a maior dificuldade enfrentada pelos jovens para efetuar o controle social sobre as decisões e ações realizadas pelos gestores públicos, as repostas obtidas foram muito parecidas com as dificuldades enfrentadas para ter acesso às informações públicas, o que confirma a ligação existente entre essas duas temáticas.

Além da falta de oportunidade, a falta de conhecimento (ESTUDANTE A, grifos nossos).

Falta de interesse, é um assunto sério, estamos falando de informações públicas, em muita gente ao meu redor falta o interesse e, quem tem interesse, eu me incluo aqui, tem a questão de, por exemplo, você abre uma portaria tem várias coisas, eu não estou entendendo e não vou ter interesse de continuar lendo, a pessoa volta atrás. A linguagem precisa ser flexível para que todos entendam. Se eu não consigo entender, eu perco o interesse, perco o gosto (ESTUDANTE B, grifos nossos).

Não entender, não ter interesse. Se os jovens tivessem esse interesse seria bem melhor, porque tem várias opiniões diferentes, que podem ajudar nas mudanças (ESTUDANTE C, grifo nosso).

Eu acho que é a falta de conhecimento e também a falta de interesse (ESTUDANTE D, grifos nossos).

É falta de interesse e, também, muitos não sabem, eu acho que precisa mais debater com a gente em sala de aula, explicar que existe a informação, que a gente pode controlar, vê como tá sendo usado o dinheiro público, então é falta de comunicação também (ESTUDANTE E, grifos nossos).

Em análise às falas dos estudantes, percebe-se que a dificuldade de compreensão das informações gera o desinteresse por parte dos jovens em exercer o controle social, como relatou o Estudante B: “Se eu não consigo entender, eu perco o interesse.”. Dessa forma, conforme já foi comentado nas observações feitas sobre a percepção dos estudantes quanto à formação cidadã, entende-se que o desinteresse dos jovens em participar da gestão pública muitas vezes resulta da falta dessa formação.

Nesse contexto, o Estudante E apontou a necessidade de conhecimento sobre o assunto, ao afirmar: “[...] eu acho que precisa mais debater com a gente em sala de aula, explicar que existe a informação, que a gente pode controlar, vê como tá sendo usado o dinheiro público [...]”. A fala desse estudante reforça o entendimento de Moreira Neto (2004) sobre a importância de uma educação voltada à consciência da república e do dever que todos tem de zelar pela correta destinação dos recursos públicos.

Por fim, vale registrar a importância dessa etapa da pesquisa, na qual foram ouvidos os estudantes. Embora sendo apenas cinco, a contribuição deles foi muito valiosa para esta pesquisa. Através das entrevistas foi possível coletar informações relevantes, analisar as percepções sobre as temáticas abordadas e confirmar o entendimento de alguns autores citados no referencial teórico.

Ademais, cabe destacar que, dentre as categorias analisadas, o protagonismo juvenil foi a temática que mais os estudantes se motivaram a falar, relatando suas experiências e desejos. As respostas demonstraram que os jovens estudantes têm vontade e potencial para participar da gestão pública, mas falta oportunidade e conhecimento de como participar.

Deste modo, a ausência de espaço formal de escuta, conforme identificado nas respostas dos estudantes, evidenciou a necessidade de melhorar a organização do espaço pedagógico de modo que os estudantes possam participar efetivamente dos processos decisórios e assim obter resultados mais coerentes com suas necessidades.

Ainda, de um modo geral, foi possível constatar o pouco conhecimento dos estudantes sobre o acesso à informação pública. Isso nos faz refletir a necessidade de promover formação sobre esse assunto, de modo que os cidadãos, especialmente os jovens, tenham consciência do seu papel no acompanhamento das informações.

Para tanto, torna-se essencial, também, a promoção de ações com vistas a superar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para acessarem, compreenderem e utilizarem a informação pública, de forma que eles possam exercer protagonismo na sociedade. Deste modo, espera-se que os jovens tenham conhecimento das ferramentas disponíveis de

participação na gestão pública e, assim, consigam de fato exercer o controle social, contribuindo para a correta e eficiente utilização dos recursos públicos.

Portanto, ressalta-se a importância da escuta dos estudantes de forma que eles possam, conforme Libâneo (1998), praticar democracia, iniciativa, responsabilidade. Agindo assim, de acordo com Pacheco (2011), os institutos federais irão cumprir seu papel na formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível.

Como resultado da dissertação, será apresentado no próximo capítulo o processo de construção e avaliação do produto educacional.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo tem a finalidade de atender ao quarto e último objetivo específico desta pesquisa, qual seja: elaborar um fanzine, com a participação dos estudantes do Ensino Médio Integrado, contendo orientações gerais sobre o acesso à informação pública, bem como indicando e esclarecendo como a utilização dessas informações contribui para o exercício da cidadania e do controle social.

Nessa perspectiva, de acordo com Ribeiro (2005), o produto educacional é a principal diferença entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional. Ainda, segundo o autor, o objetivo do mestrado profissional é formar alguém que saiba utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades.

Portanto, o produto educacional é consequência de um processo reflexivo e contextualizado, conforme defendem Silva e Souza (2018), ou seja, não é algo pronto a ser aplicado, pelo contrário, deve ser construído a partir da vivência com os sujeitos pesquisados.

Ao elaborar um produto educacional é preciso considerar, ainda, as especificidades e os desafios do mundo atual, que demanda uma formação ampla, abrangente, que forme **cidadãos reflexivos, críticos, para atuar na sociedade com compromisso e responsabilidade**, isto é, um produto educacional inovador e desafiador (SILVA, SOUZA, 2018, p. 7, grifo nosso).

Portanto, pretende-se, por meio do produto educacional, resultado dessa dissertação, contribuir para a construção de um espaço pedagógico no qual os estudantes sejam incentivados a participar ativamente nos processos decisórios da instituição e da gestão

pública como um todo. Deste modo, entende-se que os jovens serão motivados a participar quanto se sentirem responsáveis pelas decisões que os afetam e ao verem na prática os benefícios dessa atuação.

Dito isto, a seguir, será apresentado como ocorreu a elaboração e a avaliação do produto educacional.

6.1 Elaboração do Produto Educacional

O produto educacional, resultado dessa dissertação, foi construído a partir da análise das informações obtidas, especialmente, nos questionários e nas entrevistas realizadas com os estudantes. Dessa forma, foi elaborado um fanzine, palavra cuja origem vem da junção de dois termos da língua inglesa *fanatic* (fã) e *magazine* (revista).

O fanzine, conforme Magalhães (1993), é uma publicação alternativa e amadora, normalmente de pequena tiragem, editada e impressa artesanalmente. Assim, essa publicação se caracteriza pela liberdade criativa e, por isso, de acordo com Diniz (2018), as normas de diagramação são postas de lado, há a ruptura com a sintaxe convencional, a temática é livre, entre outros elementos.

Optou-se pela elaboração de um fanzine, pois, de acordo com Basaglia (2016), esse tipo de produto pode ser usado como um recurso pedagógico, uma vez que possibilita ao estudante o desenvolvimento de sua capacidade de pesquisar informações importantes, bem como permite ter um olhar crítico sobre o tema abordado e produzir um material de comunicação que expressa suas ideias.

Ademais, “Entender as falas dentro da linguagem produzida pelo fanzine é, sobretudo, perceber que muitas das linguagens expressadas pela juventude procuram comunicar ações práticas e inovadoras em relação ao ambiente social e cultural juvenil e à cultura escolar.” (PENTEADO, 2005, p. 46).

Nesse contexto, conforme apresentado no plano de desenvolvimento do produto, apesar de a ideia inicial ter sido construir um fanzine juntamente com os estudantes participantes das entrevistas, devido à pandemia do novo coronavírus, a estratégia precisou ser alterada. Assim sendo, no final das entrevistas, realizadas à distância, foi relatado para os estudantes que haveria a construção de um fanzine e foi facultada a contribuição deles nesse produto educacional. Vale registrar que os estudantes se sentiram entusiasmados em colaborar, reforçando opiniões que haviam sido ditas no decorrer das entrevistas.

Portanto, de posse dos resultados da coleta de dados e das contribuições dos estudantes, coube a pesquisadora idealizar e construir o produto educacional. De modo artesanal, foram iniciados os trabalhos de escrita, recortes e colagem. Apesar disso, no decorrer da elaboração do fanzine, percebeu-se que haveria dificuldade em disponibilizá-lo fisicamente para a avaliação dos estudantes, devido ao isolamento social imposto pela pandemia.

Ante o exposto, mais uma vez a estratégia precisou ser alterada e, por isso, optou-se por transferir o fanzine para o ambiente digital, chamando-o agora de fanzine eletrônico ou, simplesmente, de e-zine. Nesse contexto, conforme Zavam (2007), muitas vezes o e-zine é tomado como sinônimo de revista eletrônica, porém há distinção entre esses dois termos.

A esse respeito, a autora esclarece que o e-zine é marcado pelo caráter de produção alternativa, elaborado e produzido por amadores, por pessoas que se juntam em torno de gostos, interesses e causas comuns. Por outro lado, a revista eletrônica é elaborada e produzida normalmente por profissionais e muitas vezes são versões eletrônicas das que são impressas.

Ainda, Zavam (2007) sugere a inclusão do e-zine no âmbito escolar, uma vez que esse gênero digital atrai o público jovem. Por isso, na elaboração do produto educacional, a partir da vivência com os sujeitos pesquisados, foi priorizado o uso da linguagem informal, com textos curtos e diretos. Além disso, utilizou-se expressões, imagens e abreviações usadas pelos jovens nas redes sociais e em aplicativos de mensagens.

Diante disso, o fanzine eletrônico foi desenvolvido pela pesquisadora utilizando-se da versão gratuita do programa chamado CANVA. Este programa permite a criação de designs diversos a partir de *layouts* e imagens disponibilizadas ou inseridas no próprio programa.

Assim, na construção do e-zine, buscou-se atender as necessidades dos jovens, uma vez que foi relatado nas entrevistas que a dificuldade de compreensão das informações e o uso de uma linguagem distante da realidade dos jovens gera desinteresse por parte deles. Ainda, o e-zine ao apresentar a “Voz do Estudante” teve como finalidade expor a opinião dos alunos, bem como atender o desejo deles de serem ouvidos.

Além disso, cabe destacar que no e-zine foi dada ênfase na divulgação dos canais de comunicação do IFPE, tendo em vista que nos questionários e nas entrevistas foi identificada uma deficiência, por parte dos estudantes, no conhecimento desses meios de participação social. Por fim, pretendeu-se produzir um material atrativo aos jovens que os fizesse refletir e buscar se aprofundar sobre os temas abordados.

6.2 Avaliação do Produto Educacional

Após a construção do e-zine, foi realizada sua avaliação com o objetivo de coletar as opiniões dos estudantes quanto ao produto educacional, especialmente em relação ao seu conteúdo e a sua utilidade. O intuito dessa avaliação foi evitar que o produto não atendessem a finalidade para qual foi criado ou, de acordo com Silva e Souza (2018), fosse elaborado apenas para cumprir um dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Ante o exposto, o e-zine *Jovem Ligado* foi encaminhado juntamente com um questionário, via aplicativo de mensagens instantâneas, WhatsApp, para os cinco estudantes participantes da entrevista. Além disso, foi solicitado que eles encaminhassem o e-zine e o questionário para seus colegas do Ensino Médio Integrado do *Campus Barreiros*. Na mensagem enviada, foi explicado resumidamente do que se tratava um e-zine e foi solicitada a participação deles de forma voluntária.

O questionário (Apêndice H), com perguntas abertas e fechadas, foi construído no Formulários Google, disponível no serviço gratuito de armazenamento e sincronização de arquivos intitulado Google Drive. Na identificação dos estudantes, foi requisitado apenas que eles informassem o curso e ano/período em que estavam matriculados. Assim, foram obtidas 13 respostas, que serão apresentadas a seguir.

Quanto à pergunta sobre o conhecimento das informações que foram apresentadas no e-zine *Jovem Ligado*, nove estudantes afirmaram que conheciam parcialmente, três responderam que conheciam e apenas um afirmou que não conhecia. Ainda, um estudante comentou o seguinte: “Não sabia da opção de falar com a ouvidoria, por exemplo.”.

Acerca da opinião dos estudantes quanto à linguagem utilizada no e-zine, as respostas foram bem parecidas, conforme destaques a seguir: “Muito clara e acessível aos jovens.”, “Ficou uma linguagem simples, porém bem explicado cada tópico. O texto meio que ‘casou’ com as imagens, ficou muito, muito bom!”, “Gostei muito, pelo menos nós jovens nos identificamos mais”, “Foi uma das coisas que mais me chamou atenção, gostei muito da dinâmica utilizada” e “linguagem simples e objetiva, junto com a utilização de imagens.”.

Os estudantes confirmaram que o e-zine trouxe informações importantes e que os ajudou a refletir sobre a importância da participação do jovem na gestão pública. Em relação à pergunta se eles se sentiram motivados a pesquisar sobre o que foi apresentado, apenas dois, dos 13 estudantes, informaram que não. Ainda, dos estudantes que afirmaram que se sentiram motivados, dois deles comentaram o seguinte: “Sim, pois não sabia que era tão fácil encontrar tais informações.” e “Tive um pouco de curiosidade.”.

Quanto ao espaço no qual os estudantes puderam manifestar suas opiniões do que poderia ser acrescentado ou retirado do e-zine, de um modo geral, houve elogios e relatos, de diferentes modos, que eles não alterariam nada. Mesmo assim, um estudante sugeriu um acréscimo: “mais informações, por exemplo, sobre projetos de extensão e etc. (é uma das coisas que mais tenho dúvidas)”. Cabe destacar que esta sugestão não foi considerada, uma vez que não correspondeu ao objetivo do e-zine. Além disso, ressalta-se o seguinte comentário de um dos alunos: “seria legal espalhar um folheto, na parede mesmo, para todos termos conhecimento”.

No que se refere ao questionamento sobre o que eles mais gostaram no e-zine *Jovem Ligado*, seis estudantes relataram que foi a linguagem utilizada. Além disso, alguns estudantes escreveram as seguintes respostas: “A voz do aluno”, “A amplitude das informações”, “As explicações sobre como entrar em contato, para fazer elogios, críticas e etc.”, “Que nós jovens temos que exigir nossos direitos de estudante como: acompanhando o repasse do dinheiro público, dando sugestões para melhorar a prestação de serviço” e “A motivação para o jovem se preocupar em saber mais de alguns ‘assuntos’ sobre as informações públicas.”.

Ademais, foi solicitado que os discentes atribuíssem uma nota ao e-zine (entre 0 e 10), de forma que, fazendo a média aritmética das notas apresentadas, obteve-se nota igual a 9,31. Por fim, por unanimidade os estudantes afirmaram que recomendariam a leitura do e-zine *Jovem Ligado* para outros colegas.

Portanto, considerando a avaliação desses 13 discentes, entende-se que o produto educacional alcançou sua finalidade ao apresentar orientações gerais sobre o acesso à informação pública no IFPE, bem como fazendo com que os estudantes refletissem sobre a importância da participação deles na gestão pública. Ainda, ao se confirmar que o e-zine é atrativo aos jovens, sugere-se a utilização dessa ferramenta como recurso pedagógico no processo de formação cidadã dos estudantes do IFPE.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ao se debruçar sobre a formação cidadã no âmbito da educação profissional, quis ressaltar a importância de formar trabalhadores e cidadãos competentes e comprometidos com a transformação da sociedade. Assim, ficou demonstrado que não basta

apenas repassar conhecimentos teóricos e práticos para o estudante, é preciso uma formação completa que desenvolva nele uma consciência crítica diante dos problemas de sua realidade.

Dito isto, o capítulo 3 desta dissertação, por meio do referencial teórico, apresentou a importância do Ensino Médio Integrado para o desenvolvimento de uma formação crítica e efetivamente cidadã. Também, evidenciou a potencialidade do jovem em exercer protagonismo na realidade em que vive, por meio de sua atuação para o bem da coletividade. Ao tratar sobre o acesso à informação pública, houve o destaque de que a transparência se constitui como uma ferramenta indispensável para o controle social e o exercício da cidadania.

O capítulo 4 indicou o percurso metodológico e, a partir dele, foi possível alcançar os resultados da pesquisa, expostos no capítulo 5. Para uma melhor organização, os resultados foram detalhados em quatro subcapítulos nos quais foram realizadas vinculações com as contribuições teóricas levantadas no capítulo 3.

No subcapítulo 5.1, por meio da análise documental, houve destaque, dentre os normativos que regulamentam a educação no Brasil e os documentos institucionais do IFPE, para os artigos que manifestam uma concepção de cidadania no sentido marxista-gramsciano. Assim, observou-se que eles orientam no sentido de desenvolver nos estudantes uma postura crítica e consciente diante dos problemas da sociedade, de forma que sejam capazes de intervir e transformar a realidade que vivem, visando atender aos interesses da coletividade.

Ademais, percebeu-se que o IFPE está envidando esforços na implementação da Lei de Acesso à Informação, bem como das demais legislações que regulamentam a transparência pública no Brasil. Apesar disso, cabe frisar a importância desses normativos serem colocados efetivamente em prática, resultando no fortalecimento dos canais de comunicação da instituição e na promoção da participação social.

Quanto ao subcapítulo 5.2, que tratou da participação dos estudantes por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão e da Ouvidoria, identificou-se que tanto as informações demandadas, quanto as manifestações registradas, servem de subsídio para a promoção de ajustes ou aperfeiçoamento dos processos organizacionais do IFPE. Deste modo, é possível, por exemplo, que a instituição promova a melhoria de sua transparência ativa, isto é, a divulgação de informações independentemente de requerimento.

A esse respeito, destaca-se que o IFPE, ao disponibilizar, de forma pública e compreensível, as informações relacionadas às suas ações, possibilita o acompanhamento da comunidade acadêmica, fomentando, dessa forma, o exercício da cidadania. Ademais, a participação dos estudantes pode promover reflexão sobre a atuação dos gestores, de modo a

ajustar ou aperfeiçoar a organização do espaço pedagógico de modo a atender os reais anseios da juventude.

No subcapítulo 5.3, que se refere aos resultados das análises dos questionários respondidos, identificou-se, dentre outras coisas, que a grande maioria dos estudantes não ouviram falar, no IFPE, sobre o acesso à informação pública. Dado que demonstrou a necessidade de promover orientações à comunidade acadêmica, especialmente aos estudantes, quanto à existência e à importância da Lei de Acesso à Informação e como o IFPE está promovendo a transparência de suas ações.

Além disso, destacou-se, entre as respostas, uma participação muito pequena ou nula nos principais canais de comunicação do IFPE com a sociedade, quais sejam: a Ouvidoria, a Carta de Serviços ao Cidadão e o Serviço de Informação ao Cidadão. Ainda, 10% dos estudantes participantes da pesquisa nunca acessaram ou utilizaram quaisquer dos canais de acesso do cidadão ao IFPE. Tais constatações reforçam a necessidade de melhorar a comunicação do IFPE com o cidadão, bem como a participação dos estudantes por meio desses canais.

No que concerne às análises das entrevistas realizadas, expostas no subcapítulo 5.4, as respostas demonstraram que os jovens estudantes têm vontade e potencial para participar da gestão pública, mas falta oportunidade e conhecimento de como participar. Deste modo, a ausência de espaço formal de escuta evidenciou a necessidade de melhorar a organização do espaço pedagógico, de modo que os estudantes possam participar efetivamente dos processos decisórios e, assim, obter resultados mais coerentes com suas necessidades.

Também, por meio das entrevistas, foi constatado o pouco conhecimento dos estudantes sobre o acesso à informação pública. Isso nos faz refletir a necessidade de promover formação sobre esse assunto, de modo que os cidadãos, especialmente os jovens, tenham consciência do seu papel no acompanhamento das informações.

Ainda, verificou-se a necessidade de promover ações com vistas a superar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para acessarem, compreenderem e utilizarem a informação pública, de forma que eles possam exercer protagonismo na sociedade. Deste modo, espera-se que os jovens tenham conhecimento das ferramentas disponíveis de participação na gestão pública e, assim, consigam de fato exercer o controle social, contribuindo para a correta e eficiente utilização dos recursos públicos.

Quanto ao produto educacional, apresentado no capítulo 6, a avaliação do fanzine eletrônico, ou simplesmente e-zine, por parte dos discentes, confirmou sua importância, especialmente, por fazer com que eles refletissem sobre a importância da participação social

na gestão pública. Ademais, ao se confirmar que o e-zine é atrativo aos jovens, ratifica-se a utilização dessa ferramenta como recurso pedagógico no processo de formação cidadã dos estudantes do IFPE.

Ante o exposto e a partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, é possível afirmar que a participação dos estudantes contribui para uma melhor organização e planejamento dos espaços pedagógicos. Desta forma, verifica-se que a efetividade da gestão dos processos das instituições educacionais públicas depende da contribuição da comunidade acadêmica, especialmente dos estudantes, que são os principais interessados pela melhoria dos serviços públicos prestados por estas instituições.

Diante disso, entende-se que o preparo para o exercício da cidadania, conforme visto nos documentos que regulamentam a educação no Brasil, se concretiza por meio de uma gestão democrática que garanta a efetiva participação dos jovens estudantes no processo decisório. Essa questão baseia-se no entendimento de que os jovens serão motivados a colaborar quando se sentirem responsáveis pelas decisões que os afetam e ao verem na prática os benefícios dessa atuação.

Ademais, é importante que no planejamento pedagógico seja considerado o potencial de participação possibilitado pelos avanços da tecnologia e da comunicação. A esse respeito, observa-se que os jovens, embora estejam muito conectados à tecnologia, nem sempre estão devidamente cientes das possibilidades que esta ferramenta apresenta. Por isso, é preciso, na perspectiva da formação para a cidadania, incentivar os jovens a utilizarem os recursos de acesso à informação para atuarem na gestão pública, sugerindo melhorias e exercendo importante papel fiscalizatório.

Também, destaca-se que a motivação para que os jovens estudantes exerçam o controle social requer, além da conscientização quanto à importância e seus benefícios, a formação relativa ao acesso e acompanhamento das informações públicas. Além disso, é importante tornar as informações compreensíveis para o público juvenil e dar ampla divulgação dos instrumentos de participação social. Assim, ao enxergarmos os jovens como agentes transformadores, reconhecemos que eles são capazes de reivindicar seus direitos e intervir na realidade para o bem comum.

Logo, depreende-se que a formação cidadã oferece os meios para que o jovem desenvolva um pensamento crítico e possa atuar ativamente na sociedade, com o objetivo de transformá-la. É nesse aspecto que se materializam os objetivos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, uma vez que se prioriza uma formação emancipatória, com vistas ao desenvolvimento integral do ser humano.

Assim, pode-se inferir que a efetiva participação dos estudantes no planejamento e organização dos espaços pedagógicos do IFPE, propiciada pelo acesso à informação pública, contribui para a formação cidadã desses estudantes, uma vez que através de situações reais, vivenciadas no ambiente acadêmico, eles poderão desenvolver um pensamento crítico e consciente que os tornem capazes de atuar na solução de problemas da Instituição e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

Por fim, conforme apresentado no capítulo 2 desta dissertação, há uma lacuna de pesquisas que tratem sobre a percepção do estudante quanto ao acesso à informação pública. Deste modo e diante da relevância social e acadêmica da temática apresentada, espera-se que essa pesquisa motive outros pesquisadores a apresentarem novas problematizações referentes às relações existentes entre formação cidadã, acesso à informação pública e controle social, de um modo especial no âmbito da Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

- AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais do governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 36, n. 5, p. 723-45, set./out. 2002.
- ANDRÉ, Marli; PRINCEPE, Lisandra. O lugar da pesquisa no mestrado profissional em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 103-117, jan./mar. 2017.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- ASSIS, Sandra Maria; NETA, Olivia Morais de Medeiros. Educação Profissional no Brasil (1960-2010): Uma história entre avanços e recuos. **Tópicos Educacionais**, Recife, v.21, n.2, jul./dez. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23171/1/EducaçãoProfissionalNoBrasil_2015.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.
- BAKER, Eduardo. Cidadania e direitos políticos durante os primeiros anos da Revolução Francesa (1788-1790). **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 9, n. 2, maio-agosto, 2017, p. 244-265. Disponível em: <http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/144>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BASAGLIA, Ana Paula Hoffmann Frittoli. **Fanzine e design gráfico: exercícios de autonomia e criação**. 2016. 132f. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.pixelperfect.com.br/ppgdesign/egressos/doc/Dissertacao%20-%20Ana%20Paula%20Hoffmann%20F%20Basaglia.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**, 2019. Sobre a BDTD. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 28 fev. de 2019.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991. 208 p.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, vol. 2, nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BORBOREMA, Ernani Avelar; RIBEIRO, Cyro de Castilho. **A homepage contas públicas: um diagnóstico de contribuição para o controle social.** 2006. Dissertação (Pós-graduação em Contabilidade e Orçamento para o Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2006. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/a-homepage-contas-publicas-um-diagnostico-de-contribuicao-para-o-controle-social.htm>. Acesso em: 02 abr. 2020

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 31, n.84, p.195-208, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a03v31n84.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Domingos Ramos. **Governo eletrônico: Acesso à Informação pública e accountability na UNIVASF – Campus Petrolina.** 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21682>. Acesso em: 10 mar. 2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da república, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da república, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da república, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 7 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da república, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF: Presidência da república, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da república, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 3 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113460.htm. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 02 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica – CNE/CEB, 2018. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb00318&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. **Programa GESPÚBLICA – Fugindo do “burocratês”**: como facilitar o acesso do cidadão ao serviço público. Brasília; MP, SEGEP, 2016. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/linguagem_cidada_-_versao_final_web.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. **Programa GESPÚBLICA – Guia “d” Simplificação**. Brasília; MP, SEGEP, 2009. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/D.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. **Programa GESPÚBLICA - Carta de Serviços ao Cidadão**: Guia Metodológico; Brasília; MP, SEGEP, 2014. Versão 3/2014. 54 p. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/carta_de_servicos_ao_cidadao_-_guia_metodologico.pdf. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRAVO, Maria Inez Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Número 109. São Paulo: Cortez, 2012.

CAROSSI, Daniel Fernando. **Dados abertos**: categorias e temas prioritários a serem disponibilizados pelas instituições federais de ensino superior (IFES) aos cidadãos. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20413>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, ano XV, nº 27, p. 83 – 100, 2012.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: Desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, v. 12, n. 26, p. 07-22, set./dez. 2011.

CARRANO, Paulo; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. *In*: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco 2007.

CGU. Controladoria Geral da União. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. Brasília: 2013. Disponível em:

https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

CGU. Controladoria Geral da União. **Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito à informação, transparência e participação cidadã**. 2010.

Disponível em: goo.gl/kK0wfU. Acesso em: 12 mai. 2019.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.).

Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Àgora – Políticas públicas e Serviço Social**, Ano. 2, Vol.3, dez. 2005. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/227058503/Notas-Sobre-Cidadania-e-Modernidade-Carlos-Nelson-Coutinho>. Acesso em: 02 abr. 2020.

DAUDT, Paloma de Freitas. **As dimensões pedagógicas dos espaços do controle social do sistema de participação popular e cidadã do município de Canoas**. 2018. 114 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7438>. Acesso em: 10 abr. 2019.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. n. 24. set-out-nov-dez. 2003.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010.

DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, pobreza, e ações sócio-educativas no Brasil. In: SPOSITO, Marília Pontes (org.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007. p. 47-82.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DINIZ, Camila Ferreira. **Uma literatura nas margens: fanzines**. 2018. 55 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018

Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/Dissertacao%20Camila.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

DOMINGUES, Tiago César. **Educação e cidadania: aspectos legais, concepções e processos pedagógicos desenvolvidos na ETEC de Piedade-SP à luz de Gramsci**. 2017. 200 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.

Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9199?show=full>. Acesso em: 10 abr. 2019.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle social versus transparência pública: uma questão de cidadania**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Orçamento Público) - Tribunal de Contas da União, Brasília – DF, 2010. Disponível em:

<https://portal.teu.gov.br/biblioteca-digital/controle-social-versus-transparencia-publica-uma-questao-de-cidadania.htm>. Acesso em: 08 abr. 2020.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Prestação de contas**: instrumento de transparência da administração. Jus Navigandi, Teresina, 15 jun. 1997. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=335>. Acesso em: 12 nov. 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estados da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, v. 23, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Ondas, cenas e microculturas juvenis. Plural - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.15, 2008, p. 99-128.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio e técnico profissional**: disputa de concepções e precariedade. Le Monde Diplomatique Brasil - Edição 68 – Mar. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ensino-medio-e-tecnico-profissional-disputa-de-concepcoes-e-precariedade/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula**: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Alfredo Macedo; SILVA, Assis Leão da; ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Planos Nacionais de Educação: avanços e desafios do Ensino Médio. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024**: avaliação e perspectivas. 1 ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2017, v. 1, p. 7-335.

GOMES FILHO, Adhemar Bento. **O desafio de implementar uma gestão pública transparente**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, X, Santiago, 2005. **Anais**. Clad, 2005. Disponível em:

<https://cladista.clad.org/bitstream/handle/123456789/3543/0052549.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mai. 2019.

GOMES, Leonardo Teixeira. **Cidadania e práticas escolares:** as representações de um grupo de alunos do ensino médio de uma escola pública paulista. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115574>. Acesso em: 10 abr. 2019.

IBERICO, Angela Maria Figueroa. **Educação para a cidadania na escola:** representações de professores de ensino médio. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02042015-120044/pt-br.php>. Acesso em: 10 abr. 2019.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Portaria IFPE/GR nº 1.582 de 16 de novembro de 2018.** Estabelece o Plano de Dados Abertos. Recife: IFPE, [2018a]. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/tecnologia-da-informacao/documentos/documentos>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Projeto político pedagógico institucional.** Recife: IFPE, [2012]. Disponível em: https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/projeto-politico-pedagogico-institucional-pppi-_2009-2013.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Organização acadêmica institucional.** Recife: IFPE, [2014]. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/o-campus/documentos/organizacao-academica-institucional-do-ifpe.pdf/view>. Acesso em: 08 abr. 2019.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Resolução CONSUP/IFPE nº 33, de 02 de julho de 2015.** Aprova o Regimento da Ouvidoria Geral do IFPE. Recife: Conselho Superior/IFPE, [2015a]. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/ouvidoria/documentos-internos/regimento-ouvidoria-geral.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Resolução CONSUP/IFPE nº 057, de 15 de dezembro de 2015.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) do IFPE. Recife: Conselho Superior/IFPE, [2015b]. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-57-2015-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifpe.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Relatório Anual de Atividades da Ouvidoria Geral do IFPE - 2018.** Recife: IFPE, [2018b]. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/ouvidoria/documentos-internos>. Acesso em: 09 mai. 2020.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Relatório Anual de Atividades da Ouvidoria Geral do IFPE - 2019**. Recife: IFPE, [2019a]. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/ouvidoria/documentos-internos>. Acesso em: 09 mai. 2020.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Resolução nº 79, de 5 de novembro de 2019**. Homologa a Resolução nº 74/2019 – *Ad Referendum*, a qual aprovou, *ad referendum*, em caráter precário, a prorrogação do prazo de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018. Recife: Conselho Superior/IFPE, [2019b]. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2019>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KLEIN, Ana Maria; TORRES, Julio Cesar. Educação, projetos de vida e participação política da juventude. **Ponto-e-vírgula**, 17, p. 251-269, 2015.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e o objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, v. 15, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15nspe/01.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões de nossa época, n. 63).

LARANJEIRA, Denise Helena Pereira; IRIART, Mirela Figueiredo Santos; RODRIGUES, Milena Santos. **Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117-133, jan./mar. 2016.

LEMOS, José Mário de Mendonça. **Um processo para publicação de dados abertos em institutos federais baseado em BPM**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25351>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Perspectivas de uma pedagogia emancipadora face às transformações do mundo contemporâneo. Entrevista concedida ao Prof. Nivaldo A. N. David, em Goiânia, em 16 de dezembro de 1997. **Revista Pensar a Prática** 1:1-21, jan./jun.1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/8/2613>. Acesso em: 1 mai. 2019.

LIMA, Luiz Henrique. **Controle externo: teoria, jurisprudência e questões de concursos** (Coleção Provas e Concursos). Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LIMA, Waléria de Cássia Souza. **Accountability na gestão do processo de aprendizagem no IFBA, Campus de Salvador**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/accountability-gestao-processo-aprendizagem-ifba-campus-salvador>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LINO, Glaucya Maria Lopes. **Educação para a paz por meio de virtudes com crianças em situação de risco**. Orientadora: Maria Judith Sucupira da Costa Lins. 2018. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, 2018. Disponível em: [file:///D:/refazer%20mestrado/artigos%20avalia%C3%A7%C3%A3o/Educacao_paz_Glaucya_Lino%20\(1\).pdf](file:///D:/refazer%20mestrado/artigos%20avalia%C3%A7%C3%A3o/Educacao_paz_Glaucya_Lino%20(1).pdf). Acesso em: 06 mar. 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2004.

MAGALHÃES, Henrique. **O que é fanzine**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

MANFRED, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013.

MENDES, Renata Gomes. **Carta de Serviços ao Cidadão**: extraindo a descrição da prestação de serviços a partir dos processos de negócios. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18347>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MESQUITA, Wákila Nieble Rodrigues de. **A implementação da Lei de Acesso à Informação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19462>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009.

MONTEIRO, Alessandra. **Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil**. 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12440>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O parlamento e a sociedade como destinatários do trabalho dos tribunais de contas. In: SOUZA, A. J. *et al.* **O novo tribunal de contas: órgão protetor dos direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnologia: dualidade histórica e perspectiva de integração**. Holos, Rio Grande do Norte, v. 2, 2007.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.

NEVES, Michele Siqueira de Azambuja. **As políticas públicas de controle social e a criação de novos mecanismos institucionais no Brasil: um estudo de caso do ObserVa - Observatório de Auditoria da Universidade Federal de Pelotas.** 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3107>. Acesso em: 10 abr. 2019.

NUNES, Vivian Kelly Andaki. **Plano de dados abertos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/22591>. Acesso em: 10 abr. 2019.

OLIVEIRA, Josemar de Assis. **A relação entre o conselho municipal de educação e o instituto federal de GOIÁS (IFG) em Luziânia – GO: um estudo do controle social numa perspectiva democrática.** 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_d373ddbc83c272276e62100cdfd25587. Acesso em: 10 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PENTEADO, Hildebrando Cesario. **Fanzine: expressão cultural de jovens em uma escola da periferia de São Paulo.** 2005. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10503>. Acesso em: 7 jul. 2020.

PEREIRA, Rejane Aparecida. **Acesso à Informação e Transparência: um estudo na Universidade Federal de Viçosa - campus Rio Paranaíba.** 2018. 107 F. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/21583>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PINHO, José Antônio Gomes de. **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Governo Eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro.** Salvador, Ed. UFBA, p.16. 2012.

PLATT NETO, Orion Augusto et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Dayana/Downloads/320-Texto%20do%20artigo-971-1-10-20090511.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2019.

POLETTI, Lizandro. Gestão democrática na educação pública. **Revista educação e cultura em debate**. v 1, n. 1, jul - dez. 2015. Disponível em: <http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/83>. Acesso em 19 jun. 2020.

PROFEPT. **Anexo ao regulamento do mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional**, 2018. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/2018_Anexo_Regulamento_ProfEPT.pdf. Acesso em: 13 mai. 2019.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. *In*: Seminário sobre Ensino Médio, 2008, Pará. **Debate** [...] Pará: Secretaria de Educação do Estado, 2008, p. 1-30. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

REIS, Joyce Vasconcelos Coutinho dos. **Carta de serviços ao usuário: uma proposta de estruturação na UFRPE**. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URPE_2fa1b9d1325e54c591029d0243bfbeae. Acesso em: 10 abr. 2019.

RIBEIRO, Cyro de Castilho; BORBOREMA, Ernani Avelar. **A homepage contas públicas: um diagnóstico de contribuição para o controle social**. 2006. 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Contabilidade e Orçamento Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/a-homepage-contas-publicas-um-diagnostico-de-contribuicao-para-o-controle-social.htm>. Acesso em: 05 mai. 2020.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, v. 2, n. 4, p. 8-15, 2005. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/72/69>. Acesso em 12 mar. 2019.

RIBEIRO, Jaime; SOUZA, Francislé Neri de; Lobão, Catarina. Saturação da análise na investigação qualitativa: quando parar de recolher dados?. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. iii-vii, abr. 2018. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/213/111>. Acesso em: 5 jan. 2019.

RODRIGUES, Domingos da Costa. **Avaliação de transparência pública em universidades federais: estudo de múltiplos casos sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação**. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_0b874638a291a7c71f984d58e6aa790b. Acesso em: 15 abr. 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NASCIMENTO, Josilene Barbosa do; MOREIRA, Orlandil de Lima (org.). **Gênero, participação política e novas sociabilidades da juventude**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. 95 p.

SANTOS, Mônica Augusta dos. **Análise do serviço de informação ao cidadão das instituições federais de ensino da Região Nordeste**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18672>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan. **Educação e cidadania: reflexões à luz de Hannah Arendt**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIJ_9c77eeb37b5f45decff40c5bafabb543. Acesso em: 10 abr. 2019.

SCHWERTNER, Suzana Feldens; FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Juventudes, conectividades múltiplas e novas temporalidades**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 01, p.395-420, mar. 2012.

SILVA, Clarice Rodrigues da. **Os efeitos da participação social nos processos organizacionais do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG**. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25719>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, Daniel Bruno da. **A construção da hegemonia burguesa na educação técnica de nível médio da ETEC: os limites da educação para a cidadania e a perspectiva da educação emancipadora**. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Keila Crystyna Brito; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **MEPE: Metodologia para elaboração de produto educacional**. Manaus, 2018.

SILVA, Pedro Manoel da. **Análise do acesso e da transparência da informação pública nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil**. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12942>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVEIRA, Nauana Gaivota. **Transparência nas compras governamentais: avaliação de portais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187276>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SOUZA, Diego Fillipe de. **Transparência ativa para acesso à informação: uma proposta de modelo com os temas prioritários em Instituições Federais de Ensino Superior**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7608>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SOUZA, Herbert Jose de. **Como se faz análise de conjuntura**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 54 p. 2012.

SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de. **Escolas de contas e o controle social na formação profissional**. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4592/1/PATRICIA_VERONICA_N_C_SOBRAL_SOUZA.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

SOUZA, Wesley Silva de. **Transparência e controle social: desafios para a gestão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a partir da Lei de Acesso à Informação**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/1839>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento *et al.* In: MOURA, Dante Henrique (org.). **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016, p. 169-186.

TEIXEIRA, Maria Cristina. **Educação para a cidadania, fundamento do estado democrático de direito**. 2016. 168 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_c744505246140f449a7640d0a7fb6b03. Acesso em: 21 abr. 2019.

TERRA, Luciana Bomfim. **A implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) na Universidade Federal da Bahia**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/implementacao-lei-acesso-informacao-lai-universidade-federal-bahia>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TOLEDO, Davis Wilian Graciano de. **Viabilidade de implantação do 1º nível de governança corporativa no IFSP – campus Hortolândia – sob a ótica do institucionalismo**. 2017. f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9211>. Acesso em: 11 abr. 2019.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ZAVAM, Áurea Suely. E-zine: uma instância da voz dos e-xcluídos. In: ARAÚJO, Júlio César. **Internet & Ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

ZORZAL, Luzia. **Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal**. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_29a685526090b702a134599d5da1d897. Acesso em: 18 abr. 2019.

APÊNDICE A - Dissertações e Teses Selecionadas no Levantamento da Produção do Conhecimento

Nº	Categorias	Referências	Assuntos Principais
1	Educação Profissional	LIMA, Waléria de Cássia Souza. Accountability na gestão do processo de aprendizagem no IFBA, Campus de Salvador . 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.	<i>Accountability</i>
2	Educação Profissional	OLIVEIRA, Josemar de Assis. A relação entre o conselho municipal de educação e o instituto federal de GOIÁS (IFG) em Luziânia – GO: um estudo do controle social numa perspectiva democrática . 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Controle Social
3	Educação Profissional	LE MOS, José Mário de Mendonça. Um processo para publicação de dados abertos em institutos federais baseado em BPM . 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.	Dados Abertos
4	Educação Profissional	SILVEIRA, Nauana Gaivota. Transparência nas compras governamentais: avaliação de portais dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia . 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.	Transparência
5	Educação Profissional	TOLEDO, Davis Wilian Graciano de. Viabilidade de implantação do 1º nível de governança corporativa no IFSP – campus Hortolândia – sob a ótica do institucionalismo . 2017. f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.	Participação Social
6	Educação Profissional	SILVA, Daniel Bruno da. A construção da hegemonia burguesa na educação técnica de nível médio da ETEC: os limites da educação para a cidadania e a perspectiva da educação emancipadora . 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.	Cidadania
7	Educação e Cidadania	GOMES, Leonardo Teixeira. Cidadania e práticas escolares: as representações de um grupo de alunos do ensino médio de uma escola pública paulista . 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.	Formação Cidadã e Ensino Médio
8	Educação e Cidadania	IBERICO, Angela Maria Figueroa. Educação para a cidadania na escola: representações de professores de ensino médio . 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.	Educação para a Cidadania e Ensino Médio
9	Educação e Cidadania	SCHÜTZ, Jenerton Arlan. Educação e cidadania: reflexões à luz de Hannah Arendt . 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.	Cidadania e Participação Política
10	Educação e Cidadania	TEIXEIRA, Maria Cristina. Educação para a cidadania, fundamento do estado democrático de direito . 2016. 168 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.	Educação para a cidadania

Nº	Categorias	Referências	Assuntos Principais
11	Educação e Cidadania	DOMINGUES, Tiago César. Educação e cidadania: aspectos legais, concepções e processos pedagógicos desenvolvidos na ETEC de Piedade-SP à luz de Gramsci. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.	Educação, Cidadania e Ensino Profissionalizante
12	Educação e Cidadania	DAUDT, Paloma de Freitas. As dimensões pedagógicas dos espaços do controle social do sistema de participação popular e cidadã do município de Canoas. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.	Educação para Cidadania e Controle Social
13	Acesso à Informação	MONTEIRO, Alessandra. Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil. 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.	Transparência Pública em Universidades Federais
14	Acesso à Informação	SILVA, Pedro Manoel da. Análise do acesso e da transparência da informação pública nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.	Transparência Pública em Instituições Federais de Ensino Superior
15	Acesso à Informação	TERRA, Luciana Bomfim. A implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) na Universidade Federal da Bahia. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.	Lei de Acesso à Informação na Universidade Federal da Bahia
16	Acesso à Informação	MESQUITA, Wákila Nieble Rodrigues de. A implementação da Lei de Acesso à Informação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Transparência Ativa e Institutos Federais
17	Acesso à Informação	ZORZAL, Luzia. Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Transparência Pública em Universidades Federais
18	Acesso à Informação	BRANDÃO, Domingos Ramos. Governo eletrônico: Acesso à Informação pública e accountability na UNIVASF – Campus Petrolina. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.	Transparência Pública na UNIVASF
19	Acesso à Informação	CAROSSI, Daniel Fernando. Dados abertos: categorias e temas prioritários a serem disponibilizados pelas instituições federais de ensino superior (IFES) aos cidadãos. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.	Transparência Pública em Instituições Federais de Ensino Superior
20	Acesso à Informação	NEVES, Michele Siqueira de Azambuja. As políticas públicas de controle social e a criação de novos mecanismos institucionais no Brasil: um estudo de caso do ObserVa - Observatório de Auditoria da Universidade Federal de Pelotas. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.	Controle Social, Democracia e Universidades Federais
21	Acesso à Informação	RODRIGUES, Domingos da Costa. Avaliação de transparência pública em universidades federais: estudo de múltiplos casos sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.	Transparência Pública em Universidades Federais

Nº	Categorias	Referências	Assuntos Principais
22	Acesso à Informação	SANTOS, Mônica Augusta dos. Análise do serviço de informação ao cidadão das instituições federais de ensino da Região Nordeste . 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.	Transparência Pública em Instituições Federais de Ensino Superior
23	Acesso à Informação	PEREIRA, Rejane Aparecida. Acesso à Informação e Transparência: um estudo na Universidade Federal de Viçosa - campus Rio Paranaíba . 2018. 107 F. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba, 2018.	Transparência Pública em Universidades Federais
24	Acesso à Informação	SILVA, Clarice Rodrigues da. Os efeitos da participação social nos processos organizacionais do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG . 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.	Transparência Pública em Institutos Federais e Participação Social
25	Acesso à Informação	SOUZA, Diego Fillipe de. Transparência ativa para acesso à informação: uma proposta de modelo com os temas prioritários em Instituições Federais de Ensino Superior . 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.	Transparência Pública em Instituições Federais de Ensino Superior
26	Controle Social	SOUZA, Wesley Silva de. Transparência e controle social: desafios para a gestão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a partir da Lei de Acesso à Informação . 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.	Transparência, Acesso à Informação e Controle Social
27	Controle Social	MENDES, Renata Gomes. Carta de Serviços ao Cidadão: extraindo a descrição da prestação de serviços a partir dos processos de negócios . 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.	Transparência e Carta de Serviços ao Cidadão
28	Controle Social	SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de. Escolas de contas e o controle social na formação profissional . 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.	Educação e Controle Social
29	Controle Social	NUNES, Vivian Kelly Andaki. Plano de dados abertos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia . 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba, 2018.	Educação, Dados Abertos e Institutos Federais
30	Controle Social	REIS, Joyce Vasconcelos Coutinho dos. Carta de serviços ao usuário: uma proposta de estruturação na UFRPE . 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018.	Transparência e Carta de serviços ao Cidadão

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE B - Produto Educacional³



Copyright ©2020 by Maria Dayana Lopes de Oliveira e Assis Leão da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Maria Dayana Lopes de; Silva, Assis Leão da.

E-zine Jovem Ligado/Maria Dayana Lopes de Oliveira, Assis Leão da Silva. - Olinda: IFPE - Campus Olinda, 2020.

1. Jovem Ligado. 2. Acesso à informação 3. IFPE. 4. Oliveira, Maria Dayana Lopes de. 5. Silva, Assis Leão da.

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

O trabalho "E-zine Jovem Ligado" de Maria Dayana Lopes de Oliveira e Assis Leão da Silva está licenciado com uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional**.



³ Disponível no portal eduCapes através do *link*: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/583356>

Acesso à Informação no IFPE

1

QUE TAL "STALKEAR" O IFPE?

Fique por dentro das notícias:

IFPE Instituto



Instagram

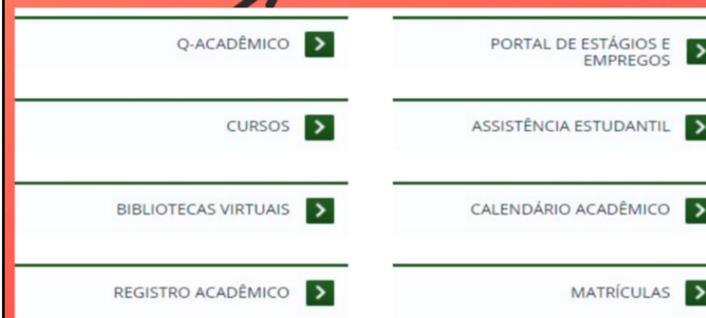
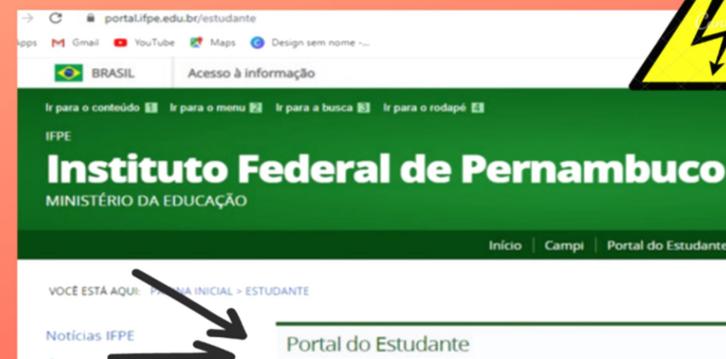
ifpeoficial

Quer conhecer melhor o IFPE?
Entra no site



No link "Portal do Estudante", além de notícias/avisos, vc encontra muitas informações importantes.

2



Vc ainda não encontrou a informação que precisa ? 3

ACESSO À INFORMAÇÃO

Institucional

Ações e Programas

Auditorias

Convênios

Despesas

Licitações e contratos

Servidores

• Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Então é só vc acessar o link abaixo.

Fica no canto inferior esquerdo da página do IFPE.



Serviço de Informação ao Cidadão

por 2061055 — publicado 31/08/2018 13h34, última modificação 03/09/2018 16h14

- Informações classificadas
- E-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão



Vc vai ser direcionado para o site abaixo: 4

Ir para o Conteúdo [1] Ir para o Menu [2] Ir para o Rodapé [4]

e-SIC

SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
Versão 3.1.20

Acesso a Informação Manual do Usuário Primeiro Acesso Relatórios Estatísticos Download de Dados

Para fazer o pedido de informação é preciso se cadastrar. Mas é fácil e de graça, qualquer pessoa pode fazer o cadastro, só q vai precisar de dados como e-mail e CPF.

Faça seu pedido

Preencha o Nome do Usuário e senha para acessar o Sistema de Informações.

Usuário

Senha

ENTRAR

[Cadastre-se](#)
[Esqueci a senha](#)
[Esqueci o nome do usuário](#)



Ainda não acabou



5

ACESSO À
INFORMAÇÃO

▾ Institucional

Carta ao Cidadão

Estrutura
Organizacional

Legislação

PDI

Administração

CPA

Ouvidoria

Já leu?



Não vou dar
"spoiler"



Mudei de ideia,
rsrsrs, essa carta
apresenta os
serviços prestados
pelo IFPE.



Tem tb a Ouvidoria, entrando
nesse link vc será direcionado
para outro site - vou mostrar
na próxima página...



Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

6

Por meio dessa plataforma vc pode contribuir com sugestões, elogios, reclamações, entre outras coisas...

Denúncia

Comunique um ato ilícito praticado contra a administração pública

Elogio

Expresse se você está satisfeito com um atendimento público

Sugestão

Envie uma ideia ou proposta de melhoria dos serviços públicos

Simplifique

Sugira alguma ideia para desburocratizar o serviço público

Reclamação

Manifeste sua insatisfação com um serviço público

Solicitação

Peça um atendimento ou uma prestação de serviço

Acesso à Informação

Solicite acesso a informações públicas

OK

Já ia esquecendo de falar do Portal da Transparência.



ACESSO À INFORMAÇÃO
Institucional
Ações e Programas
Auditorias
Convênios
Despesas
Licitações e contratos
Servidores

Se vc entrar nesses links, do site do IFPE, será direcionado para o Portal da Transparência



Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

Portal da Transparência

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Sobre o Portal | Painéis | Consultas Detalhadas | Controle social

No Portal da Transparência vc pode acompanhar o uso do dinheiro público pelo IFPE e por outras Instituições Públicas também.



Jovem, sua participação faz a diferença!



O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA É MUITO IMPORTANTE. SABE PRA QUÊ?



Para que o jovem possa participar ativamente na gestão pública:



Dando sugestões para melhorar a prestação do serviço;



Acompanhando o repasse do dinheiro público;



Identificando erros ou fraudes;



Exigindo direitos;



E muitas outras coisas.



Voz do Estudante!

9

"Só há escuta se houver fala.
Desejo que os estudantes tenham
oportunidade de falar, para que ocorra o
diálogo." (Estudante A)

"Nós temos várias opiniões, precisamos ser
ouvidos." (Estudante C)

"Nós não devemos desistir dos nossos direitos,
temos que ser ouvidos." (Estudante E)



Voz do Estudante!

10

"Para ser um cidadão, tendo um senso
crítico, a gente precisa de informação."
(Estudante B)

"Se a gente não tem acesso à informação
não damos um passo adiante."
(Estudante D)



Vamos fechar com música?

11

Não É SÉrio -
Charlie Brown Jr.



Eu vejo na TV o que eles falam
sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é
levado a sério

Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do
meu alcance



Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de
lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
[...]



Revolução na sua vida
você pode você faz
Quem sabe mesmo
é quem sabe mais
Revolução na sua mente
você pode você faz
Quem sabe mesmo
é quem sabe mais [...]



Indicações



✓ Site utilizado para criar o e-zine:

<https://www.canva.com/>



✓ Sites consultados e citados no e-zine :

<https://www.ifpe.edu.br/>

<https://esic.cgu.gov.br/falabr.html>

<https://falabr.cgu.gov.br/>

<http://www.portaltransparencia.gov.br/>



✓ Alguns artigos que inspiraram a
construção do e-zine:



DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo.
Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?
Educar em Revista, Editora UFPR, Curitiba, n. 38, p. 237-
252, set./dez. 2010.

CARRANO, Paulo; MARTINS, Carlos Henrique dos
Santos. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer
para dialogar. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56,
jan./abr. 2011.

KLEIN, Ana Maria; TORRES, Julio Cesar.
Educação, projetos de vida e participação política
da juventude. Ponto-e-vírgula, 17, p. 251-269, 2015.



MARIA DAYANA L. DE OLIVEIRA

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialização MBA em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Pernambuco - Campus Olinda. Atualmente é Auditora do Instituto Federal de Pernambuco.

ASSIS LEÃO DA SILVA

Licenciado em História, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Docente e Pró-reitor de ensino do Instituto Federal de Pernambuco. Também é docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no IFPE e colaborador do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife.



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT
INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAMPUS OLINDA, 2020**

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
(Para Maiores de 18 anos ou Emancipados - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Dayana Lopes de Oliveira, com endereço na Rua Severino Moura, nº 79, Centro, Barreiros – PE, CEP: 55560-000, telefone: (81) 98898-9865, e-mail: dayana2804@gmail.com. Esta pesquisa está sob a orientação do Prof. Dr. Assis Leão da Silva, e-mail: assis.leao@vitoria.ifpe.edu.br.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e, apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que **rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.**

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Objetivo geral: Compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do ensino médio integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional.
- Objetivos específicos: Reconhecer como as questões referentes à formação cidadã, educação profissional, ensino médio integrado e acesso à informação estão relacionadas na literatura, na legislação brasileira e nos documentos institucionais de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional; Identificar os possíveis impactos da participação dos estudantes nos processos organizacionais de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, resultante da solicitação de informações por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e de manifestações registradas na Ouvidoria; Analisar a percepção dos estudantes do ensino médio integrado de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social; Elaborar um fanzine com a participação dos estudantes do ensino médio integrado, contendo orientações gerais sobre o acesso à informação pública, bem como indicando e esclarecendo como a utilização de informações públicas contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.
- Descrição de procedimentos: As entrevistas e o grupo focal serão pré-agendados e realizados em horário em que o estudante esteja na instituição, de preferência entre os intervalos das aulas. Serão desenvolvidos em sala restrita de forma a assegurar a privacidade do entrevistado. Além disso, as entrevistas serão gravadas por meio de um aplicativo do celular da entrevistadora. Após a transcrição das entrevistas, será

possibilitada aos entrevistados a conferência do conteúdo das respostas, garantindo-se a fidedignidade de suas falas.

- Esta pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, bem como não prevê nenhum tipo de prejuízo para quem se recusar a participar. **Quanto aos riscos**, consideramos ser mínimos, prevemos que possa ocorrer alguma situação isolada de desconforto pelo fato deste procedimento de coleta de informações envolver a gravação das entrevistas. No intuito de amenizar esse possível tipo de desconforto, a pesquisadora terá o cuidado de proporcionar um ambiente acolhedor para o desenvolvimento da entrevista. Caso, ainda assim, haja algum tipo de desconforto por parte dos participantes, pedimos que esta situação seja comunicada à pesquisadora para que as devidas providências possam ser tomadas com o objetivo de sanar essas dificuldades, ou até mesmo a retirada deste (a) voluntário (a) da pesquisa se assim ele (a) preferir. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico, bem como possibilite o esclarecimento de como a utilização de informações públicas contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Além disso, serão divulgados os resultados da pesquisa para a comunidade, por meio de palestras. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas e fotos) ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de, no mínimo, 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da FAFIRE no endereço: (Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002, Telefone: (81) 2122-3500; e-mail: comitedeetica@fafire.br).

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo

em participar do estudo ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(Para Responsável Legal pelo Menor de 18 anos – Resolução 466/12)

Solicitamos a sua autorização para convidar o (a) seu/sua filho (a) _____ {ou menor que está sob sua responsabilidade} para participar, como voluntário (a), da pesquisa ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA. Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora Maria Dayana Lopes de Oliveira, com endereço na Rua Severino Moura, nº 79, Centro, Barreiros – PE, CEP: 55560-000, telefone: (81) 98898-9865, e-mail: dayana2804@gmail.com. Esta pesquisa está sob a orientação do Prof. Dr. Assis Leão da Silva, e-mail: assis.leao@vitoria.ifpe.edu.br.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde que o (a) menor faça parte do estudo pedimos que **rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.**

Caso não concorde, não haverá penalização nem para o (a) Sr.(a) nem para o/a voluntário/a que está sob sua responsabilidade, bem como será possível ao/à Sr. (a) retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Objetivo geral: Compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do ensino médio integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional.
- Objetivos específicos: Reconhecer como as questões referentes à formação cidadã, educação profissional, ensino médio integrado e acesso à informação estão relacionadas na literatura, na legislação brasileira e nos documentos institucionais de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional; Identificar os possíveis impactos da participação dos estudantes nos processos organizacionais de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, resultante da solicitação de informações por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e de manifestações registradas na Ouvidoria; Analisar a percepção dos estudantes do ensino médio integrado de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social; Elaborar um fanzine com a participação dos estudantes do ensino médio integrado, contendo orientações gerais sobre o acesso à informação pública, bem como indicando e esclarecendo como a utilização de informações públicas contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.
- Descrição de procedimentos: As entrevistas e o grupo focal serão pré-agendados e realizados em horário em que o estudante esteja na instituição, de preferência entre os intervalos das aulas. Serão desenvolvidos em sala restrita de forma a assegurar a

privacidade do entrevistado. Além disso, as entrevistas serão gravadas por meio de um aplicativo do celular da entrevistadora. Após a transcrição das entrevistas, será possibilitada aos entrevistados a conferência do conteúdo das respostas, garantindo-se a fidedignidade de suas falas.

- Esta pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, bem como não prevê nenhum tipo de prejuízo para quem se recusar a participar. **Quanto aos riscos**, consideramos ser mínimos, prevemos que possa ocorrer alguma situação isolada de desconforto pelo fato deste procedimento de coleta de informações envolver a gravação das entrevistas. No intuito de amenizar esse possível tipo de desconforto, a pesquisadora terá o cuidado de proporcionar um ambiente acolhedor para o desenvolvimento da entrevista. Caso, ainda assim, haja algum tipo de desconforto por parte dos participantes, pedimos que esta situação seja comunicada à pesquisadora para que as devidas providências possam ser tomadas com o objetivo de sanar essas dificuldades, ou até mesmo a retirada deste (a) voluntário (a) da pesquisa se assim ele (a) preferir. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico, bem como possibilite o esclarecimento de como a utilização de informações públicas contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Além disso, serão divulgados os resultados da pesquisa para a comunidade, por meio de palestras. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas e fotos) ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de, no mínimo, 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da FAFIRE no endereço: (Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002, Telefone: (81) 2122-3500; e-mail: comitedeetica@fafire.br).

(assinatura do pesquisador)

**CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A
VOLUNTÁRIO**

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, responsável por _____, autorizo a sua participação no estudo ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de seu acompanhamento/ assistência/tratamento) para mim ou para o (a) menor em questão.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE E - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
(Para menores - de 12 a 18 anos - Resolução 466/12)

OBS: Este Termo de Assentimento para o menor de 12 a 18 anos não elimina a necessidade da elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA. Esta pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora Maria Dayana Lopes de Oliveira, com endereço na Rua Severino Moura, nº 79, Centro, Barreiros – PE, CEP: 55560-000; telefone: (81) 98898-9865, e-mail: dayana2804@gmail.com. Esta pesquisa está sob a orientação do Prof. Dr. Assis Leão da Silva, e-mail: assis.leao@vitoria.ifpe.edu.br.

Caso este Termo de Assentimento contenha informação que não lhe seja compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados e concorde com a realização do estudo pedimos que **rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.**

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida e estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Objetivo geral: Compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do ensino médio integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional.
- Objetivos específicos: Reconhecer como as questões referentes à formação cidadã, educação profissional, ensino médio integrado e acesso à informação estão relacionadas na literatura, na legislação brasileira e nos documentos institucionais de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional; Identificar os possíveis impactos da participação dos estudantes nos processos organizacionais de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, resultante da solicitação de informações por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e de manifestações registradas na Ouvidoria; Analisar a percepção dos estudantes do ensino médio integrado de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social; Elaborar um fanzine com a participação dos estudantes do ensino médio integrado, contendo orientações gerais sobre o acesso à informação pública, bem como indicando e

esclarecendo como a utilização de informações públicas contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.

- Descrição de procedimentos: as entrevistas e o grupo focal serão pré-agendados e realizados em horário em que o estudante esteja na instituição, de preferência entre os intervalos das aulas. Serão desenvolvidos em sala restrita de forma a assegurar a privacidade do entrevistado. Além disso, as entrevistas serão gravadas por meio de um aplicativo do celular da entrevistadora. Após a transcrição das entrevistas, será possibilitada aos entrevistados a conferência do conteúdo das respostas, garantindo-se a fidedignidade de suas falas.
- Esta pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, bem como não prevê nenhum tipo de prejuízo para quem se recusar a participar. **Quanto aos riscos**, consideramos ser mínimos, prevemos que possa ocorrer alguma situação isolada de desconforto pelo fato deste procedimento de coleta de informações envolver a gravação das entrevistas. No intuito de amenizar esse possível tipo de desconforto, a pesquisadora terá o cuidado de proporcionar um ambiente acolhedor para o desenvolvimento da entrevista. Caso, ainda assim, haja algum tipo de desconforto por parte dos participantes, pedimos que esta situação seja comunicada à pesquisadora para que as devidas providências possam ser tomadas com o objetivo de sanar essas dificuldades, ou até mesmo a retirada deste (a) voluntário (a) da pesquisa se assim ele (a) preferir. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico, bem como possibilite o esclarecimento de como a utilização de informações públicas contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Além disso, serão divulgados os resultados da pesquisa para a comunidade, por meio de palestras. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas e fotos), ficarão armazenados em computador pessoal sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de, no mínimo, 5 anos.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da FAFIRE no endereço: (Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002, Telefone: (81) 2122-3500, e-mail: comitedeetica@fafire.br).

Assinatura da pesquisadora

**ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO
VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Local e data: _____

Assinatura do (da) menor : _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE F - Questionário**1. SEXO:**

() Feminino () Masculino

2. IDADE: _____**3. EM QUAL CURSO ESTÁ MATRICULADO?**

- () Técnico em Agropecuária 1º ano
- () Técnico em Agropecuária 2º ano
- () Técnico em Agropecuária 3º ano
- () Técnico em Alimentos 1º semestre
- () Técnico em Alimentos 2º semestre
- () Técnico em Alimentos 3º semestre
- () Técnico em Alimentos 4º semestre
- () Técnico em Alimentos 5º semestre
- () Técnico em Alimentos 6º semestre

4. PARA VOCÊ, QUAL (IS) DAS AFIRMAÇÕES ABAIXO TÊM A VER COM O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- 1. () Divulgação de informações de interesse público
- 2. () Apenas os cidadãos maiores de 18 anos podem solicitar informações
- 3. () O acesso à informação contribui para diminuir a corrupção
- 4. () O serviço de solicitação de informação é pago
- 5. () O direito à informação fortalece o exercício da cidadania

5. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR, NO IFPE, SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA?

- 1. () Sim
- 2. () Não

6. QUAIS DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO IFPE VOCÊ JÁ ACESSOU/UTILIZOU? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- 1. () Página do IFPE na internet
- 2. () Página do IFPE - Campus Barreiros na internet
- 3. () Ouvidoria
- 4. () Carta de Serviços ao Cidadão
- 5. () Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)
- 6. () Nenhum

7. PARA VOCÊ, QUAL É A MELHOR FORMA DO IFPE SE COMUNICAR COM OS ESTUDANTES E VICE-VERSA? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- 1. () Página na internet
- 2. () Facebook
- 3. () E-mail
- 4. () WhatsApp
- 5. () Outro _____

APÊNDICE G - Roteiro para Entrevista Semiestruturada

DATA: _____ / _____ / _____

1. Idade: _____ anos
2. Pseudônimo:
3. Você se considera:
 - a- Indígena; b- Amarelo de origem oriental; c- Negro; d- Branco; e- Pardo
4. Como prefere identificar sua identidade de gênero? _____
5. Ensino Médio técnico integrado ao curso de: _____
6. Ano/Período: _____
7. Onde você frequentou o Ensino Fundamental: _____

Ensino Médio Integrado e Formação Cidadã

1. Por que você optou por fazer esse curso no IFPE - *Campus* Barreiros?
2. Como você avalia a integração entre o Ensino Médio e o curso técnico?
3. Você considera que os espaços acadêmicos do IFPE - *Campus* Barreiros contribuem para a formação cidadã dos estudantes, ou seja, desenvolvendo a capacidade de agir de forma crítica e consciente na sociedade em que vive? De que forma?

Protagonismo Juvenil

4. Você considera que há a participação dos estudantes nas decisões tomadas pelos gestores (Diretores e Coordenadores) do IFPE - *Campus* Barreiros? Essa participação pode gerar efeitos positivos para a instituição?

5. Para você, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens para exercerem protagonismo na sociedade?

Acesso à Informação

6. Você já ouviu falar sobre a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011? O que você saberia comentar sobre o acesso à informação pública?

7. Como você avalia o acesso à informação no IFPE? E em outras instituições públicas?

8. Você conhece os canais de comunicação do IFPE com o cidadão e vice-versa, como, por exemplo, a Ouvidoria e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)?

9. Para você, quais são as dificuldades enfrentadas pelos jovens estudantes para ter acesso às informações públicas?

Controle social

10. Você considera que o acesso à informação pública possibilita o controle social? De que forma?

11. Você já solicitou ou utilizou alguma informação do IFPE ou de outra instituição pública com a finalidade de acompanhar/fiscalizar os serviços prestados à comunidade?

12. Para você, qual seria a maior dificuldade enfrentada pelos jovens para efetuar o controle social sobre as decisões e ações realizadas pelos gestores públicos?

Espaço para contribuição na confecção do fanzine.

APÊNDICE H - Questionário para Avaliação do Produto com os Discentes**1. EM QUAL CURSO VOCÊ ESTÁ MATRICULADO?**

- Técnico em Agropecuária
 Técnico em Alimentos

1.1 QUAL O ANO OU PERÍODO?**2. VOCÊ TINHA CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE FORAM APRESENTADAS NO E-ZINE “JOVEM LIGADO”?**

- Sim Não Em parte

Comentário:

3. VOCÊ ACHOU QUE O E-ZINE TROUXE INFORMAÇÕES IMPORTANTES?

- Sim Não Em parte

Comentário:

4. O QUE VOCÊ ACHOU DA LINGUAGEM UTILIZADA?**5. VOCÊ RECOMENDARIA A LEITURA DESSE E-ZINE PARA SEUS COLEGAS?**

- Sim Não

6. A LEITURA DO E-ZINE FEZ VOCÊ REFLETIR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NA GESTÃO PÚBLICA?

- Sim Não Em parte

Comentário:

7. APÓS A LEITURA DO E-ZINE, VOCÊ SE SENTIU MOTIVADO A PESQUISAR SOBRE O QUE FOI APRESENTADO?

- Sim Não Em parte

Comentário:

8. O QUE VOCÊ ACHA QUE PODERIA SER ACRESCENTADO OU RETIRADO DESSE E-ZINE?**9. O QUE VOCÊ MAIS GOSTOU NO E-ZINE “JOVEM LIGADO”?****10. QUAL NOTA, DE 0 A 10, VOCÊ ATRIBUI AO E-ZINE “JOVEM LIGADO”?**

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

Pesquisador: MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20148119.1.0000.5586

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.787.353

Apresentação do Projeto:

Apresentação do Projeto: A pesquisa “ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÃO CIDADÃ: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO ACESSO À INFORMAÇÃO”, tem como objetivo principal compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes do ensino médio integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional. A pesquisa possui abordagem qualitativa e, quanto ao tipo, se caracteriza como descritiva e participante. No que se refere às fontes de dados foi utilizado o levantamento documental e bibliográfico. Ademais, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os estudantes do ensino médio integrado de um Instituto da Rede Federal de Educação Profissional, a fim de analisar a percepção deles quanto ao acesso à informação pública, no contexto do exercício da cidadania e do controle social. A análise dos dados qualitativos, obtidos tanto nas entrevistas semiestruturadas quanto nos documentos selecionados, será feita a partir da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). Por fim, essa pesquisa pretende, a partir do alcance de seus objetivos, contribuir com a consolidação de uma educação que vise ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme dispõe o art. 205 da nossa Constituição Federal.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender como o exercício do controle social a partir do acesso à informação pública pode

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921

Bairro: BOA VISTA

UF: PE **Município:** RECIFE

Telefone: (81)2122-3534

CEP: 50.060-002

E-mail: comitedeetica@fafire.br



FACULDADE FRASSINETTI DO
RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 3.787.353

contribuir para a formação cidadã dos estudantes do ensino médio integrado em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Benefícios: Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico, bem como possibilite o esclarecimento de como a utilização de informações públicas contribuem para o exercício da cidadania e do controle social.

Riscos: Quanto aos riscos, consideramos ser mínimos, prevemos que possa ocorrer alguma situação isolada de desconforto pelo fato deste procedimento de coleta de informações envolver a gravação das entrevistas. No intuito de amenizar esse possível tipo de desconforto, a pesquisadora terá o cuidado de proporcionar um ambiente acolhedor para o desenvolvimento da entrevista. Caso, ainda assim, haja algum tipo de desconforto por parte dos participantes pedimos que esta situação seja comunicada à pesquisadora para que as devidas providências possam ser tomadas com o objetivo de sanar essas dificuldades, ou até mesmo a retirada deste (a) voluntário (a) da pesquisa se assim ele (a) preferir.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Cumpra as exigências éticas

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para efeito de avaliação e elaboração desse parecer foram utilizados como documentos os seguintes arquivos:

1. Projeto Detalhado/Brochura do investigador: "Projeto (2)"
2. Termo de consentimento livre e esclarecido: "TCLE_RETIFICADO"
3. Preenchimento da Plataforma Brasil: "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1393546"
4. Carta de Anuência: "Termo_de_Anuencia_IFPE"
5. Folha de Rosto: "Folha_de_rosto_com_carimbo"
6. "Autorizacao_uso_de_arquivos_dados"
7. "Termo_de_Confidencialidade"
8. "Curriculo_Assis"
9. "Curriculo pdf"

Recomendações:

Sem pendências éticas

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921

Bairro: BOA VISTA

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2122-3534

CEP: 50.060-002

E-mail: comitedeetica@fafire.br



FACULDADE FRASSINETTI DO
RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 3.787.353

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1393546.pdf	10/11/2019 10:58:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RETIFICADO.docx	10/11/2019 10:56:13	MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_com_carimbo.pdf	03/09/2019 15:21:55	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_IFPE.pdf	08/08/2019 15:27:26	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Outros	Autorizacao_uso_de_arquivos_dados.pdf	08/08/2019 15:26:41	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.pdf	27/07/2019 10:13:32	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Outros	Curriculo_Assis.pdf	27/07/2019 09:36:04	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia.pdf	27/07/2019 09:34:17	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	21/07/2019 15:50:54	MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Curriculo.pdf	21/07/2019 15:50:20	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Orçamento	Orcamento.doc	21/07/2019 11:19:47	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito
Cronograma	Cronograma.doc	21/07/2019 11:18:32	MARIA DAYANA LOPES DE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921

Bairro: BOA VISTA

CEP: 50.060-002

UF: PE **Município:** RECIFE

Telefone: (81)2122-3534

E-mail: comitedeetica@fafire.br



FACULDADE FRASSINETTI DO
RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 3.787.353

RECIFE, 20 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Aldenir de Oliveira Alves
(Coordenador(a))

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921

Bairro: BOA VISTA

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2122-3534

CEP: 50.060-002

E-mail: comitedeetica@fafire.br